Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura
Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: agosto de 2009.

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural

Índice

Grupo de Rainha já é maior que MST – Estado de São Paulo – Nacional – 02/08/2009.....6

Projeto pretende evitar desapropriação de propriedade rural produtiva – Sítio Eletrônico da CNA – 03/08/2009.....7

Preço médio da terra no Brasil sobe e atinge recorde – Sítio Eletrônico da CNA – 04/08/2009.....7

As contradições do campo – Sítio eletrônico da CPT – 04/08/2009.....9

Entrevista com Dom Ladislau Biernaski sobre questão agrária - Sítio eletrônico da CPT – 04/08/2009.....12

Concluída desocupação de terra indígena em RR – Valor Econômico – Brasil – 04/082009.....15

Preços das terras atingem recorde – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 04/08/2009.....16

Assassinatos diminuem, mas índices ainda preocupam – Sítio eletrônico da Contag - 05/08/2009.....17

'Blindagem' contra reforma agrária – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 05/08/2009.....19

Senado discute estatuto do produtor – Valor Econômico – Agronegócios – 05/08/2009.....20

Mais espaço para os sem-tera – Aloísio de Toledo Cesar - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 07/08/2009.....22

Projeto que muda critérios para Reforma Agrária é aprovado – Sítio eletrônico da CPT – 07/08/2009.....24

MST cobra reforma e não vê espaço para protestos em 2010 – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 10/08/2009.....26

É preciso um novo modelo agrícola – João Pedro Stédile – Sítio Eletrônico do MST – 10/08/2009.....27

Acampamento Nacional reúne 3 mil trabalhadores no DF – Sítio Eletrônico do MST – 10/08/2009.....29

Direito Agrário – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 11/08/2009.....30

Nova Ameaça a Produção – Estado de São Paulo Notas e Informações – 12/08/2009.....32

Sem Terra realizam protestos em 13 Estados – Sítio Eletrônico do MST – 11/08/2009 33

MST ocupa Ministério da Fazenda – Sítio Eletrônico da CNA – 12/08/2009 35

MST ocupa Ministério da Fazenda – Estado de São Paulo – Nacional – 12/08/2009 37

MST invade ministério e acusa Lula de traição – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 12/08/2009 39

Fazenda improdutiva? – O Globo – Capa – 12/08/2009 40

MST invade Ministério da Fazenda – O Globo – O País – 12/08/2009 40

GOVERNO MARCA NOVA REUNIÃO COM MST – Folha de São Paulo – Brasil – 13/08/2009 41

MST participa de protesto hoje na avenida Paulista – Folha de São Paulo – Brasil – 14/08/2009 41

Frente da Terra cobra de Lula atualização de índices de produtividade – Sítio Eletrônico do MST – 14 de agosto de 2009 41

Latifundiário ou Sem Terra: um dos dois tem que perder – Sítio Eletrônico do MST – 15/08/2009 43

MST manda no país – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 16/08/2009 50

Empresa de integrante do MST levou R$ 5 mi do INCRA – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 18/08/2009 52

MST alivia pauta de reivindicação feita ao governo – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 18/08/2009 55

Índices de produtividade de terra são atualizados – Sítio Eletrônico do MDA - 18/08/2009 55

PF ouvirá assentado sobre verba – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 19/08/2009 57

A pedido do MST, governo atualiza indices – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 19/08/2009 58

Confirmada revisão de índices de produtividade – Valor Econômico – Agronegócios – 19/08/2009 59

Senadora Kátia Abreu alerta: mudança nos índices de produtividade vai minar o sucesso do agronegócio – Sítio Eletrônico da CNA – 20/08/2009 60

CNA defende mecanismo para facilitar a formalização do produtor rural – Sítio Eletrônico da CNA – 20/08/2009 61

Bancada ruralista pressiona ministro contra novos indices – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – 20/08/2009 62

Sem-Terra morre em reintegração de posse – Elder Ogliari - Estado de São Paulo – Nacional – 21/08/2009 64

Terra Legal Amazônia intensifica parcerias – Sítio Eletrônico do MDA - 21/08/2009 65

Ruralistas reagem a revisão pró-reforma agrária – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política – 21/08/2009 66

Sem-terra morre em ação da polícia no RS – Graciliano Rocha – Folha de São Paulo – Brasil – 22/08/2009 67

Campo conta 15 mortos até o mês de julho – Folha de São Paulo – Brasil – 22/08/2009 68

Fazenda é desapropriada em Minas por desmatamento – Fabio Fabrini – O Globo – O País – 22/08/2009 68

Golpe (eleitoral) contra a Agricultura – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 23/08/2009 69

A "Parceria" INCRA – MST – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 23/08/2009 70

Pela atualização dos índices de produtividade da terra – Sítio eletrônico da Contag- 24/08/2009 72

O que é um latifúndio? No passado, a resposta vinha fácil – Sítio Eletrônico da CNA – 25/08/2009 73

O que é um latifúndio? No passado, a resposta vinha fácil – Sítio eletrônico da CNA – 25/08/2009 75

Latifúndio Ilógico – Xico Graziano - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 25/08/2009 78

Incra participará de encontro do Fórum de Conflitos Fundiários – Sítio eletrônico do MDA - 25/08/2009 80

Terras para cultivo têm mais árvores do que se acreditava – Valor Econômico – agronegócios – 25/08/2009 81

Brasil registra primeiro caso de desapropriação de terras por prática de crime ambiental – Sítio Eletrônico do MST - 27/08/2009 82

Governo estudo criar bolsa-floresta – Lizandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Vida & - 28/08/2009 84

Soldado admite que atirou em sem-terra no RS – Folha de São Paulo – Brasil – 28/08/2009 ..... **85**

Governo quer fim de licitação para sem-terra – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 29/08/2009 ..... **85**

Revisão de índices trará escalada de invasões, alertam produtores – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 30/08/2009 ..... **87**

Produzir mais às vezes é ter prejuízo – Estado de São Paulo – Nacional – 30-08-2009 ..... **89**

MST não prestou contas de R$ 20 mi vindos do exterior – Estado de São Paulo – Nacional – 30/08/2009 ..... Error! Bookmark not defined.

Pará não consegue impedir avanço do desmatamento – Afra Balazina - Estado de São Paulo – Vida & - 30/08/2009 ..... Error! Bookmark not defined.

Stephanes: não é momento de revisar índice de produtividade – Sítio Eletrônico da CNA – 31/08/2009 ..... **90**

Secretários discordam da mudança de índices de produtividade – Sítio Eletrônico do MDA – 31/08/2009 ..... **91**

Revisão de índices trará escalada de invasões, alertam produtores – Sítio Eletrônico da CNA – 31/08/2009 ..... **92**

Índices de produtividade – Denis Lerrer Rosenfield – Estado de são Paulo – Espaço Aberto – 31/08/2009 ..... **94**

Informe sobre a ofensiva da imprensa burguesa contra o MST – Sítio Eletrônico do MST – 31/08/2009 ..... **96**

O MST e a atualização dos índices de produtividade – Sítio Eletrônico do MST – 31/08/2009 ..... **97**

Grupo de Rainha já é maior que MST – Estado de São Paulo – Nacional – 02/08/2009

A dissidência liderada por José Rainha Júnior já reúne mais seguidores do que o próprio Movimento dos Sem-Terra (MST) no Estado de São Paulo. Com a adesão do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast) e de outras bandeiras menores, o grupo de Rainha soma quase 5 mil sem-terra em 48 acampamentos espalhados entre o Pontal do Paranapanema e a Alta Paulista, no oeste do Estado.

O número inclui acampamentos organizados por sindicatos de agricultores familiares e trabalhadores rurais que seguem o comando de Rainha. O MST contabiliza cerca de 2,5 mil acampados em terras paulistas. O grupo dissidente também controla a maioria dos assentamentos na região.

A formação de uma frente unificada de luta pela reforma agrária será oficializada hoje durante assembleia no Acampamento Adão Preto, no distrito de Engenheiro Taveira, em Araçatuba, a 532 km de São Paulo. O acampamento, criado no final de março, atraiu mais de mil sem-terra, segundo o líder. "Não tem outro com esse porte no Brasil", desafiou.

Entre os acampados estão cortadores de cana que perderam o emprego em razão da mecanização das lavouras e, segundo Rainha, sobretudo em decorrência da crise. "Muitos produtores quebraram e a cana está contribuindo para engrossar nossas fileiras." O plano é fortalecer a luta visando à desapropriação de áreas que se tornaram improdutivas. Proprietários que tiveram prejuízo com a cana estariam propensos a vender as terras.

A frente comandada pelo líder dissidente atua desde o ano passado e, só neste ano, foi responsável por 36 invasões de fazendas contra 8 do MST.

Apesar da unificação, cada grupo manterá sua autonomia e as próprias bandeiras, segundo Rainha. Ele disse que a frente conta com aliados do MST. "A luta é conjunta e, na prática, a base do movimento está com a gente." O coordenador regional Valmir Rodrigues Chaves reconheceu a capacidade de arregimentação do ex-líder, mas disse que o MST segue apenas as diretrizes das coordenações estadual e nacional. "Quanto mais trabalhador for mobilizado, melhor para a reforma agrária."

Rainha vai anunciar o apoio dos sem-terra à candidatura da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para a sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2010. "Entramos em campo para ajudar a eleger a ministra Dilma, pois ela vai dar sequência à reforma agrária." Na mira do grupo está o projeto do governador José Serra, provável candidato do PSDB, de regularização das terras do Pontal. "É a legitimação da grilagem", disse Rainha.

Projeto pretende evitar desapropriação de propriedade rural produtiva – Sítio Eletrônico da CNA – 03/08/2009

Será votado, ainda esta semana, o Projeto de Lei do Senado 202 que propõe a alteração e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Este Projeto de Lei, de relatoria da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) e Presidente da CNA, será votado em turno suplementar. Se aprovado, o projeto segue para votação em plenário no Senado Federal.

A Lei nº 8.629, que hoje está em vigor, determina que o produtor atenda, simultaneamente, aos índices do Grau de utilização da Terra (GUT) e o grau de eficiência na exploração da terra (GEE). A intenção, descrita no projeto da Senadora Kátia Abreu, é manter o critério de propriedade produtiva previsto na Constituição (GEE), mas modificar os parâmetros de produtividade de maneira a evitar a desapropriação de uma propriedade rural produtiva.

"A simultaneidade é retrógrada. O que deveria valer é o faturamento da propriedade, como ocorre na atividade industrial", disse Kátia Abreu.

De acordo com o substitutivo, ficarão estabelecidos prazos de dois anos, em caso de culturas temporárias, e de cinco anos, em caso de culturas perenes e de exploração pecuária, para a adaptação das propriedades rurais à nova lei.

Assim que terminar a votação do Projeto de Lei, outras informações serão divulgadas no Canal do Produtor.

Preço médio da terra no Brasil sobe e atinge recorde – Sítio Eletrônico da CNA – 04/08/2009

O preço médio das terras para agropecuária no Brasil atingiu um recorde de R$ 4.446 por hectare, de acordo com levantamento bimestral da consultoria AgraFNP para o período de maio e junho de 2009. O valor apurado supera os R$ 4.434 por hectare registrados no bimestre de março e abril de 2004 (valor já deflacionado), quando houve o primeiro boom da soja no País.

"São poucos negócios. Mas quando ocorrem, ocorrem em um preço firme", declarou nessa segunda-feira (03-08) Jacqueline Bierhals, coordenadora da pesquisa.

Na comparação com o preço médio da terra no Brasil apurado há 12 meses, a alta real foi de 1,9%, descontando-se a inflação do período. Em relação ao bimestre março-abril deste ano, houve uma alta de 1,2%.

Segundo a consultoria, os donos de terras no Brasil estão atentos à perspectiva de escassez de terras para produção de alimentos e energia no mundo, e têm valorizado o ativo.

"Eles se deram conta de que estão com um ativo valioso, eles vão segurar o que der", acrescentou Jacqueline, observando que a crise financeira não causou os efeitos antes imaginados para os preços da terra.

Os preços sustentados da soja, principal produto do agronegócio do Brasil, são outro fator de alta no valor da terra, de acordo com a AgraFNP, divisão no Brasil do grupo Agra Informa, líder mundial em consultoria para o setor.

Isso acontece porque muitos produtores pensam em sacas do produto ao darem valor ao seu ativo. Na comparação com a pesquisa feita há 36 meses, o preço médio da terra no País registrou valorização real de 7,6%.

Por região, o preço da terra se valorizou, em 36 meses, mais no Sul, com a alta superando 50%, para R$ 9.046 por hectare.

Em termos de valorização, a região Sul é seguida pela região Centro-Oeste, com alta no período de 48,3%, para R$ 3.354 por hectare.

Segundo a analista, embora o Centro-Oeste seja uma região com um agronegócio bastante desenvolvido, "no mix, há ainda terras baratas", diferentemente do Sul, o que explica a diferença no valor médio do ativo.

De acordo com a AgraFNP, em um mercado de pouca liquidez e de preços firmes, os vendedores de terra estão sendo bastante beneficiados.

"Até é possível encontrar ofertas, mas tem que pagar um preço mais alto", disse ela, apontando para ofertas a preços competitivos no Nordeste, onde o valor médio apurado pela pesquisa foi de R$ 1.968 por hectare.

De uma maneira geral, destacou Jacqueline, alguns vendedores estão oferecendo mais facilidades para pagamentos, como um prazo maior, para estimular os negócios.

A consultora afirmou ainda que as incertezas em torno da legislação ambiental - ainda se discute a aprovação de uma nova lei no Brasil - e as recentes notícias negativas relacionadas à agropecuária no Pará colaboraram para reduzir o número de negócios, especialmente na região Norte.

"Gente de fora (do exterior) não quer saber. Um dos requisitos é que a propriedade não esteja na região amazônica", disse ela, ressaltando que a volta dos estrangeiros para o mercado de terras no Brasil ainda está um pouco tímida.

As contradições do campo – Sítio eletrônico da CPT – 04/08/2009

Enquanto 43% das terras brasileiras são ocupadas pelos latifúndios, 70% da produção de alimentos são de responsabilidade dos agricultores camponeses

"É fundamental que façamos este debate. Uma estratégia pautada na soberania alimentar, além de assegurar alimentos à população em situações de crise, é uma política altamente inclusiva". A fala é da professora adjunta do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Eliane Tomiasi Paulino, ao afirmar a importância de discutir as reais consequências geradas a partir do modelo de agricultura comercial adotado no Brasil. Resultados que serão abordados durante a 24ª Romaria da Terra do Paraná, que ocorre no próximo dia 16 de agosto, em Marilândia do Sul, região norte do estado.

Para Paulino não podemos atribuir o atual modelo somente ao processo de colonização. Segundo ela, instaurado o regime de propriedade privada no Brasil com a Lei de Terras de 1850, este modelo de agricultura, regulado na concentração, foi reafirmado. "O que tínhamos antes da Revolução Verde era uma grande concentração de mão-de-obra humana e animal nas lavouras, principalmente nas plantações de café. É o que chamamos de acesso precário às terras. Os camponeses não eram proprietários de terra, mas trabalhavam nela", explicou.

Foi a partir da década de 1960 que o campo brasileiro passou, segundo Paulino, pela chamada modernização conservadora que tem como pilar modernizar os grandes latifúndios em busca de qualidade e alta produtividade. Tudo isso acompanhado pela adubação química e mecanização, tendo como foco a exportação. É chegada a Revolução Verde, onde a mão-de-obra do camponês foi substituída pelo uso das máquinas. "Estima-se que entre os anos de 1970 e 1980 cerca de 30 milhões de brasileiros foram despejados nos centros urbanos".

É neste contexto que há o inchaço das populações urbanas e, conforme Paulino, os impactos são generalizados, pois, segundo ela, a concentração de terras impede a geração de renda. "As pessoas são expulsas do campo, vão para cidade e engrossam a massa industrial. Quanto maior a oferta, menor o valor. Resultado: salários baixos, favelas, violência. A cidade é a cara do agricultor e ela não o inclui pelo trabalho. Afinal, quem fica satisfeito e amistoso quando não se tem onde morar e o que comer? As pessoas urbanas só se relacionam com o campo quando vão ao mercado e percebem que o preço dos alimentos está mais caro", analisou a professora que ainda afirmou que este processo ainda não acabou. Para ela o modelo da agricultura brasileira vai desempregar cada vez mais. "E os centros urbanos não suportam mais esta demanda", alertou.

Segundo Eliane Tomiasi Paulino, este modelo que conhecemos hoje como agronegócio é extremamente sedutor pelas facilidades que proporciona nos manejos agrícolas. Já a produção pautada na Agroecologia, por exemplo, exige uma imensa quantidade de processos artesanais, o que desestimula os pequenos agricultores. A professora acredita que esta é uma competição desleal, mas que a aplicabilidade da Agroecologia em busca da Soberania Alimentar não é impossível, contudo exige uma reconstrução do modelo agrícola. "Não existe nada na sociedade que realmente estimule o processo orgânico", observou.

"Nem a modernização e nem o dinheiro fez o agronegócio produzir"

Atualmente o Brasil ocupa o quarto lugar no ranking dos maiores exportadores de alimentos do mundo. É com esta imagem, reafirmada constantemente na mídia, que o agronegócio foi socialmente legitimado como o sustentador da economia nacional. Todavia, conforme dados de 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agropecuária contribuiu com apenas 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Já a indústria colaborou com 29,8% e o setor de serviços com 63,7%. Não bastasse, o Brasil perde para a Holanda que ocupa o segundo lugar em exportações de alimentos no mundo. Vale lembrar que o território da Holanda é menor do que o estado de Sergipe.

Além disso, de acordo com dados do último censo agropecuário brasileiro publicado (referente aos anos de 1995 e 1996), informados à reportagem pela professora, a agricultura camponesa é responsável por 70% da produção de alimentos no país.

Segundo as amostragens apenas 21,8% do rebanho bovino encontra-se nos grandes estabelecimentos, 37,7% estão nos pequenos estabelecimentos. Na produção do arroz, os

grandes contribuem com 18,4%, enquanto os pequenos com 38,9%. No caso do feijão a diferença é enorme, os pequenos são responsáveis por 78,5% da produção nacional, já os grandes estabelecimentos produzem apenas 4,6%.

Esta discrepância também ocorre com o milho (54,4% produzidos por pequenos e 10,8% pelos grandes) e com o trigo (60,6% produzidos pelos pequenos e 4,2% pelos grandes estabelecimentos). A soja, símbolo do agronegócio, também tem sua produção concentrada nos pequenos estabelecimentos. Enquanto os grandes produzem 21,9%, os pequenos são responsáveis por 34,4% da produção nacional.

Além de apresentarem grandes diferenças na produção, estes estabelecimentos também se divergem em geração de renda. Enquanto os pequenos respondem por 86,6% de todos os empregos e ocupações no campo, os grandes geram apenas 2,5% deles. "Não podemos esquecer que 43,7% das terras do país são ocupadas por apenas 50 mil estabelecimentos (0,9%) com mais de um mil hectares e que três milhões de propriedade com até dez hectares (52,9%) ocupam apenas 2,7% da área total do país", ressaltou.

Eliane Tomiasi Paulino também salientou que com a reafirmação do agronegócio, cada vez mais perdemos políticas voltadas em busca da soberania alimentar, mesmo à frente de inúmeros problemas causados pelo atual modelo agrícola. Um exemplo citado pela professora foram os recentes pacotes agrícolas, referentes ao plano safra 2009/10, lançados pelo governo federal em que R$ 93 bilhões serão disponibilizados para financiar a safra agrícola comercial, enquanto R$ 15 bilhões serão destinados a agricultura familiar.

Soberania alimentar: uma lógica simples e inclusiva

Eliane Paulino acredita que este processo de modernização conservadora que acarretou inúmeros problemas sociais e ambientais para o país e para o mundo, tem volta. Basta inverter a lógica do estado brasileiro. "É só inverter os pacotes agrícolas. Investe R$ 15 bilhões na agricultura comercial e R$ 93 bilhões na familiar. Este já seria um grande passo", sugeriu Paulino que ainda ressaltou a importância da reforma agrária para a concretização deste processo.

Para a professora a soberania alimentar é a política mais estratégica para a geração de renda, além de ser altamente inclusiva. "Ela mantém os camponeses no campo. Isso gera mais produção. São mais pessoas produzindo. Mais renda para movimentar o comércio da região. É uma lógica simples", argumentou Eliane que ainda lembrou que esta é uma política agrícola adotada na maioria das sociedades mais desenvolvidas do mundo, como os países da Europa.

Ela também ressaltou que a participação da Igreja neste debate é fundamental, pois, de acordo com ela, esta instituição tem forte penetração na sociedade em geral. "Este debate é mais eficaz quando é realizado no plano religioso do que a mídia, pois a Igreja tem maior confiabilidade perante a população". A professora acredita que estes momentos,

como as Romarias da Terra, representam um engajamento coletivo necessário para buscar mudanças. "Só haverá mudança se houver mobilizações coletivas permanentes".

Entrevista com Dom Ladislau Biernaski sobre questão agrária - Sítio eletrônico da CPT – 04/08/2009

Dom Ladislau Biernaski é presidente da **Comissão Pastoral da Terra** (**CPT**) desde 17 de abril, além de bispo de São José dos Pinhais (PR), e tem uma trajetória ligada às lutas pela Reforma Agrária e contra a violência no campo. Na entrevista, veiculada no jornal semanal do Sindipetro - RJ (Surgente), o bispo também fala sobre a lei de regularização de terras na Amazônia.

SURGENTE – Há anos, no Brasil, fala-se em Reforma Agrária. Entretanto, a realidade é outra, com a grilagem intensificando o processo de concentração de terra.

Ladislau – Eu vou partir da minha própria experiência. Sou de origem polonesa, meus avôs vieram da Polônia, onde houve uma Reforma Agrária entre as duas últimas grandes guerras mundiais. Hoje, na Polônia, mais de 30% da população é rural. No Brasil, com essa imensidão territorial, apenas 18% dos habitantes vivem no campo. Quando eu era pequeno, não podíamos falar a palavra "Reforma Agrária" porque diziam que era atitude de comunista. Entretanto, a Polônia foi salva por essa divisão de terras. Depois, começaram a criminalizar movimentos sociais que lutam por uma reforma efetiva, que é engavetada quando candidatos eleitos tomam posse.

SURGENTE – O senhor publicou uma nota pública comparando a MP 458, agora uma Lei, com o momento histórico da Lei de Terras de 1850. Poderia explicar essa relação?

Ladislau – Em 1850, fecharam as portas para a Reforma Agrária. Apenas grandes proprietários e ruralistas tiveram acesso à terra, pois podiam pagar por ela, ao contrário da maior parte do povo. Agora, a chamada regularização de terras vai beneficiar novamente grandes proprietários e deixar à margem os pequenos agricultores. A não ser aquela pequena porcentagem de propriedades até 100 hectares, na Amazônia, que devem chegar a 5% ou 7%, que pela Constituição seriam as únicas passíveis de regularização.

*SURGENTE – A **Comissão Pastoral da Terra** defende que as propriedades devem ter um limite.*

Ladislau – Essa é uma proposta que estamos lutando há muito tempo. Vou resgatar um pouco à memória. Em 1988, foi promulgada a nova Constituição brasileira, conhecida como a Constituição Cidadã. Nessa época, o povo podia participar da elaboração da carta constitucional. A proposta que recebeu mais apoio da população foi justamente a limitação da propriedade, mas o lobie ruralista era muito forte e a rejeitou. Então, hoje, grande parte da violência no campo tem que ser creditada aos ruralistas que impediram o avanço dessa proposta que limitava a extensão de terras. Não existe Reforma Agrária sem um limite para a propriedade.

SURGENTE – Então, nós temos que combater o latifúndio?

Ladislau – Exatamente. As grandes propriedades estão crescendo e, na Amazônia, onde existem terras com mais de um milhão de hectares, surgirão novos latifúndios. Com essa nova Lei, os latifundiários acumularão mais terras, já que o próximo presidente poderá sancionar a regularização das mesmas. Então, fica muito simples impedir a reforma agrária. Se na Constituição fosse introduzida a questão da limitação fundiária, ajudaria o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra a implementarem a reforma agrária.

SURGENTE – São 67 milhões de hectares que serão regularizados. É muita coisa.

Ladislau – As propriedades griladas são mais ainda. São 100 milhões de hectares grilados no Brasil. É isso que marginaliza muita gente com vocação para trabalhar na terra, como é o caso dos trabalhadores sem-terra.

SURGENTE – E o que o senhor acha da limitação para 1500 hectares, incluída no texto da Lei?

Ladislau – Vou dar o exemplo que mais conheço, que é o da Polônia. No sul da Polônia, o limite é de 20 hectares de terras muito férteis e, no norte da Polônia, é de até 50 hectares. Isso permitiu que boa parte das pessoas, hoje, continuem a viver no campo. No Brasil, poderia acontecer a mesma coisa. O que está ocorrendo é algo muito terrível, pois o latifúndio não respeita o meio ambiente e suga a terra, com uma produção voltada para a exportação e para geração de biodiesel. Dessa forma, as terras piores ficarão para o cultivo de alimentos, tornando-os mais escassos e caros, o que prejudica novamente os pobres.

SURGENTE – Segundo a ex-ministra Marina Silva, que se posiciona contra a sanção do veto, "o artigo da pessoa jurídica e da ocupação indireta era o bode e a família do bode na sala, e seria uma imoralidade se não tivesse sido vetada". Gostaria que o senhor comentasse essa afirmação da ex-ministra.

Ladislau – Eu concordo com a Marina, que conhece a questão da terra como ninguém. Eu estava torcendo para que toda medida provisória fosse vetada, esse seria o caminho. Ficou um pouco melhor do que estava proposto, mas ainda estamos muito longe do avanço da Reforma Agrária. Nós continuamos apoiando o presidente Lula, mas não nesse ponto.

SURGENTE – O que essa Lei significa para o pequeno agricultor?

Ladislau – A grande saída é a união dos pequenos agricultores, com a formação de associações e o fortalecimento do movimento e do sindicato dos pequenos agricultores, além do apoio de outros movimentos sociais. Essa é a luz no fim do túnel, que está muito escuro porque o pobre não tem acesso a terra, pois não tem dinheiro para comprá-la. Nessa entrevista, foram apontados 67 milhões de hectares e, no Brasil, há mais de 100 milhões de hectares grilados, o que daria para assentar todos os trabalhadores rurais com incentivos governamentais para uma agricultura familiar. Mas o que se viu, nos últimos anos, é que a maioria dos assentamentos rurais foi conquistada pela luta do Movimento dos Sem-Terra.

SURGENTE – A Lei não faz menção às comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Isso não pode prejudicar esses setores da sociedade?

Ladislau – Temos que ver essa situação de diversas perspectivas. Temos que nos colocar no ponto de vista dos quilombolas, dos indígenas, que não têm a noção de terras voltadas para negócio. Eles estão sendo encurralados em muitos lugares, na medida em que são impedidos de manifestar sua cultura quanto à prática na terra.

SURGENTE – Minc afirmou que com os vetos, a Lei é boa. Você enxerga o lado bom dessa medida?

Ladislau – Em alguns aspectos não podemos concordar com ele, sobretudo na questão do meio ambiente, pois suas atitudes não têm sido eficientes. Quanto ao veto, isso ajudará muito pouco. O povo não se intimidará em grilar terras, pois depois serão regularizadas, sendo que aqueles que possuem mais poder ocuparão faixas de terras maiores.

SURGENTE – O governo Lula não avançou na questão da reforma agrária, inclusive com índices menores que o governo passado. Como o senhor vê essa postura do governo atual?

Ladislau – Nessa questão rural, foi uma decepção para os movimentos sociais. Ele apresentou um plano de Reforma Agrária quando candidato e, mesmo com o apoio da população, não teve coragem de enfrentar os conflitos que podiam advir da distribuição de terras, sobretudo, com os latifundiários e a bancada ruralista.

SURGENTE – A senadora Marina Silva denunciou que na região norte do país é muito comum a falsificação de documentos e, por isso, sugeriu que a Comissão de Direitos Humanos acompanhasse a regularização fundiária na Amazônia. Essa pode ser a solução?

Ladislau – A Marina soube acompanhar a questão da Reforma Agrária e das terras no Brasil e sabe que isso não irá solucionar. A falsificação de documentos ocorre em todo o Brasil. Os movimentos sociais devem estar cada vez mais organizados para fiscalizarem melhor o que está acontecendo.

SURGENTE – O Ministério do Meio Ambiente parece não ter funcionários suficientes para acompanhar esse processo de regularização. Então, se essa sugestão da Marina não for adotada, como se dará na prática o processo de legalização? Basta chegar em um cartório e afirmar que é proprietário para oficializar a posse?

Ladislau – Por isso é muito o importante o apoio da Justiça e das universidades para acompanhar esse processo. Hoje, é muito fácil conseguir acesso à terra pagando no cartório ou apresentando documentos falsos.

SURGENTE – Então, um ponto importante é a fiscalização.

Ladislau – Um dos grandes males do Brasil é a fiscalização. É o caso, por exemplo, do trabalho escravo, que é uma chaga no Brasil e está aumentando – antes, eram 18 Estados com trabalho escravo e, agora, já são 21. Muitos desses trabalhadores são libertos pela

atuação da Polícia Federal, que ainda é muito pequena. Só existe fiscalização quando alguém faz denúncia. Em geral, a imprensa ou os movimentos sociais.

SURGENTE – O combate ao trabalho escravo parece que não tem a mesma prioridade do governo.

Ladislau – Não tem, mas a fiscalização vem funcionado pela atuação dos movimentos sociais e da Anistia Internacional. E como o trabalho escravo cria uma imagem muito ruim para o país no exterior, há um pouco mais de atenção nessa questão.

SURGENTE – O argumento dos que defendem a nova lei é que ao transferir a propriedade ao posseiro, os órgãos de fiscalização poderão identificar e responsabilizar essas pessoas caso seja constatado algum crime ao meio ambiente. Isso será possível, tendo-se em vista o número de fiscais e os 67 milhões de hectares

que a medida abrange?

Ladislau – Evidentemente, que a grande parte não será fiscalizada. Às vezes pode aparecer algum caso para justificar o trabalho do governo. Se não eram respeitadas as Leis contra a grilagem de terras que,agora, estão sendo regularizada, quem irá respeitar as leis ambientais? Como não temos força para esse tipo de fiscalização, nada mudará.

SURGENTE – Uma decisão como essa deveria ter sido discutida com a sociedade.

Ladislau – Mas o governo foi inflexível, mesmo com a pressão dos movimentos sociais. Deveria ter sido organizado um plebiscito, mas as classes mais baixas ainda possuem voz muito fraca.

SURGENTE – O Lula já está na reta final do seu mandado. Essa questão da Amazônia deveria ter sido pensada mais cedo.

Ladislau – O presidente Lula perdeu uma oportunidade histórica de realizar a Reforma Agrária, como nenhum outro governante. Ele tem o apoio do povo que é a favor da Reforma Agrária e não gosta de ouvir notícias de grilagens e ocupações.

SURGENTE – Mas o presidente ainda tem tempo de beneficiar os pequenos agricultores, realizando uma Reforma Agrária mais ampla.

Ladislau – Ainda pode ser que aconteça, mas se não houver modificações na Constituição poderá ser feito muito pouco nesse sentido. Os índices de produtividade são os mesmos de 30 anos atrás e a função da terra ainda não foi regulamentada. O presidente deveria se reunir com seus parlamentares para modificar essa Lei.

Concluída desocupação de terra indígena em RR – Valor Econômico – Brasil – 04/082009

O Supremo Tribunal Federal (STF) informou, ontem, que foi concluída a desocupação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Segundo o ministro Carlos Ayres Britto, relator da ação que levou o STF a fazer a demarcação, os não-índios já deixaram toda a área destinada à reserva, de 1,7 milhão de hectares.

A decisão do STF que levou à demarcação foi tomada em 19 de março e a grande preocupação dos ministros, naquela ocasião, foi com o seu cumprimento. O STF impôs 19 condições aos processos de demarcação de terras indígenas, como, por exemplo, a permissão de livre trânsito pelos não-índios, e destacou para o caso específico da Raposa Serra do Sol o presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) de Brasília, desembargador Jirair Meguerian, para supervisionar esse processo e garantir a saída pacífica dos produtores rurais que ocupavam as terras. Apesar do descontentamento dos produtores de arroz de Roraima, o STF constatou que não houve contratempos e, ao fim, a decisão foi cumprida.

"Nós conseguimos executar totalmente o processo de desocupação da área indígena Raposa Serra do Sol sem maiores contratempos, seguindo o modelo heterodoxo de desocupação da área idealizado por Vossa Excelência", afirmou Ayres Britto ao presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, que sugeriu o modelo. Pela desocupação heterodoxa, o Supremo mantém contatos constantes com os envolvidos na decisão para garantir a sua eficácia. Britto realizou sucessivas reuniões com os órgãos envolvidos, como Funai, Incra, Advocacia Geral da União (AGU) e Ibama, e contou com a colaboração do Ministério Público Federal. **(JB)**

Preços das terras atingem recorde – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 04/08/2009

Os preços médios das terras agrícolas no Brasil ficaram em R$ 4.446 por hectare no bimestre maio/junho, um aumento de 1,2% sobre o bimestre anterior e de 2,6% em relação ao mesmo período um ano antes, segundo relatório da AgraFNP. Esse patamar é considerado recorde (em valor absoluto), segundo Jacqueline Bierhals, analista de terras da consultoria.

"Essa ligeira valorização foi uma surpresa, uma vez que o mercado esperava um recuo para o período, considerando a crise e os poucos negócios realizados no período", afirmou Jacqueline.

Apesar da baixa liquidez nesse mercado, os produtores não aceitam reduzir os preços das terras agrícolas. Os poucos negócios realizados estão focados na área de grãos, sobretudo soja. A cotação média da terra no Brasil (de R$ 4.446) supera os R$ 4.434 por hectare registrados no bimestre de março/abril de 2004, quando os preços da soja registraram seu pico no mercado internacional. Descontada a inflação acumulada nesse

período, de 0,74%, verifica-se que o ganho real foi de 1,9%. Apesar do crescimento modesto, a AgraFNP considera positiva a recuperação.

As terras negociadas para plantio de cana-de-açúcar estão paradas, uma vez que o setor sucroalcooleiro vive uma de suas maiores crises financeiras.

Na região Nordeste do país, a mais procurada pelos investidores estrangeiros, o ritmo dos negócios ainda está lento, mas é crescente tanto para áreas agrícolas quanto para a pecuária, segundo a consultoria.

A avaliação por Estado mostra que o destaque negativo no bimestre foi o Pará, onde o Ministério Público Federal embargou diversas fazendas de pecuária de corte localizadas na Amazônia Legal. O mercado de terras, que já estava fraco na região, ficou paralisado.

Na comparação com o mesmo período, 36 meses antes, a valorização nominal no bimestre maio-junho foi de 44,3% e a real chegou a 7,6%. O Sul do país foi a região que se mais valorizou nos últimos três anos, com alta nominal de 52,4%, seguida pelo Centro-Oeste, com aumento de 48,3%. No Nordeste, a alta foi de 46% e no Norte, de 41,6%. O Sudeste teve valorização de 36,9% em igual período.

Mesmo com a crise financeira global, os proprietários estão atentos à perspectiva de escassez de terras para produção de alimentos e energia no mundo. Segundo Jacqueline, as ofertas estão mais escassas e quando um negócio se concretiza, os preços são elevados.

Assassinatos diminuem, mas índices ainda preocupam – Sítio eletrônico da Contag - 05/08/2009

No dia 17 de junho, a morte de dois trabalhadores rurais no município de Bom Jesus do Araguaia (MT) chocou o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais (MSTTR). Abiner José da Costa e Edeoton Rodrigues Nascimento foram assassinados quando protestavam em uma rodovia, juntamente com outros trabalhadores rurais, pelo fim do impasse na fazenda Bordolândia. Desapropriada para assentamento da reforma agrária, em 2007, a fazenda, com mais de 50 mil hectares, abrigava 600 famílias, que foram retiradas do local, após contestações dos proprietários e do Ministério Público Federal do estado, na Justiça Federal.

No ano passado, 28 trabalhadores e trabalhadoras rurais foram assassinados no Brasil. Neste ano, o levantamento parcial aponta oito vítimas fatais. Os dados são da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e revelam que, apesar de o número de assassinatos ter diminuído nos últimos anos, a violência no meio rural ainda é preocupante. Outro dado que

merece destaque é que boa parte das vítimas não foi pega de surpresa. Eram lideranças que vinha recebendo ameaças e estavam juradas de morte.

O secretário de Política Agrária da Federação de Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso (Fetagri-MT), Antonio Paulo da Silva, informa que os dois trabalhadores assassinados no mês passado, vinham recebendo ameaças há algum tempo, e ressalta que outros líderes da região também são ameaçados. Ele garante que, mesmo tendo conhecimento das ameaças e dos riscos de confrontos na região, o poder público não fez nada para impedir as mortes. Até meados de julho, a polícia só havia divulgado retrato falado de um suspeito, o qual continua foragido. "Pelo tempo que ocorreram as mortes, as investigações já poderiam estar mais adiantadas, mas, como se sabe, a Justiça é morosa", disse.

Impunidade - Os culpados pela morte do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tucuruí (PA), Raimundo Nonato do Carmo, o Raimundinho, também estão soltos. Ele foi assassinado por dois motoqueiros, no dia 16 de abril deste ano. Antes de morrer, ele havia denunciado madeireiros envolvidos na exploração ilegal de madeira em projetos de assentamento da região. "Em muitos casos, ninguém é preso. Temos esperança de que os culpados sejam punidos, mas é complicado", desabafa o atual presidente do sindicato, Antonio Wilson de Moura.

Na opinião do secretário de Política Agrária da Contag, Willian Clementino, a maior parte dos casos de assassinatos no campo é encomendada por pessoas ligadas aos poderosos locais e seus grupos, o que dificulta a punição dos culpados. "Esses grupos de interesse muitas vezes se relacionam com Executivo, Legislativo e Judiciário e isso favorece a impunidade e a impunidade favorece a violência".

Para ele, a reforma agrária poderia ser uma saída para conter a violência, porque garantiria o direito à terra, a emprego e à renda. "A reforma agrária poderia garantir direitos e evitaria as ocorrências de violência", diz.

Box - Estado facilita a impunidade

Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) revelam que de 1985 a 2009, dos 1.093 casos de assassinatos no campo, apenas 85 foram julgados. Desses, apenas 19 mandantes e 71 executores foram condenados.

Um dos coordenadores da CPT, padre Dirceu Fumagalli, explica que a impunidade é favorecida pelo poder público - nas três esferas - que, na sua opinião, não exerce o papel de combater e punir a violência. "O mais problemático, hoje, é o Judiciário, que parece estar acima do bem e do mal. E sabemos que os ruralistas têm muita influência nessa esfera", garantiu.

Quando o resultado não é a morte...

O assassinato não é a única forma de violência no campo, quando os conflitos não resultam em morte, trabalhadores e trabalhadoras rurais, sem-terras, acampados(as), indígenas e quilombolas sofrem ameaças, tentativas de assassinatos, torturas, agressões e prisões irregulares.

Fonte: CPT
Fonte: Jornal da Contag

'Blindagem' contra reforma agrária – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 05/08/2009

A Comissão de Agricultura do Senado aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei que altera os critérios de desapropriação de terras para fins de reforma agrária no país. Na prática, o relatório da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) blinda as propriedades rurais consideradas produtivas, tira poder do Executivo ao submeter o processo ao Congresso Nacional e concede prazos adicionais de adequação a donos de terras improdutivas.

O projeto, que será analisado pela Câmara dos Deputados sem a necessidade de passar pelo crivo do plenário do Senado, desatrela os parâmetros chamados grau de utilização da terra (GUT) e de eficiência na exploração (GEE) que definem a desapropriação. O conceito de "propriedade produtiva" passará a ser fixado apenas com base no GEE. Pela nova lei, o GUT serviria apenas para saber se o aproveitamento da propriedade e sua função social seria "racional e adequado". Hoje, esses índices são o principal mecanismo das vistorias do Incra para determinar eventual desapropriação de terra.

O governo considera improdutiva, e portanto passível de processo, toda propriedade com índices GUT abaixo de 80% e GEE menor do que 100%. "Se um produtor decidir pela redução da produção, e da sua área plantada, por uma questão estratégica de mercado, corre o risco de ser desapropriado", disse a senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA). Ela lembrou que o setor é o único a contar com índices fixados em lei.

O texto aprovado por nove dos 16 senadores da Comissão de Agricultura também submete ao Congresso toda proposta de alteração do Executivo para os índices de produtividade usados em processos de reforma agrária. Além disso, regionaliza esses índices. Novas alterações nos índices, como o estudo tocado desde o início do governo Lula, só poderão ser feitas com base em "estudos científicos". Hoje, os índices são decididos por proposição conjunta dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, desde que ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA).

Mesmo diante da discordância do governo com o texto da relatora, a medida foi aprovada por ampla maioria dos presentes. Apenas a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) tentou modificar, sem sucesso, a proposta com quatro emendas. O embate entre ruralistas, produtores familiares e movimentos sociais deve ficar para a Câmara. O Ministério do Desenvolvimento Agrário trabalhou contra o projeto por defender "competência exclusiva" do Executivo em fixar os índices.

O texto do Senado também instituiu a figura da "microrregião homogênea" para cálculo dos índices de rendimento de lavouras e da pecuária. Os indicadores serão adaptados a cada região específica de produção, o que inibe eventual uniformização de parâmetros. O texto fixa prazos adicionais para o cumprimento de eventuais novos índices propostos pelo Executivo e aprovados pelo Congresso. Os produtores de culturas temporárias, como soja, milho e algodão, passam a ter dois anos para obedecer aos novos índices de produtividade ou ajustes de parâmetros já existentes. Pecuaristas e produtores dedicados a lavouras perenes, como café, cana e cacau, terão cinco anos para a adaptação.

Senado discute estatuto do produtor – Valor Econômico – Agronegócios – 05/08/2009

O Senado começou ontem a discutir o Estatuto do Produtor Rural. O texto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) promete levantar polêmica com outros setores. A proposta do senador isenta os produtores da responsabilidade por crime ambiental quando não houve sua "participação direta", mas obriga-os a recuperar as áreas degradadas em até dez anos.

Também define como "infração à ordem econômica" o exercício "abusivo" de poder de mercado por fornecedores de insumos e compradores da produção. E estende aos produtores os direitos do atual Código de Defesa do Consumidor.

Relatora do tema, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) pediu cautela nas discussões. "Temos o maior interesse em aprovar o estatuto, mas não podemos ter um texto que piore a nossa situação. Por isso, temos que discutir profundamente essa matéria", apelou a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA).

A proposta, em debate na Comissão de Agricultura, fixa em 30 dias o prazo para concessão de crédito rural pelos bancos e proíbe a "venda casada" de produtos bancários atrelados à concessão de crédito, como seguro rural e títulos de capitalização, por exemplo. Além disso, reafirma o direito do produtor ao preço mínimo, seguro rural e subsídios ao prêmio dessas apólices. Torna gratuito o registro em cartório de contratos de parceria e arrendamento rural. Além disso, determina que toda comunidade rural deve ter ao menos um posto de saúde com enfermeiro e médico em período integral.

O senador Valadares defendeu o texto como forma de dar ao produtor a garantia de lucro, mas também fixar o dever de cumprir a função social da terra. "O estatuto protege o produtor. Com o estatuto, ele terá uma referência mais política e social para a sua atividade", disse. O senador Gilberto Göellner (DEM-MT) reivindicou "segurança jurídica"

para investir na terra. "A forma como se produz hoje gera uma insegurança jurídica muito grande ao produtor", disse.**(MZ, com Agência Senado)**

MST inicia hoje manifestações por todo o país – Estado de São Paulo – Nacional 06/08/2009

O Movimento dos Sem-Terra (MST) inicia hoje uma série de manifestações pelo País, com o intuito de chamar a atenção da sociedade para a questão da reforma agrária. Em São Paulo, os militantes farão uma caminhada de quase 100 quilômetros, entre Campinas e a capital do Estado. Com suas bandeiras e faixas, ele partem hoje às 6 horas do Ginásio Rogê Ferreira, no bairro São Bernardo, em Campinas. A chegada a São Paulo está prevista para segunda-feira.

A caminhada deverá contar com 1.500 militantes, vindos de diversas partes do Estado, de acordo com a previsão dos organizadores. Em Brasília, o MST e a Via Campesina planejam reunir 3 mil trabalhadores ligados à organização no chamado Acampamento Nacional pela Reforma Agrária.

Eles ficarão reunidos na área do Centro Cultural de Brasília entre os dias 10 e 21. Nesse período pretendem realizar manifestações nas ruas da capital federal e debater temas ligados à questão agrária.

Também estão previstas para os próximos dias manifestações em Pernambuco, Maranhão e outros Estados. De acordo com os organizadores das ações do MST, o objetivo é tentar atrair a simpatia de outros setores da sociedade para a questão da lentidão dos processos da reforma agrária nos sete anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"A nossa pauta está encalhada", diz Marcia Merisse, da coordenação do MST em São Paulo, referindo-se às famílias acampadas em beiras de estrada e áreas invadidas - à espera de assentamento.

CRISE

Embora a reforma agrária seja o tema central das manifestações, o MST também pretende utilizá-las para criticar a política econômica do governo. Seus líderes argumentam que o governo deveria intensificar os assentamentos no período de crise econômica, possibilitando assim a criação de mais oportunidades de emprego.

Segundo José Batista de Oliveira, da coordenação nacional do movimento, o governo desperdiça uma oportunidade histórica. "No contexto da crise econômica, é ainda mais urgente a reforma agrária, para a garantia da soberania alimentar e geração empregos", diz

ele.

O MST também deverá protestar, nos próximos dias, contra a chamada criminalização dos movimentos sociais. Afirma-se que estaria ocorrendo no País uma investida do Judiciário contra os líderes de grupos indígenas, de sem-terra e quilombolas, que lutam pelo direito à terra. Entidades ligadas à Igreja Católica que atuam nessas áreas também têm chamado a atenção para a "criminalização".

Mais espaço para os sem-tera – Aloísio de Toledo Cesar - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 07/08/2009

Os espaços em branco deixados pelo Estado brasileiro no território nacional expõem aos nossos olhos, a toda hora, a sua ocupação por grupos criminosos organizados. Exemplo mais ostensivo é o das quadrilhas que se tornam donas de favelas e substituem o administrador público, direcionando o dia a dia dos moradores e com isso submetendo-se à sua vontade. Enfim, um poder paralelo se implanta, quase sempre na forma de desafio.

Esse mal terrível se amplia incontrolavelmente e dá a dimensão da incompetência do poder público. Talvez o exemplo das favelas não seja o mais grave. É possível que o mais grave esteja no campo, onde verdadeiros exércitos organizados partem para a ocupação de terras que eles próprios adjetivam de devolutas, improdutivas, sem dono, etc.

Numa verdadeira democracia é perfeitamente compreensível, e até mesmo desejável, que grupos de pessoas marginalizadas ou excluídas se organizem para pressionar o poder público em favor de suas reivindicações. Nesse prisma, por ser democrático, os grupos organizados de sem-terra acabaram por ser aceitos, assim como demais associações de classe, partidos políticos que odeiam a democracia, sindicatos, segmentos não-governamentais, etc. Mas causa perplexidade não que esses grupos existam e defendam os próprios interesses, mas que tirem proveito dos vazios deixados pelo Estado para cometer crimes não punidos, que se multiplicam a cada dia, ao estímulo da impunidade. Quando não há certeza da punição, como no caso dos sem-terra, o mau exemplo faz a criminalidade crescer sem controle.

É forçoso observar que a prática das invasões se fortalece na medida em que as reivindicações dos grupos organizados não encontram resposta do poder público. Sendo inúteis as pressões democraticamente exercidas, violência e criminalidade surgem como alternativa seguida. Diferente seria se houvesse um esforço efetivo e transparente em favor da reforma agrária, não essa claramente inútil que decorre das invasões. Só uma política agrária feita com inteligência poderia, a esta altura, livrar o País das invasões e dos

transtornos que representam para os proprietários de terras.

É sempre bom não esquecer que, além de violação civil e constitucional ao direito de propriedade, a invasão de terras constitui crime, previsto no Código Penal, que se consuma com a invasão real (física) ou ficta (grave ameaça), da qual participem no mínimo três pessoas ou muitas mais. É o que todo dia desfila aos nossos olhos, pelas páginas dos jornais e pelas telas da televisões. Por se tratar de crime, seria dever do poder público evitá-lo e combatê-lo. Mas, a despeito de o aparelhamento policial ter conhecimento prévio das invasões, elas ocorrem sem a menor oposição e até mesmo com o estímulo do atual governo federal.

Não há dúvida alguma de que as organizações de sem-terra têm em sua gênese a falida doutrina marxista, combalida e desacreditada no mundo todo, mas que ainda encontra adeptos fervorosos nos grupos íntimos do presidente da República. Como quem acende uma vela a Deus e outra ao diabo, o chefe da Nação assopra a brasa para aquecer o regime capitalista ao mesmo tempo que, com "a mão do gato", alimenta e estimula os que pregam a economia de Estado.

Todos sabemos quanto a impunidade estimula a criminalidade. Indiferente a isso e aceitando passivamente que os grupos de sem-terra, disseminados por todo o País, invadam propriedades, criando um perigoso conflito de classes, o presidente da República muitas vezes causa a impressão de que se diverte com isso. Em verdade, não só o seu governo, como os dos Estados, conhecem por antecipação as invasões e se tornam delas expectadores, permitindo que se consumem, ou seja, fica perfeitamente claro que o espaço é deixado em aberto propositadamente. Isso traduz a ideia de que os sem-terra são usados para favorecer interesses políticos e partidários e até para facilitar desapropriações de terras de pessoas espertas, que não conseguem vendê-las. A corrupção, nesse contexto, alia-se à agitação. Lamentavelmente, além de deixar o País de pernas para o ar, esse comportamento serve tão somente para negar os princípios democráticos alcançados a duras penas pelos brasileiros.

Interessante conferir que alguns grupos chegam mesmo a avisar publicamente, em entrevistas públicas, o mês em que as invasões ocorrerão (quem não se lembra da repetição do "abril vermelho"?). E o poder público nada faz para resguardar a ordem e garantir o direito de propriedade, assegurado pela Constituição federal. Mais grave: a restituição da paz social passa a depender da reintegração de posse determinada pelo Judiciário, o qual, contudo, encontra enorme dificuldade para punir criminalmente os invasores, dada a confusão quanto à identificação da autoria (os invasores em geral são centenas). O omissão do governante, quando deixa de impedir uma invasão da qual tem conhecimento prévio, é criminosa, porque não pode abdicar do dever de cumprir as leis e a Constituição, as quais jurou cumprir no ato de posse.

Estudiosos do problema representado pelos sem-terra estimam que esse exército hoje é composto por muito mais de 1 milhão de pessoas. Somente um dos grupos, o MST, de

acordo com estudo da pesquisadora Elenira de Jesus Souza, da Universidade Estadual Paulista, mobilizou 376.329 famílias de 2000 a 2007, com a média de cinco pessoas por família. Incrivelmente, até a Comissão Pastoral da Terra, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tem estimulado as invasões de áreas privadas, ao pretexto talvez de proteger os grupos marginalizados da sociedade. Não deixa de ser curioso que os bispos católicos se empenhem em estimular as invasões, para favorecer grupos que se valem da violência, mas se esqueçam daqueles que são invadidos e sofrem os prejuízos por elas causados. Soa como se os invadidos estejam sendo excluídos da religião católica ou tenham alguma coisa que ver com o demônio, pelo "pecado" de possuírem um pedaço de terra.

Aloísio de Toledo César é desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. E-mail: aloisioparana@ip2.com.br

Projeto que muda critérios para Reforma Agrária é aprovado – Sítio eletrônico da CPT – 07/08/2009

O Projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que muda os critérios e a sistemática de fixação dos parâmetros para a classificação de uma propriedade agrícola para fins de Reforma Agrária foi aprovado no Senado, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no dia 4 de agosto. De acordo com determinação da Lei Agrária (Lei 8.629/93), as propriedades devem ter 100% de eficiência na exploração da terra para que seja considerada produtiva. Entretanto, o substitutivo elaborado pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO) propõe que seja considerada propriedade produtiva a que atingir o grau de eficiência na exploração segundo os índices de produtividade fixados pelo Congresso Nacional, sem nenhuma outra exigência. Pelo texto aprovado (PLS 202/05), os parâmetros fixados pelo Legislativo serão ajustados, periodicamente, pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com base em estudos do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, e avaliados pelo Conselho Nacional de Política Agrícola. O texto ainda dá um prazo de dois anos, para culturas temporárias, e de cinco anos, para culturas perenes e para a pecuária, para que as propriedades rurais se ajustem toda vez que os parâmetros de produtividade forem alterados, além de determinar a regionalização esses indicadores, que devem ser estabelecidos para cada microrregião. Como foi votada em decisão terminativa na CRA, e não foram apresentados recursos para votação em Plenário, a proposta segue direto para a Câmara dos Deputados.

É preciso um novo modelo agrícola para o país – João Pedro Stédile – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 10/08/2009

OS PROBLEMAS do desenvolvimento do meio rural e da construção de uma sociedade menos desigual, que resolva os problemas da pobreza, da educação e do direito à terra, passam atualmente por duas iniciativas complementares.
De forma urgente, o governo precisa enfrentar os problemas mais agudos da pobreza no campo. O governo Lula está em dívida com a reforma agrária. Temos ao redor de 90 mil famílias acampadas à beira de estradas, passando por todo o tipo de necessidade por anos e anos.
Em 2005, o governo prometeu cumprir a lei agrária e atualizar os índices de produtividade para desapropriação, que são de 1975.
Até hoje, nada mudou. Em sete anos, apenas 40 mil casas em assentamentos foram construídas com crédito público. O pior é que, por causa da crise, cortaram pela metade os recursos do Orçamento para reforma agrária neste ano.
Em segundo lugar, o MST tem procurado debater com a sociedade e com o governo a necessidade de construirmos um novo modelo de produção na agricultura.
A partir dos anos 90, com a hegemonia do capital financeiro e das empresas transnacionais, foi se implantando o modo de produzir do chamado agronegócio, totalmente dependente desses interesses.
O jeito de produzir do agronegócio está baseado em latifúndios voltados para a monocultura de cana, de café, de soja, de laranja, de algodão ou para a pecuária extensiva. Os latifundiários, proprietários de áreas com mais de mil hectares, aliaram-se a empresas transnacionais, que fornecem os insumos -sementes transgênicas, fertilizantes químicos, venenos agrícolas e máquinas.
Depois disso, conglomerados estrangeiros passam a controlar o mercado com a garantia da compra das commodities, impondo os preços. A maior parte da produção se destina ao mercado externo e, por ter que repartir o lucro, fazendeiros procuram aumentar a escala, concentrando ainda mais terra e produção. Isso é perverso para os interesses da economia nacional e do povo brasileiro.
Esse modelo se sustenta no elevado uso de agrotóxicos, em vez de mão de obra e práticas agroecológicas. Não é por nada que o Brasil se tornou o maior consumidor mundial de venenos agrícolas, que degradam o solo e contaminam as águas e os alimentos que vão para o estômago.
A classe média alta é sábia e busca consumir produtos orgânicos, mas o povo não tem alternativa. Além da intoxicação, causa desequilíbrio no ambiente, com a monocultura que destrói a biodiversidade.
O agronegócio é totalmente dependente do capital financeiro. O governo terá que disponibilizar R$ 97 bilhões em crédito para produzir R$ 120 bilhões, o valor do PIB do agronegócio, que não consegue sozinho comprar os insumos e produzir.
Ou seja, a poupança nacional é usada para viabilizar a produção e o lucro de latifundiários e empresas transnacionais. Esse modelo é inviável do ponto de vista econômico, pois nenhum país se desenvolveu exportando matéria-prima. Os Estados Unidos, usados como modelo, exportam apenas 12% de sua produção agrícola.
O país utiliza 200 milhões de hectares para criar 240 milhões de cabeças de boi de forma extensiva, que se destinam basicamente para a exportação, sem nenhum valor agregado. Além do problema do efeito estufa, essas exportações rendem ao redor de US$ 5 bilhões

por ano. Os 7.000 operários da Embraer, que produzem aviões e peças, exportam praticamente o mesmo valor por ano.
Infelizmente, o governo Lula fez uma composição com as forças do agronegócio, com a ilusão de que sustentariam o desenvolvimento do campo. No entanto, deveria dar prioridade à reforma agrária e à pequena agricultura, deixando o agronegócio para o mercado, que tanto defendem.
Os movimentos do campo, da Via Campesina, da Contag, das pastorais sociais, que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária, defendemos que o Estado e o governo priorizem uma nova política agrícola, com base na democratização da terra, cada vez mais concentrada e valorizada.
Em segundo lugar, a prioridade deve ser a produção de alimentos sadios para o mercado interno.
Em terceiro lugar, a interiorização de pequenas e médias agroindústrias sob controle de cooperativas de trabalhadores. Aliás, é nesse tipo de atividade que deveríamos aplicar os recursos públicos do BNDES.
Em quarto lugar, o Estado deve estimular a agroecologia, que respeita o meio ambiente e preserva os bens da natureza.
Em quinto lugar, é urgente um programa de universalização da educação, em todos os níveis, para povoados do meio rural.
É isto que a sociedade precisa debater com profundidade: de qual modelo agrícola precisamos no nosso país para acabar com a pobreza, distribuir renda e garantir o desenvolvimento?

JOÃO PEDRO STEDILE, 55, economista, é integrante da coordenação nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e da Via Campesina.

MST cobra reforma e não vê espaço para protestos em 2010 – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 10/08/2009

Com fôlego reduzido e quase nenhum diálogo no governo que ajudou a eleger e reeleger, o MST chega hoje a Brasília com 3.000 sem-terra para o que está sendo considerado pelo próprio movimento a última grande mobilização de cobrança por reforma agrária na gestão Lula.
Em 2010, por conta das eleições, eles avaliam que não haverá espaço para cobranças. "O governo Lula tem uma dívida com a gente e, pelo calendário, este é o último ano de trabalho", diz Marina dos Santos, da coordenação nacional do MST.
O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra montará acampamento e, por duas semanas, fará marchas na Esplanada dos Ministérios e apresentará ao governo pauta de reivindicações com três eixos.
São eles: assentamento neste ano das famílias acampadas (falam em 90 mil, apenas do

movimento), suplementação de recursos para a reforma agrária e atualização dos índices de produtividade usados na vistoria de imóveis rurais passíveis de desapropriação, o que facilitaria a criação de assentamentos no Sul e Sudeste.
A **Folha** apurou que só a segunda será assumida pelo governo. O orçamento para isso, de R$ 950 milhões, foi cortado em R$ 400 milhões. O restante, R$ 550 milhões, já foi gasto pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). "Para obtenção de imóveis rurais, [o Incra] está sem [verba]", diz Rolf Hackbart, presidente do órgão. Neste ano, a meta é assentar 75 mil famílias.
A atualização dos índices, prometida por Lula em 2005, deve ficar para o fim do mandato, quando o presidente se livrará da pressão dos ruralistas, em campanha contra a medida. Dessa forma, o MST terá pouco a comemorar. O maior exemplo está na política de assentamentos, com prioridade na Amazônia. Das 519,1 mil famílias que o governo diz ter assentado entre 2003 e 2008, 47% estão no Norte (onde há apenas 4% dos acampados). Sem os avanços esperados, muitos têm abandonado os acampamentos. Já foram 150 mil. Hoje são cerca de 90 mil, segundo o MST. "Houve muita frustração das famílias", diz a coordenadora. Soma-se a isso o avanço do Bolsa Família e o aumento do salário mínimo.

É preciso um novo modelo agrícola – João Pedro Stédile – Sítio Eletrônico do MST – 10/08/2009

Os problemas do desenvolvimento do meio rural e da construção de uma sociedade menos desigual, que resolva os problemas da pobreza, da educação e do direito à terra, passam atualmente por duas iniciativas complementares.

De forma urgente, o governo precisa enfrentar os problemas mais agudos da pobreza no campo. O governo Lula está em dívida com a reforma agrária. Temos ao redor de 90 mil famílias acampadas à beira de estradas, passando por todo o tipo de necessidade por anos e anos.

Em 2005, o governo prometeu cumprir a lei agrária e atualizar os índices de produtividade para desapropriação, que são de 1975.

Até hoje, nada mudou. Em sete anos, apenas 40 mil casas em assentamentos foram construídas com crédito público. O pior é que, por causa da crise, cortaram pela metade os recursos do Orçamento para reforma agrária neste ano.

Em segundo lugar, o MST tem procurado debater com a sociedade e com o governo a necessidade de construirmos um novo modelo de produção na agricultura.

A partir dos anos 90, com a hegemonia do capital financeiro e das empresas transnacionais, foi se implantando o modo de produzir do chamado agronegócio, totalmente dependente desses interesses.

O jeito de produzir do agronegócio está baseado em latifúndios voltados para a monocultura de cana, de café, de soja, de laranja, de algodão ou para a pecuária extensiva.

Os latifundiários, proprietários de áreas com mais de mil hectares, aliaram-se a empresas transnacionais, que fornecem os insumos - sementes transgênicas, fertilizantes químicos, venenos agrícolas e máquinas.

Depois disso, conglomerados estrangeiros passam a controlar o mercado com a garantia da compra das commodities, impondo os preços. A maior parte da produção se destina ao mercado externo e, por ter que repartir o lucro, fazendeiros procuram aumentar a escala, concentrando ainda mais terra e produção. Isso é perverso para os interesses da economia nacional e do povo brasileiro.

Esse modelo se sustenta no elevado uso de agrotóxicos, em vez de mão de obra e práticas agroecológicas. Não é por nada que o Brasil se tornou o maior consumidor mundial de venenos agrícolas, que degradam o solo e contaminam as águas e os alimentos que vão para o estômago.

A classe média alta é sábia e busca consumir produtos orgânicos, mas o povo não tem alternativa. Além da intoxicação, causa desequilíbrio no ambiente, com a monocultura que destrói a biodiversidade.

O agronegócio é totalmente dependente do capital financeiro. O governo terá que disponibilizar R$ 97 bilhões em crédito para produzir R$ 120 bilhões, o valor do PIB do agronegócio, que não consegue sozinho comprar os insumos e produzir.

Ou seja, a poupança nacional é usada para viabilizar a produção e o lucro de latifundiários e empresas transnacionais. Esse modelo é inviável do ponto de vista econômico, pois nenhum país se desenvolveu exportando matéria-prima. Os Estados Unidos, usados como modelo, exportam apenas 12% de sua produção agrícola.

O país utiliza 200 milhões de hectares para criar 240 milhões de cabeças de boi de forma extensiva, que se destinam basicamente para a exportação, sem nenhum valor agregado.

Além do problema do efeito estufa, essas exportações rendem ao redor de US$ 5 bilhões por ano. Os 7.000 operários da Embraer, que produzem aviões e peças, exportam praticamente o mesmo valor por ano.

Infelizmente, o governo Lula fez uma composição com as forças do agronegócio, com a ilusão de que sustentariam o desenvolvimento do campo. No entanto, deveria dar prioridade à reforma agrária e à pequena agricultura, deixando o agronegócio para o mercado, que tanto defendem.

Os movimentos do campo, da Via Campesina, da Contag, das pastorais sociais, que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária, defendemos que o Estado e o governo priorizem uma nova política agrícola, com base na democratização da terra, cada vez mais concentrada e valorizada.

Em segundo lugar, a prioridade deve ser a produção de alimentos sadios para o mercado interno.

Em terceiro lugar, a interiorização de pequenas e médias agroindústrias sob controle de cooperativas de trabalhadores. Aliás, é nesse tipo de atividade que deveríamos aplicar os recursos públicos do BNDES.

Em quarto lugar, o Estado deve estimular a agroecologia, que respeita o meio ambiente e preserva os bens da natureza.

Em quinto lugar, é urgente um programa de universalização da educação, em todos os níveis, para povoados do meio rural.

É isto que a sociedade precisa debater com profundidade: de qual modelo agrícola precisamos no nosso país para acabar com a pobreza, distribuir renda e garantir o desenvolvimento?

(Este texto foi publicado originalmente no jornal Folha de S.Paulo)

Acampamento Nacional reúne 3 mil trabalhadores no DF – Sítio Eletrônico do MST – 10/08/2009

Três mil trabalhadores e trabalhadoras dos 23 estados onde o Movimento está organizado chegam hoje a Brasília. Ao longo do dia, as delegações das diferentes regiões do País vão se somando ao grande acampamento montado nos arredores do Estádio Mané Garrincha. A abertura oficial do acampamento está prevista para esta segunda-feira, às 19h.

Uma grande estrutura foi montada para receber os militantes do MST e de outros movimentos que integram a Via Campesina. "Cada estado tem sua cozinha e sua organização. É uma pedagogia que fomos acumulando ao longo de várias atividades de mobilização", conta Cedenir de Oliveira, da coordenação da equipe de infra-estrutura.

"Viemos reafirmar a necessidade da Reforma Agrária, que é a forma mais barata e objetiva de resolver os problemas do campo. E para podermos assumir nosso compromisso de produzir alimentos saudáveis para a população brasileira", afirmou José Batista de Oliveira, da coordenação Nacional do MST, durante entrevista coletiva realizada esta manhã.

O acampamento tem caráter de mobilização permanente, com atividades de formação, atividades culturais, marchas e protestos públicos para pressionar o governo. "Este governo assumiu a filosofia de fazer a Reforma Agrária sem conflitos. E isso não existe. Precisamos de uma política de enfrentamento ao latifúndio, à concentração dos meios de produção, à propriedade da terra, ao agronegócio", complementa Marina dos Santos, da coordenação nacional. Ela reforça que no momento de crise do capital, a Reforma Agrária deve ser colocada como central para resolver os problemas da classe trabalhadora, pois gera empregos diretos no campo e indiretos na cidade.

"Decidimos fazer esse acampamento porque vemos que todos os compromissos assumidos pelo governo federal – antes e depois da eleição – não estão sendo cumpridos", aponta Marina. No Brasil, 150 mil famílias vivem acampadas, 90 mil delas organizadas pelo MST. E cerca de 45 mil famílias estão assentadas, porém vivem em situação precária, sem os investimentos necessários. Uma das reivindicações é o assentamento imediato de todas as famílias.

E para que as famílias tenham condições de viver e produzir na terra, a segunda principal reivindicação é a reposição do orçamento para a Reforma Agrária, com ampliação dos recursos, para garantir o crédito necessário para a produção, educação, infra-estrutura.

Os acampados em Brasília se mobilizam também para cobrar a atualização dos índices de produtividade, intocados desde 1975, apesar do estabelecido pela Lei Agrária de

1993, que determina a revisão a cada cinco anos. “É vergonhoso que as grandes empresas e o latifúndio temam a atualização dos índices, depois de 30 anos sem mudanças!”, aponta José Batista. “Estamos aqui em busca de respostas concretas para nossos problemas concretos. Esperamos êxito em nossas negociações”.

Direito Agrário – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 11/08/2009

O Direito Agrário nasce na Roma antiga. As questões relativas à posse e ao uso da terra acabam consolidando um capítulo especial da ciência jurídica. Nele reside a função social da propriedade rural. Teoria da reforma agrária.

Os primeiros relatos sobre conflitos agrários vêm da Grécia antiga. Licurgo, legislador de Esparta, pioneiramente reparte as terras, inaugurando um Estado militar, escravocrata e comunista. Invenção misturada da História.

Entre os séculos 5º e 1º a. C., na expansão da Roma republicana, as terras do Lácio são confiscadas e transformadas em ager publicus, passíveis de ser arrendadas aos cidadãos romanos. Desse processo brotam os inúmeros conflitos com os patrícios, a população nativa. Instala-se o latifúndio escravista típico do Império Romano.

A gênese do Direito Agrário brasileiro se encontra na legislação portuguesa sobre as sesmarias. Inventado em 1375 por dom Fernando I, o Formoso, o sistema de dação aos súditos de fatias de terras das colônias visava a assegurar o abastecimento de Portugal. Origem das capitanias hereditárias.

O Brasil foi dividido em 12 faixas de terra, com direito de colonização e exploração cedido aos súditos da Coroa. O sistema de hereditariedade acabou em 1759, nas reformas do marquês de Pombal. Em 1822, com a Independência, desmorona o sistema sesmarial, substituído mais tarde, em 1850, pela Lei de Terras.

Aqui começa a verdadeira história da propriedade privada no Brasil. A nova lei, de inspiração republicana, passa a regular a compra e venda de glebas, bem como a discriminação e destinação das terras devolutas. Estas, fora do domínio de particular, nem ocupadas por posses ou uso público, eram as terras de ninguém.

Quase um século mais tarde, na Constituição de 1946, o Direito Agrário incorpora a desapropriação por interesse social, distinguindo-a da utilidade pública, esta adequada às intervenções urbanas. A reforma agrária entra na pauta política, prevendo a justa distribuição da propriedade rural. Somente em novembro de 1964, porém, vinga o Estatuto da Terra. Nele se explicita o conceito fundamental da reforma agrária: a função social da propriedade rural. O que significa isso?

Significa que a terra deve ser palco da produção, gerando emprego e renda. Não pode, portanto, ficar ociosa, desocupada, servindo à especulação. Terra de justo trabalho, base do progresso. A propriedade produtiva opõe-se ao latifúndio ocioso.

O texto legal, porém, estabelece ainda que deve a exploração fundiária servir à qualidade de vida e preservar o meio ambiente. E afirma que todos esses requisitos, de produção e bem-estar social, devem ser atendidos simultaneamente, quer dizer, uma fazenda não pode obter elevada produtividade, por exemplo, à custa do trabalho escravo. Muito bem.

Quando uma propriedade rural cumpre sua função social, está quite com a sociedade. Parabéns. Ao contrário, se ela explora mal a terra, degradando-a ou gerando conflitos trabalhistas, seu destino poderá ser a desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária. Vira um assentamento.

Assim se estabelecem, entre tantos, os princípios da produção justa e da reforma agrária no Direito Agrário brasileiro. Uma propriedade rural é impelida a ser produtiva, senão poderá ser desapropriada. A função social, claramente, portanto, limita o direito de propriedade. A regra vale para o campo, não atingindo os bens da cidade.

Nenhum industrial, nem comerciante, se obriga a obter produtividade mínima. Se ele quiser fechar seu negócio temporariamente, para aguardar melhor oportunidade de mercado, ou reduzir a produção por qualquer motivo, que seja esconder o jogo do genro interesseiro, jamais alguém o questionará por isso. Problema deles.

Na roça, não. O fazendeiro precisa garantir boa produtividade, além de cumprir a legislação trabalhista e ambiental, sob pena de perder a terra. O Direito Agrário, neste caso, opõe-se à lógica econômica capitalista. Mesmo enfrentando uma crise de rentabilidade, altamente endividado, fica impedido o agronegócio de baixar seu ritmo. Desleixar na produtividade pode provocar-lhe uma vistoria do Incra.

Uma razão moral e religiosa, ademais, justifica a função social no campo. Ao contrário da indústria, erigida pelo capital e pelo trabalho humano, a propriedade rural institui-se sobre uma gleba apropriada da natureza. No início da colonização, tomada de graça dos povos primitivos. Claro, para ser produtiva, investimentos se fazem necessários. Mas a parcela de terra, propriamente, ninguém a edificou. Dádiva divina.

Nessa contradição sobre o direito da propriedade rural se esconde o conflito básico da questão agrária. Primeiro, na comprovação técnica sobre o cumprimento da função social da terra. O modo de cálculo, o tempo considerado, a vistoria tendenciosa, tudo influencia a conta oficial. Segundo, nas estripulias dos sem-terra, que, julgando a seu valor, decidem invadir uma fazenda, forçando sua desapropriação. Fazem justiça com as próprias mãos. Violência na certa.

Neste 11 de agosto se comemora o Direito brasileiro. Os estudantes divertem-se nos bares,

curtindo a "pindura". Alguns malandros no campo, é verdade, fazem dívidas para nunca as honrar. Mas os agricultores brasileiros não querem dar o cano em ninguém. Carecem, isso sim, de apoio para solucionar seus problemas, gerados no mercado globalizado, sem reforçar sua antiga imagem de latifundiários. Procuram saídas dentro da lei, modernas, democráticas.

Que o Direito Agrário se afirme nos tribunais, com advogados isentos e competentes. Ajuda a trazer paz no campo.

Nova Ameaça a Produção – Estado de São Paulo Notas e Informações – 12/08/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu entrar em guerra com a agricultura brasileira - a agricultura de verdade, produtora dos alimentos consumidos pelas famílias e responsável pelo superávit comercial mantido pelo País apesar da crise. Curvando-se mais uma vez ao MST, o presidente se dispõe a combater um dos projetos mais sensatos da bancada ruralista, já aprovado no Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados.

O projeto estipula novos critérios de avaliação da produtividade rural, para reduzir o risco de arbítrio nas desapropriações para reforma agrária. Se aprovado o projeto, o governo terá de submeter ao Congresso quaisquer mudanças nos índices de produtividade, os produtores terão prazo para se ajustar aos limites legais, em caso de desvio, e, além disso, o grau de utilização da terra deixará de valer como referência para desapropriação. É um projeto de blindagem perfeitamente justificável no caso brasileiro.

O presidente mandou resolver o assunto já, informou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Gustavo Cassel, citado pelo jornal Valor. "Esses senhores feudais não podem dispor da terra como quiserem, sem levar em conta a questão da produção de alimentos", disse o ministro. Também segundo ele, a Confederação Nacional da Agricultura, presidida pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), deveria estimular a produtividade, em vez de se postar do "lado errado".

Todos esses comentários compõem um quadro absolutamente distorcido da agropecuária brasileira. Para começar, não há no Brasil um problema de oferta de alimentos. A produção é mais que suficiente para abastecer o mercado interno e para atender muitos clientes no exterior. Se ainda há algum problema de subnutrição no Brasil, é por falta de empregos produtivos e de renda, e não por escassez de comida. Até o presidente Lula já reconheceu esse fato publicamente, abandonando as tolices ainda repetidas por assessores.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, 70% dos alimentos produzidos no Brasil provêm de propriedades familiares. Isso é provavelmente verdadeiro - mas essas propriedades familiares são aquelas exploradas de forma competente e moderna, fora dos

padrões defendidos pelo MST e seus porta-vozes no governo.

Muitos produtores pequenos e competentes trabalham para indústrias processadoras de alimentos. Seu êxito está associado a uma das atividades mais combatidas pelos piores conselheiros do presidente Lula - o agronegócio.

Quanto à produtividade agropecuária, não é a especialidade dos servidores federais do MST. Os produtores mais eficientes são justamente aqueles - grandes, médios e pequenos - envolvidos de forma direta ou indireta na produção competitiva para os mercados internos e externos. De janeiro a junho, a receita geral das exportações brasileiras, US$ 69,95 bilhões, foi 22,2% inferior à de um ano antes. No mesmo período, o agronegócio faturou no mercado externo US$ 31,44 bilhões, valor 6,9% menor que o do primeiro semestre de 2008. O superávit comercial do setor, US$ 26,36 bilhões, garantiu o resultado geral positivo (US$ 13,98 bilhões), mais que compensando o déficit de outros segmentos. Esse resultado foi essencial para o Brasil atravessar sem maiores danos a crise internacional.

Mas o presidente Lula prefere apoiar a política do MST, representada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e manter em constante insegurança um dos setores mais dinâmicos e estratégicos para a segurança externa e a estabilidade de preços.

O dinamismo do agronegócio revela-se mais uma vez na evolução recente das vendas de máquinas agrícolas. Em junho, a indústria vendeu no mercado interno 5,6% mais do que em maio. De junho para julho, o aumento foi de 13%. No acumulado do ano, o resultado ainda é inferior ao de 2008, mas a reação das vendas é um sinal promissor. Quem compra equipamentos num cenário econômico ainda pouco favorável não é certamente um bando de senhores feudais improdutivos.

Mas os conselheiros de Lula com certeza se entusiasmam bem menos com esses números do que com os bonés e camisas vermelhas dos bandos arregimentados pelo MST. Esses bandos, mais uma vez, ocuparam ontem, em Brasília, o Ministério da Fazenda. Para isso são muito eficientes. Produção é outra coisa.

Sem Terra realizam protestos em 13 Estados – Sítio Eletrônico do MST – 11/08/2009

A jornada de lutas do MST, que cobra do governo federal a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento dos assentamentos, realizou protestos em 12 estados, nesta terça-feira (11/8). Foram ocupadas sedes do Ministério da Fazenda em quatro estados e superintendências do Incra em três estados.

O MST exige o descontingenciamento de R$ 800 milhões do orçamento do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para este ano e aplicação na desapropriação e obtenção de terras, além de investimentos no passivo dos assentamentos.

"A nossa jornada de lutas denuncia os cortes do Ministério da Fazenda no orçamento da Reforma Agrária, cobra o descontingenciamento dos investimentos e exige o assentamento das 90 mil famílias acampadas no país pelo Incra", afirma o integrante da coordenação nacional do MST, José Batista de Oliveira.

A ações também exigem a atualização dos índices de produtividade, intocados desde 1975, e investimentos para o fortalecimento dos assentamentos na áreas de habitação, infra-estrutura e produção agrícola. Parte significativa das famílias acampadas do MST está à beira de estradas desde 2003 e 45 mil famílias foram assentadas apenas no papel.

Protestos contra os cortes

Em **Brasília**, mais de 3000 trabalhadores rurais do MST e da Via Campesina ocuparam o Ministério da Fazenda, na Esplanada dos Ministérios. Na segunda-feira, os trabalhadores rurais chegaram em Brasília, onde ficarão acampados até dia 20.

Em **Belém**, 850 trabalhadores do MST ocuparam a delegacia do Ministério da Fazenda, depois de sete dias de marcha de 200 km, do município de Irituia até a capital do estado, pela rodovia Belém-Brasília.

Em **Curitiba**, cerca de 400 Sem Terra ocuparam a representação do Ministério da Fazenda, no centro da cidade. Em frente ao Incra, estão acampados mais 100 trabalhadores rurais, na luta pela Reforma Agrária.

Em **Cuiabá**, cerca de 1.200 trabalhadores de diversos movimentos sociais do campo atuantes no Mato Grosso, com apoio político da CPT, do Centro Burnier Fé e Justiça e Assembléia Popular, ocuparam o prédio da Receita Federal, órgão do Ministério da Fazenda.

Em **São Paulo**, os 1000 marchantes do MST, que chegaram ontem à cidade após uma caminhada de 100 km, fizeram um protesto em frente à delegacia do Ministério da Fazenda (ao lado da estação de metrô Luz) para denunciar a política econômica do governo federal, que impede a realização da Reforma Agrária.

Em **Porto Alegre**, cerca de 1000 trabalhadores e trabalhadoras da Via Campesina montaram um acampamento, na manhã desta terça-feira (11/8), no pátio do Ministério da Fazenda.

Em **Florianópolis**, 400 trabalhadores do MST fizeram protesto em frente à delegacia do Ministério da Fazenda.

No **Rio de Janeiro**, 150 trabalhadores rurais Sem Terra realizaram um ato de protesto, às 11h30 da manhã desta terça-feira (11/8), em frente à delegacia do Mistério da Fazenda no Rio de Janeiro.

Atos em defesa dos assentamentos

Em **Salvador**, cerca de 400 integrantes do MST ocuparam a superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em protesto contra os cortes do orçamento da Reforma Agrária e em defesa do assentamento das 28 mil famílias acampadas em todo o estado.

No **Ceará**, cerca de 1.500 mil pessoas estão mobilizadas em todo o estado. Em Fortaleza, Sem Terra ocuparam o Incra, na Avenida José Bastos. No município de Caucaia, foi ocupada uma fazenda improdutiva. Foram realizados protestos em órgãos públicos em diversos municípios.

Em **Petrolina**, cerca de 150 famílias do MST ocupavam a sede do Incra, no Sertão do Estado, para fortalecer as reivindicações da marcha estadual. No primeiro dia da marcha, 2.500 trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra de Pernambuco caminharam 12 km da cidade de Pombos, no Agreste Pernambucano, até o município de Vitória de Santo Antão. Na chegada a Vitória, foi realizado um ato publico no centro da cidade com panfletagem e exposição de fotos dos 25 anos do MST.

Em **Maceió**, cerca de 600 agricultores de várias regiões de Alagoas chegaram pela manhã para se somarem às mobilizações da jornada nacional de lutas. No Estado de Alagoas, marcado pela concentração fundiária e pela superexploração da mão-de-obra do campo na monocultura da cana-de-açúcar, são contabilizadas hoje 5.890 famílias acampadas organizadas pelo MST.

No **Mato Grosso do Sul**, divididos em duas colunas, 850 Sem Terra iniciaram uma marcha no sábado, que chegará sexta-feira à capital Campo Grande. Com o lema "Terra, Trabalho e Soberania", a 6ª Marcha Estadual alerta sobre necessidade da Reforma Agrária para a construção de uma alternativa à crise econômica.

MST ocupa Ministério da Fazenda – Sítio Eletrônico da CNA – 12/08/2009

O Movimento dos Sem-Terra (MST) iniciou ontem nova jornada nacional de lutas. O objetivo, segundo seus líderes, é cobrar do governo federal mais recursos para a reforma agrária e a manutenção dos milhares de assentamentos já existentes no País. Foram realizadas ocupações de repartições públicas, marchas e manifestações de protesto em 12 Estados. Os alvos preferidos foram instalações do Ministério da Fazenda, que estaria retendo R$ 800 milhões do orçamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para este ano.

Em Brasília, logo pela manhã, manifestantes do MST ocuparam o saguão e a área externa do ministério. Eles só deixaram o local à noite. Segundo a Polícia Militar, um de seus sargentos sofreu ferimentos leves no momento da invasão. Por se tratar de área federal, será encaminhado à Polícia Federal pedido de inquérito para apurar a responsabilidade pela lesão e os danos causados às instalações.

Áreas controladas pela pasta da Fazenda também foram ocupadas em Curitiba, Cuiabá e Belém. Na capital paranaense os sem-terra conseguiram paralisar os trabalhos durante quase duas horas, antes de ser convencidos a deixar o prédio. Segundo um dos líderes da ação, José Damasceno, foi um protesto contra o contingenciamento dos recursos.

"O orçamento de 2009 já era insuficiente, diante da demanda. Imagine agora, com o corte de 40% dos recursos", afirmou. Segundo suas informações, existem 5 mil famílias

acampadas naquele Estado, à espera de assentamento. No Brasil seriam 90 mil.

Em todo o País, os manifestantes também cobraram das autoridades maior atenção para as famílias já assentadas. "Não basta o assentamento", disse Damasceno. "É preciso investimento forte do governo, até que as famílias se recuperem, do ponto de vista social e econômico."

Ainda em Brasília, líderes dos sem-terra vão tentar negociar nos próximos dias, no Incra e no Ministério da Fazenda, a liberação de mais recursos.

Em São Paulo, os militantes tentaram ocupar o edifício da Fazenda. Impedidos pela PM, fizeram uma manifestação de protesto na entrada da repartição pública. Portavam faixas onde se lia: "Urgente: Lula, não corte o orçamento da reforma agrária."

TRANSTORNO

Em Curitiba, além de invadirem o edifício do Ministério da Fazenda, os manifestantes tomaram as ruas centrais da cidade na parte da manhã, provocando transtornos no trânsito. Eles também protestaram diante da sede do Incra.

No Ceará foram ocupadas agências do Banco do Nordeste em três cidades do interior. Na capital, Fortaleza, paralisaram o funcionamento da superintendência regional do Incra. Os funcionários, ao chegar para o trabalho, não puderam entrar.

A sede da superintendência do Incra em Salvador também foi ocupada. Em Porto Alegre, os sem-terra acamparam diante do prédio da Receita Federal, impedindo o atendimento ao público. Além de ajuda financeira às famílias assentadas e criação de assentamentos, eles reivindicavam ajuda à agricultura familiar gaúcha, que teria sido gravemente afetada pela estiagem, no primeiro semestre deste ano.

De acordo com nota divulgada ontem no Recife pelo MST, 150 militantes haviam ocupado a sede do Incra em Petrolina, no interior do Estado. A assessoria de imprensa da autarquia federal, porém, negou a informação. Garantiu que foram apenas dez militantes e não ouve ocupação do prédio. Novas manifestações deverão ocorrer até o fim da semana.

Em nota a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), afirmou ontem que "não é responsável pelas dificuldades de eventuais programas do governo, como é o caso da reforma agrária". "A CNA nada tem contra a reforma agrária, proposta que diz respeito ao governo. O que a CNA não considera aceitável, assim como a maioria do povo brasileiro, são as invasões de terra. O compromisso da CNA e do Brasil é com o Estado de Direito e a democracia", diz a nota.

* Autores: Roldão Arruda, Evandro Fadel, Vannildo Mendes, Elder Ogliari, Fabíola Salvador, Carmem Pompeu e Angela Lacerda. Notícia publicada no Jornal O Estado de S. Paulo desta quarta-feira - 12/08/2009

MST ocupa Ministério da Fazenda – Estado de São Paulo – Nacional – 12/08/2009

O Movimento dos Sem-Terra (MST) iniciou ontem nova jornada nacional de lutas. O objetivo, segundo seus líderes, é cobrar do governo federal mais recursos para a reforma agrária e a manutenção dos milhares de assentamentos já existentes no País. Foram realizadas ocupações de repartições públicas, marchas e manifestações de protesto em 12 Estados. Os alvos preferidos foram instalações do Ministério da Fazenda, que estaria retendo R$ 800 milhões do orçamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para este ano.

Em Brasília, logo pela manhã, manifestantes do MST ocuparam o saguão e a área externa do ministério. Eles só deixaram o local à noite. Segundo a Polícia Militar, um de seus sargentos sofreu ferimentos leves no momento da invasão. Por se tratar de área federal, será encaminhado à Polícia Federal pedido de inquérito para apurar a responsabilidade pela lesão e os danos causados às instalações.

Áreas controladas pela pasta da Fazenda também foram ocupadas em Curitiba, Cuiabá e Belém. Na capital paranaense os sem-terra conseguiram paralisar os trabalhos durante quase duas horas, antes de ser convencidos a deixar o prédio. Segundo um dos líderes da ação, José Damasceno, foi um protesto contra o contingenciamento dos recursos.

"O orçamento de 2009 já era insuficiente, diante da demanda. Imagine agora, com o corte de 40% dos recursos", afirmou. Segundo suas informações, existem 5 mil famílias acampadas naquele Estado, à espera de assentamento. No Brasil seriam 90 mil.

Em todo o País, os manifestantes também cobraram das autoridades maior atenção para as famílias já assentadas. "Não basta o assentamento", disse Damasceno. "É preciso investimento forte do governo, até que as famílias se recuperem, do ponto de vista social e

econômico."

Ainda em Brasília, líderes dos sem-terra vão tentar negociar nos próximos dias, no Incra e no Ministério da Fazenda, a liberação de mais recursos.

Em São Paulo, os militantes tentaram ocupar o edifício da Fazenda. Impedidos pela PM, fizeram uma manifestação de protesto na entrada da repartição pública. Portavam faixas onde se lia: "Urgente: Lula, não corte o orçamento da reforma agrária."

TRANSTORNO

Em Curitiba, além de invadirem o edifício do Ministério da Fazenda, os manifestantes tomaram as ruas centrais da cidade na parte da manhã, provocando transtornos no trânsito. Eles também protestaram diante da sede do Incra.

No Ceará foram ocupadas agências do Banco do Nordeste em três cidades do interior. Na capital, Fortaleza, paralisaram o funcionamento da superintendência regional do Incra. Os funcionários, ao chegar para o trabalho, não puderam entrar.

A sede da superintendência do Incra em Salvador também foi ocupada. Em Porto Alegre, os sem-terra acamparam diante do prédio da Receita Federal, impedindo o atendimento ao público. Além de ajuda financeira às famílias assentadas e criação de assentamentos, eles reivindicavam ajuda à agricultura familiar gaúcha, que teria sido gravemente afetada pela estiagem, no primeiro semestre deste ano.

De acordo com nota divulgada ontem no Recife pelo MST, 150 militantes haviam ocupado a sede do Incra em Petrolina, no interior do Estado. A assessoria de imprensa da autarquia federal, porém, negou a informação. Garantiu que foram apenas dez militantes e não ouve ocupação do prédio. Novas manifestações deverão ocorrer até o fim da semana.

Em nota a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), afirmou ontem que "não é responsável pelas dificuldades de eventuais programas do governo, como é o caso da reforma agrária". "A CNA nada tem contra a reforma agrária, proposta que diz respeito ao governo. O que a CNA não considera aceitável, assim como a maioria do povo brasileiro, são as invasões de terra. O compromisso da CNA e do Brasil é com o Estado de Direito e a democracia", diz a nota.

MST invade ministério e acusa Lula de traição – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 12/08/2009

Insatisfeitos com a política de reforma agrária do governo federal, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra invadiram, ontem pela manhã, o Ministério da Fazenda e, pela primeira vez, chamaram o presidente Lula de "traidor". Para que saíssem, exigiram o agendamento de uma reunião com ministros, o que conseguiram após oito horas e meia. Às 17h45, os sem-terra deixaram o prédio após telefonema do ministro Luiz Dulci (Secretaria Geral), que confirmou encontro com o MST hoje à tarde.

O MST chegou anteontem a Brasília para sua última grande manifestação na gestão petista -avalia-se que não haverá espaço para isso em ano eleitoral.

Sem-terra de 24 Estados ergueram um acampamento para reivindicar mais recursos para a reforma agrária, atualização dos índices de produtividade de áreas passíveis de desapropriação e o assentamento, neste ano, das 90 mil famílias acampadas do movimento.

A entrada no saguão do ministério ocorreu às 9h10, no momento em que uma marcha com cerca de 5.000 pessoas, segundo a PM, percorria a Esplanada dos Ministérios. Não houve confronto. Seguranças da Fazenda e policiais militares conseguiram evitar que os sem-terra tivessem acesso aos elevadores e escadas. Dentro do hall, ficaram cerca de 200 sem-terra. Os demais, do lado de fora. Eles entravam e saíam livremente.

"Ô Lula, seu traidor, manda polícia pra bater em trabalhador"; "Lula, a culpa é tua, o povo está na rua; e "Lula, lá, o que aconteceu? Cadê a reforma agrária que você nos prometeu?", gritaram os sem-terra.

"Isso [ataques a Lula] é uma demonstração da [nossa] insatisfação. Por isso é quase que uma obrigação elevarmos o tom para ver o que acontece", disse Marina dos Santos, da coordenação nacional do MST.

Houve ainda manifestações contrárias ao apoio de Lula ao senador José Sarney (PMDB-AP). Numa porta do ministério, um sem-terra escreveu: "Lula, você é o culpado de manter o Sarney no poder". Do carro de som, Sarney e Renan Calheiros foram chamados de "moleque", "safado", "bandido" e "ladrão".

A polícia não precisou cumprir a ordem judicial de reintegração de posse do prédio. O ministro Guido Mantega (Fazenda) não trabalhou no ministério: ao saber da ação, seguiu direto para a sede provisória do Executivo no Centro Cultural Banco do Brasil.

Além da passeata e da invasão no Distrito Federal, militantes do MST e da Via Campesina fizeram ontem protestos em 13 Estados contra o corte de verbas para assentamentos. Foram invadidas as sedes regionais do Ministério da Fazenda (em Mato Grosso, Pará e Paraná) e do Incra (em Pernambuco, Bahia e Ceará).

No Pará, cerca de 800 trabalhadores chegaram anteontem a Belém após sete dias de marcha e invadiram o Incra. Ontem, o grupo invadiu o Ministério da Fazenda em Belém.

Em Curitiba, cerca de 400 sem-terra também invadiram a sede regional do ministério e outros cem fizeram ações em frente ao prédio do Incra.
Em Porto Alegre a entrada da Receita foi bloqueada por cerca de mil manifestantes. Em Cuiabá, cerca de 1.200 sem-terra invadiram o prédio da Receita.
Sem-terra invadiram as sedes do Incra em Petrolina (PE), Salvador e Fortaleza. No Ceará, os protestos reuniram 1.500 pessoas em seis municípios. Houve ainda atos em frente aos prédios da Fazenda em São Paulo, Rio, Florianópolis e Maceió, e do Incra em Boa Vista.

Colaborou a Agência Folha

Fazenda improdutiva? – O Globo – Capa – 12/08/2009

Integrantes do MST e da Via Campesina invadiram a sede e subiram até na marquise do prédio do Ministério da Fazenda, em Brasília. Houve ocupações em outros 11 estados por mais verbas para a reforma agrária. **Página 10**

MST invade Ministério da Fazenda – O Globo – O País – 12/08/2009

Sem-terra, que devem ser recebidos hoje por ministros, pedirão mais verbas BRASÍLIA. Trabalhadores rurais do Movimento dos Sem Terra (MST) e da Via Campesina ocuparam ontem o saguão da portaria principal do Ministério da Fazenda em Brasília. Os manifestantes reivindicavam liberação de recursos para projetos de reforma agrária no país. A entrada do prédio foi bloqueada e os servidores tiveram que entrar no prédio por um edifício anexo.

O edifício só foi desocupado depois que a Presidência da República aceitou receber hoje representantes do movimento.

Segundo o MST, um grupo de ministros do governo vai atender o grupo.

Escadas bloqueadas e elevadores desligados Mais cedo, para evitar que os sem-terra ocupassem os andares do prédio, a segurança desligou os elevadores e bloqueou o acesso às escadas. Com foice nas mãos, os manifestantes gritavam palavras de ordem: — Ou sai reforma agrária ou paramos o Brasil.

Em nota, o MST informou que a ocupação fazia parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária que acontece em todo o Brasil. Houve invasões em outros 11 estados. Os manifestantes pediam o descontingenciamento de R$ 800 milhões do orçamento do Incra para este ano.

Segundo o MST, uma parte significativa das famílias acampadas está à beira de estradas desde 2003.

Eles querem o assentamento das 90 mil famílias acampadas pelo país e o investimento em habitação, infra-estrutura e produção de 45 mil famílias que estão assentadas apenas no papel.

GOVERNO MARCA NOVA REUNIÃO COM MST – Folha de São Paulo – Brasil – 13/08/2009

Em encontro ontem com o MST, o governo anunciou que só na semana que vem terá resposta sobre a reivindicação dos sem-terra por mais recursos para obtenção de terras. Uma nova reunião foi agendada para terça-feira. Dos R$ 988 milhões previstos para isso no orçamento do Incra, R$ 600 mi já foram gastos, enquanto R$ 300 mi seguem bloqueados pela equipe econômica.

MST participa de protesto hoje na avenida Paulista – Folha de São Paulo – Brasil – 14/08/2009

Alojados desde segunda-feira no estádio do Pacaembu, manifestantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) engrossam, a partir das 10h de hoje, protesto na av. Paulista. Além dos sem-terra, centrais sindicais e outros movimentos sociais participam do ato pelo fim da crise financeira.
Ontem, o MST marchou até a sede do governo Serra, onde uma comissão foi recebida pelo presidente do Itesp (instituto de terras de SP), Gustavo Ungaro. "O movimento é legítimo. Mas o endereço está errado", disse o vice-governador Alberto Goldman, lembrando que a demanda é atribuição do governo federal.
Em Recife, após o MST invadir o prédio do Incra, o governo de Pernambuco prometeu construir pista de cooper, quadra poliesportiva e playground em um assentamento rural. Participaram da invasão de ontem cerca de 2.000 trabalhadores.
Em Maceió, sem-terra invadiram edifício do Incra e fizeram protesto no fórum de Atalaia (62 km de Maceió), onde tramita processo sobre o assassinato de um líder do movimento. A delegacia regional do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) também foi ocupada. Os manifestantes disseram que irão ficar nos locais por tempo indeterminado.

Frente da Terra cobra de Lula atualização de índices de produtividade – Sítio Eletrônico do MST – 14 de agosto de 2009

O deputado Dr. Rosinha (PT-PR), presidente da Frente Parlamentar da Terra no Congresso Nacional, defendeu ontem (13/8), mais uma vez, a atualização dos índices de produtividade agrícola, dados que determinam se uma fazenda é ou não improdutiva e que estão defasados há mais de três décadas. Criados em 1975, os índices de produtividade em vigor não levam em conta os avanços tecnológicos da agricultura.

A defasagem facilita aos fazendeiros alcançar os indicadores mínimos e evitar desapropriações. "Com novos índices, o número de imóveis que não cumprem sua função social disponíveis para a reforma agrária cresceria muito no país. O presidente Lula precisa tomar uma atitude", aponta Dr. Rosinha.

Para atualizar os índices, basta ao governo federal editar uma portaria conjunta entre os ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura. Em entrevista à Agência Brasil, o presidente interino do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Roberto Kiel, informou que a tabela com os dados revisados está na mesa do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, há três anos.

A atualização dos índices é uma das reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que promove esta semana uma série de manifestações em Brasília e em outros Estados do país. O presidente da Frente Parlamentar na Terra também criticou um projeto que tramita no Senado e que na última semana foi aprovado pela Comissão de Agricultura.

Fonte: Informes PT Câmara dos Deputados

MST e Centrais protestam contra a crise – Vannildo Mendes - Estado de São Paulo – Nacional – 15/08/2009

Com uma marcha de mais de dez quilômetros pela Esplanada dos Ministérios e Eixo Monumental, cerca de 4 mil manifestantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), Via Campesina, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e organizações sociais encerraram ontem a jornada de lutas por reforma agrária e contra a crise econômica.

Para evitar tumultos e invasões de prédios públicos, como nos dias anteriores, o governo montou forte esquema de segurança em torno dos ministérios, com tropa de choque e grupo de cavalaria da Polícia Militar. Não houve incidentes.

A direção do MST informou que em 23 Estados, além do DF, houve marchas e manifestações ontem. Em Brasília, cerca de 3 mil militantes vindos de diversas regiões permanecerão em vigília até a próxima terça-feira, num acampamento montado no estacionamento do estádio Mané Garrincha, aguardando o desfecho das negociações abertas com o governo na última quarta-feira, após a invasão do Ministério da Fazenda.

O movimento quer a retomada dos assentamentos, que estariam paralisados desde o final do ano passado, com o agravamento da crise econômica, o descontingenciamento de R$ 800 milhões do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a revisão do índice de produtividade rural para fins de desapropriação de terras. O governo formou uma comissão negociadora com representantes dos ministérios da Fazenda, Desenvolvimento Agrário, Planejamento e Casa Civil.

O MST decidiu em Brasília permanecerá em vigília até uma nova reunião marcada para terça-feira.

INVASÃO

Em Campo Grande, depois de uma semana de marcha pelo interior de Mato Grosso do Sul, 800 militantes do MST chegaram ontem pela manhã na capital e ocuparam o estacionamento e a frente do prédio do Incra.

Os sem-terra foram acompanhados por grupos indígenas, misturando bandeiras vermelhas com penas coloridas dos cocares. As reivindicações foram fundidas em um único documento.

Em Curitiba, o trânsito ficou bastante conturbado com a manifestação organizada pelas centrais sindicais e pelo MST. O grupo, estimado pelos organizadores em cerca de mil pessoas, saiu da Praça Santos Andrade, em frente à Universidade Federal do Paraná, no centro da cidade, circulou pelo Bairro Rebouças, para um protesto em frente à administração dos Correios, e retornou ao centro, na Boca Maldita, onde o movimento foi desfeito.

Latifundiário ou Sem Terra: um dos dois tem que perder – Sítio Eletrônico do MST – 15/08/2009

Ao longo dessa semana, o MST realizou marchas, atos, ocupações - de propriedades rurais e de prédios públicos - em diversos Estados para cobrar do governo federal medidas concretas para a realização da Reforma Agrária.

As principais reivindicações dos Sem Terra são o assentamento imediato de 90 mil famílias acampadas há mais de quatro anos pelo país; a atualização dos índices de produtividade da terra, que servem de parâmetro para classificar as propriedades rurais improdutivas, inalterados desde 1975; e o descontigenciamento de R$ 800 milhões retidos do orçamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por conta da crise econômica.

Principal liderança do MST, o gaúcho João Pedro Stedile concedeu entrevista ao *UOL Notícias* (em 14/08/09), na qual falou sobre a questão agrária no Brasil, as eleições presidenciais de 2010, o governo Lula, a crise no Senado, além de fazer um balanço dos 25 anos do movimento.

Sob o ponto de vista dos Sem Terra, a situação agrária no Brasil evoluiu ou continua praticamente igual a de 1996, quando houve o massacre de Eldorado dos Carajás e o movimento ganhou projeção?

Há aspectos que melhoraram muito, como, por exemplo, a criação do programa Luz Para Todos, que praticamente universalizou o acesso à energia elétrica. Há outros aspectos

que pioraram, como as condições de trabalho, as relações trabalhistas, a existência de trabalho escravo. Melhorou o nível de violência dos conflitos. Antigamente havia muito mais assassinatos, os fazendeiros eram mais prepotentes, queriam resolver tudo no tiro. Isso não significa que nós deixamos de ser reprimidos, mas agora a repressão é judiciária. É mais uma perseguição política ao MST e às suas lideranças. Do ponto de vista da organização da produção, eu acho que a situação piorou. Ainda somos reféns de 15 anos de neoliberalismo, que conseguiu impor ao Brasil esse modelo do agronegócio. Isso é um desastre para os nossos recursos naturais, para o meio ambiente, para a produção de alimentos. Recentemente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgou uma pesquisa não recomendando o consumo de 20 produtos e não aconteceu nada. Se fossemos uma sociedade mais organizada, o consumo desses produtos seria proibido. Mas é preciso criar condições para produzir alimentos saudáveis. E isso só em um outro modelo agrícola, baseado na agroecologia, na pluricultura. Hoje, a pequena agricultura perdeu espaço e as empresas transnacionais tomaram conta. Em cada segmento da produção agrícola, a produção se concentrou de tal maneira que nós temos quatro ou cinco empresas transnacionais controlando tudo. Nós regredimos do ponto de vista da soberania alimentar e do controle da nossa agricultura.

Em 25 anos, no que o MST evoluiu, no que regrediu, o que precisa mudar, quais são as maiores dificuldades que vocês enfrentam e quais os desafios?

Evoluímos em muitos aspectos internos. Em convênio com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), já formamos mais de 3.000 filhos de camponeses em cursos superiores. Temos atualmente mais de 3.500 frequentando universidades e mais de 300 companheiros fazendo pós-graduação, mestrado e doutorado. Isso é um avanço para a nossa organização, porque nos demos conta de que o conhecimento é fundamental para você construir uma sociedade democrática e, sobretudo, para resolver os problemas concretos. O MST investiu muito na educação da sua militância e da sua base. O que é uma novidade. Porque não havia essa tradição nos movimentos camponeses nem no Brasil, nem no mundo. Nós avançamos muito e digo isso com uma autocrítica porque há seis, dez anos atrás nós não dávamos bola para a agroecologia, achávamos que era coisa de ambientalista. Quando começamos perceber a gravidade da produção agrícola, as consequências dos agrotóxicos, do monocultivo, é que fizemos uma autocrítica e adotamos a agroecologia. Avançamos também no sentido de valorizar a cultura camponesa. O MST hoje tem vários pontos de cultura, estimulamos o teatro, fizemos convênios com o Teatro do Oprimido, do [Augusto] Boal, com o Ministério da Cultura, passamos filmes no interior...

E os desafios?

Os desafios ainda são enormes. Hoje não se trata mais de descobrir qual é o latifundiário atrasado e ocupar a fazenda dele. O latifúndio se modernizou porque se vinculou às empresas multinacionais e adotou o agronegócio. Vamos pegar o exemplo do banco Opportunity. O Daniel Dantas comprou 600 mil hectares no Pará, em 52 fazendas, onde ele cria mais de 450 mil bois. Para que um banco precisa de terra? Quando nós começamos a ocupar essas fazendas, nós enfrentamos um banco que, segundo relatório da Polícia Federal, é testa de ferro do Citigroup. Então, quando se ocupa uma fazenda do Dantas, não é só de um fazendeiro atrasado do Pará. Se enfrenta o capital financeiro

instalado na avenida Paulista (em São Paulo). E eles têm tentáculos nos meios de comunicação, como a Isto É, [que] é do Dantas, do banco Opportunity. Então, a Isto É, na outra semana após a ocupação, na capa, nos chama de bandidos, terroristas etc (em 2007, foi noticiado que o grupo de Dantas iria adquirir 51% do capital da Editora Três, proprietária da Isto É, mas a negociação não se concretizou por desistência da editora; o UOL Notícias procurou a empresa que, por meio da sua secretaria jurídica, afirmou que o grupo de Dantas não possui qualquer participação no seu capital e questionou o porquê de Stédile ter se referido ao banqueiro). Em São Paulo, antigamente nós ocupávamos uma área de pecuária extensiva, no Pontal [do Paranapanema]. Hoje, as melhores áreas produtivas se transformaram em monocultivo da cana. E de quem é a maior fazenda de cana aqui em São Paulo com 100 mil hectares? Da usina comprada pela Cargill. Então, quando nós vamos lá nos manifestar contra o monocultivo da cana, estamos enfrentando a Cargill, que é o maior grupo mundial de grãos. Essa é a mudança na correlação de forças que prejudicou muito os camponeses. E daí vem a necessidade de fazer uma Reforma Agrária não mais só ocupando a terra, mas com a mudança de modelo econômico.

Eu gostaria que o senhor comentasse a política agrária dos dois últimos governos do Estado São Paulo, de José Serra e Geraldo Alckmin (ambos do PSDB)?

A minha atuação é mais em nível nacional. Embora eu more aqui em São Paulo, não acompanho as questões mais relativas aos Estado. São outros companheiros que acompanham isso. Pelo o que sei, os dois governos foram apenas apoio ao processo de expansão do agronegócio, sobretudo da expansão do monocultivo da cana, que é lamentável. Nós esperamos que algum dia eles se deem conta que temos que urgentemente mudar o modelo agrícola, até porque o modelo do monocultivo da cana traz conseqüências graves no equilíbrio climático e afeta as populações das cidades. Na região de Ribeirão Preto, que hoje já virou monopólio da cana, tem pesquisas da USP (Universidade de São Paulo) que [mostram que] nos últimos 20 anos a temperatura aumentou 2ºC na média. A prefeitura de Ribeirão já tem problemas porque ela capta água do lençol freático do aquífero Guarani para abastecer a população. A cada ano eles têm que aprofundar ainda mais a captação porque o monocultivo da cana suga muita água. Então falta abastecimento de água para a população por causa do modelo agrícola. Isso é de responsabilidade do governo estadual. Então, faço até como um apelo para que o governo de SP fique mais alerta sobre as consequências que o atual modelo agrícola traz para a população em geral.

O que o senhor pensa da crise do Senado?

A crise do Senado é o espelho mais verdadeiro possível da forma como a classe dominante brasileira trata os bens públicos e a democracia. Eles são o espelho disso. Eles tratam as coisas públicas como se fossem propriedade privada e tratam a opinião pública com escárnio. Por isso, eu acho que a melhor solução para o Senado é aquela que a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) já está defendendo, que na próxima Constituinte nós eliminemos o Senado da sociedade brasileira. Nossa sociedade não precisa do Senado. Basta uma Câmara dos Deputados. E ainda mais representativa, com, em vez de 500 deputados, mil. Na Câmara também tem que haver uma proporcionalidade [de deputados] mais adequada. O voto daquele que mora no Acre ou no Amazonas vale 20 vezes mais do que o voto de um cara que vota em São Paulo. Isso é uma distorção na democracia, na qual

cada pessoa representa um voto. E essas questões que envolvem a federação dos Estados poderiam ser resolvidas em um conselho da República, que não precisasse de tanto dinheiro. Quem pode imaginar que o Senado gasta hoje R$ 2 bilhões por ano? Isso não tem necessidade nenhuma. Porém, mais do que isso, é preciso fortalecer outros mecanismos da democracia brasileira, que certamente não passam pelo Senado.

É possível pensar em um projeto de esquerda para o Brasil, ou vislumbrar uma sociedade mais justa e igualitária, por meio das instituições democráticas que temos hoje?

Claro. Há um debate na sociedade que se aglutina em quatro campos: alguns setores das elites, das classes dominantes, defendem a subordinação total do Brasil ao capital internacional. Aí estão os 5% mais ricos, as empresas transnacionais, os bancos, que são os que defendem políticas neoliberais e que, nos partidos, tem sua expressão, sobretudo, entre os tucanos e entre o DEM; temos um setor nacionalista, que está presente em todos os partidos, que defende um projeto "neo-keynesiano" para o Brasil, com algumas políticas de distribuição de renda, redução da taxa de juros e fortalecimento do mercado interno; há outros setores da esquerda brasileira, mais radicais, como correntes do PSOL e do PSTU, que defendem o "socialismo já". Eles acreditam que o capitalismo já chegou a sua maioridade aqui no Brasil e que não há outra saída sem o socialismo. Só que a palavra socialismo é muito forte. Significa socialização da propriedade dos meios de produção. Não é apenas você ser socialista no sentido humanista, ser socialista por querer uma sociedade mais justa; nós, dos movimentos sociais, defendemos um quarto projeto, que chamamos de projeto popular, que é, nos marcos da nossa sociedade, fortalecermos de fato o Estado para que ele adote uma política econômica que leve ao desenvolvimento do país em benefício do povo. Quais são os problemas fundamentais do povo no Brasil? Desemprego alto, falta de moradia, necessidade de Reforma Agrária e ausência de educação. Então, [nós defendemos] um programa para a sociedade que coloque o dinheiro público como prioridade para resolver os problemas do povo. Mas não basta colocar no papel "esse é o nosso projeto". É preciso construir, acumular forças populares que atuem para a implementação desse projeto.

Esse projeto popular é um caminho para uma sociedade socialista?

Ele é fundamental. Ele seria uma espécie de transição para nós construirmos uma sociedade mais igualitária. Primeiro vamos resolver os problemas fundamentais da população. Que é comida, trabalho, moradia e educação. Depois, podemos avançar para a socialização de outros meios de produção da nossa sociedade.

Qual é o modelo de Reforma Agrária defendido hoje pelo MST?

Na história das Reformas Agrárias, há dois tipos clássicos. Primeiro, a Reforma Agrária capitalista, que todos os países do hemisfério norte fizeram entre a metade do século 19 e ao longo do século 20 até a Segunda Guerra Mundial. E eles fizeram as Reformas Agrárias clássicas capitalistas, distribuindo a propriedade da terra para fortalecer o mercado interno e desenvolver a indústria nacional. Depois houve uma outra Reforma Agrária clássica, que aconteceu no bojo de Revoluções Socialistas, ou de Revoluções Populares, como no Vietnã, China, Rússia, Nicarágua e Cuba. Qual é a realidade hoje no Brasil? Nós tentamos desde o início do movimento defender uma Reforma Agrária clássica

capitalista, mas não há forças acumuladas burguesas que queiram essa reforma. Por isso que o governo não faz Reforma Agrária. Quem fez as reformas agrárias capitalistas? Foram as burguesias industriais, que queriam desenvolver o mercado interno e a indústria. Também seria uma ilusão achar que a solução seria uma Reforma Agrária socialista, porque essa reforma só acontece depois de uma revolução. Ela é casada com um processo revolucionário, que não é o que temos hoje no Brasil. O que nós propomos é uma Reforma Agrária que chamamos de popular, que se diferencia das duas. Nessa reforma não basta distribuir terra, como na reforma capitalista. É necessário também desenvolver agroindústrias na forma cooperativa, criar pequenas agroindústrias nos assentamentos. Assim, o agricultor sai mais rápido da pobreza, porque daí ele não vai só produzir matéria prima, mas também se apropriar do valor agregado dos produtos e gerar emprego no meio rural.

Na quarta-feira (12/8), houve uma reunião entre representantes do sem-terra e dos ministérios, na qual o governo afirmou desconhecer a pauta de reivindicações do MST, muitas delas já apresentadas ao presidente Lula em 2005. O senhor acha que o governo Lula é realmente melhor para os Sem Terra ou é apenas aparência?

Na audiência havia cinco ministérios. Evidentemente que nem o Palácio do Planalto, e muito menos o ministro da Reforma Agrária (Guilherme Cassel, ministro do Desenvolvimento Agrário), disseram que desconheciam a pauta. Quem disse que desconhecia foi o ministério da Fazenda e do Planejamento, porque não é a área deles. Agora, o ponto mais negativo da conversa não foi isso. O ponto mais negativo é que o Ministério da Fazenda abriu o jogo, disse que a crise é grave, que a arrecadação diminuiu entre 30 e 50% nesse primeiro semestre e que o governo tem dificuldades de recompor o orçamento do Incra, porque eles cortaram pela metade o orçamento de R$ 958 milhões destinado a obtenção de terras. Então, nossa reivindicação principal agora é que o governo, como um todo, determine que o Ministério da Fazenda recomponha o orçamento do Incra. Eu ouvi pessoalmente o ministro Paulo Bernardo (Planejamento) se comprometendo que não haveria cortes nos orçamentos relativos à pequena agricultura. Portanto, temos o compromisso da palavra dele e do presidente Lula de que não haveria cortes sociais. Por isso insistimos que o presidente enquadre o Ministério da Fazenda e mande repor o orçamento do Incra, até porque está na lei orçamentária aprovada no Congresso. Não estamos pedindo nada a mais do que cumprir a lei e não acreditamos que não tenha dinheiro no Ministério da Fazenda. Porque para outros setores da sociedade, como indústria automobilística, desoneraram o IPI - o que representou um custo de cerca de 20 bilhões -, desoneraram o depósito à vista dos bancos, o que representou R$ 80 bilhões dos cofres dos bancos. Portanto nós não estamos convencidos de que [o governo] não tenha dinheiro. O que não tem é dinheiro para a reforma agrária e para a pequena agricultura.

Qual o balanço que o senhor faz dos dois mandatos de Lula com relação a questões sociais e agrárias?

O governo Lula, como ele mesmo gosta de comparar, é muito parecido com o do Getúlio Vargas. É um governo de composição de classes. Ao longo desses sete anos, ele adotou uma política que agradou gregos e troianos. Ou seja, ele, com sua política econômica, beneficiou os banqueiros, os grandes grupos transnacionais, e, ao mesmo

tempo, fez políticas de assistência social, como o Bolsa Família, Prouni, [promoveu] a valorização do salário mínimo, aumentou os recursos para o Pronaf, o que atendeu a uma parcela mais pobre da sociedade brasileira. Agora, em relação à Reforma Agrária e à pequena agricultura, o governo Lula está em dívida. Porque na Reforma Agrária não tem como você compactuar latifundiário com sem-terra. Um dos dois tem que perder. E, infelizmente, o número de desapropriações de fazendas, em especial na região Nordeste e nas regiões Sudeste e Sul, que são as regiões mais agrícolas, as desapropriações foram menores do que no governo Fernando Henrique Cardoso. O atual governo repetiu uma tática que o Jugmann (Raul Jungmann, ministro extraordinário da Reforma Agrária no governo Fernando Henrique) fazia: para manter as estatísticas, fizeram projetos de colonização na Amazônia. Pegaram terras públicas e distribuíram, e com isso mantiveram as estatísticas. Mas, na verdade, o que vem acontecendo no Brasil nos últimos 10 anos é que há um violento processo de concentração da propriedade da terra. Ou seja, é um movimento contra a Reforma Agrária. Em vez de nós estarmos democratizando a propriedade da terra, dando acesso a mais gente e criando mais oportunidade de trabalho para que as pessoas não venham para a cidade, nesses últimos anos nós sofremos um processo de concentração, justamente por essa ineficácia do governo Lula em desapropriar fazendas nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

O MST é criticado por setores da esquerda e da opinião pública por suposto abrandamento das ações e da postura durante o governo Lula. O que o senhor pensa disso?

Isso é uma manipulação ideológica. Tanto pela direita, quanto pela esquerda. Porque se você pegar as estatísticas, nós nunca fizemos tantas ocupações quanto agora, então setores da esquerda, tipo Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) e o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), dizem que nós ficamos chapa branca e o editoral do Estadão diz que por causa do governo Lula nós viramos sem-lei. Então, claro, cada um interpreta da sua maneira, mas nós estamos com a consciência tranquila, o nosso papel é ser um movimento que faz luta social, e a luta social nós aumentamos, e ao mesmo tempo nós temos autonomia do governo. Desafio alguém dizer que o MST segue as orientações do PT, PCdoB, ou de qualquer outro partido, do PSOL, desafio alguém a provar que o MST é refém das medidas do governo. Tanto que nessa semana acabamos de ocupar o Ministério da Fazenda e neste momento estamos com manifestações em 12 Estados, vários Incras ocupados, porque nós queremos que se resolvam os problemas concretos do povo.
Se o nosso objetivo fosse ter apenas indices de popularidade para a opinião pública nós tínhamos fundado uma banda de rock.

Recentemente o senhor afirmou que a Dilma Rousseff é ignorante em questões rurais. Por quê?

A formação técnica dela é na área de energia. Ela é uma economista tipicamente urbana. Eu acho que ela está preparada para essas questões mais amplas. E quando eu me referi a isso, foi num debate no Incra justamente no dia em que o governo cortou 48% do orçamento para a reforma agrária. E eu disse, como uma reação natural, de que um governo, em uma crise dessa, que toma uma decisão que corta 48% da verba para a reforma

agrária, é um governo ignorante, que não sabe que a reforma agrária poderia ser um dos principais instrumentos, e mais baratos, para conter a crise no meio rural. Essa crise que afetou a produção de soja, algodão e milho, diminuiu o preço das commodities, diminuiu a taxa de lucro dos fazendeiros, e quem pagou a conta foram os trabalhadores assalariados rurais. Cerca de 300 mil trabalhadores perderam o trabalho. Para onde eles foram? Para a cidade. Alguns já moravam na periferia das cidades. E foram fazer bico. Ora, se o governo quer arrefecer as consequências da crise no meio rural, ele poderia imediatamente acelerar, aumentar até o orçamento da reforma agrária para dar terra a esses 300 mil trabalhadores que ficaram sem emprego no campo.

Nessa mesma época, segundo notícias veiculadas na imprensa, a Casa Civil e o Planalto teriam buscado se aproximar dos movimentos sociais por conta de uma possível candidatura da Dilma. Houve essa aproximação?

Nós percebemos que o Partido dos Trabalhadores (PT), do qual ela é filiada, multiplicou reuniões de consulta aos movimentos, como partido, não como candidatura. Assim como outros [partidos]. Nós, MST, como somos um movimento social que zela pela autonomia em relação ao governo, ao Estado, aos partidos e à religião, estamos muito à vontade, porque nós conversamos com todos os partidos. Conversamos com PDT - eu mesmo sou muito amigo do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) -, com o PCB, PCdoB, e PMDB. Nós temos ótimas relações com o governador [Roberto] Requião no Paraná. Conversar e ter diálogo faz parte da democracia. Não significa se subordinar. E essa é a política do MST e que os movimentos sociais em geral vão adotar. De diálogo, conversações, sem subordinação.

Entre Dilma e Lula, quem busca mais diálogo com os movimentos e qual dos dois é mais alinhado ao agronegócio?

Isso são questões mais pessoais. Evidentemente que o presidente Lula tem uma história mais vinculada. Ele é fruto do reascenso do movimento de massas, que houve de 1978 até 1990. E por isso que se construiu todo esse carisma em torno da sua pessoa, o que a Dilma não tem. É claro que ele tem mais projeção entre movimentos sociais e entre os pobres do campo. Agora, a relação do governo com o agronegócio não depende de carisma pessoal, de comportamento pessoal, nem de conhecimento. A relação com o agronegócio vai depender de como vai evoluir a luta de classes no Brasil. Eu acredito que nos próximos anos nós precisamos e teremos um grande debate na sociedade brasileira em torno de um novo modelo de produção de alimentos e de agricultura. Porque o modelo do agronegócio está falido. É um modelo que só interessa a empresas transnacionais e a exportações. E, cobra como fatura do povo brasileiro, uma degradação ambiental. Não é à toa que o Brasil se tornou o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Na safra passada, jogamos 713 milhões de toneladas de veneno sobre o nosso solo, a nossa água e os nossos alimentos. O agronegócio é o modelo de produção que expulsa mão-de-obra porque adota a mecanização intensiva. Então não há lugar para camponeses e para os pobres nesse modelo. O resultado de tudo isso é que pode até aumentar as exportações, mas pro mercado interno aumenta cada vez mais a produção de alimentos contaminados. Então, eu acredito que a população da cidade, que é quem está comendo esses alimentos contaminados, quem está sentindo um aumento do câncer, e está sentindo na pele a conseqüência desse processo, assim como os

ambientalistas, serão os aliados do MST para nós mudarmos o modelo agrícola e fortalecemos outro modelo baseado na Reforma Agrária e na agricultura familiar.

Já que o senhor falou dos ambientalistas, a senadora Marina Silva pode se desfiliar do PT e concorrer à presidência pelo PV. O que o senhor pensa disso?

Eu vou te dar uma opinião pessoal porque o fato é muito recente e nós não conversamos nos coletivos do MST. Pessoalmente eu vejo com muito bons olhos, com muita simpatia. Porque nós vivemos em uma sociedade democrática e quanto mais candidatos a presidente houver, melhor. Porque isso gera debate na sociedade. E um dos problemas que nós temos daqui até 2010 é a necessidade de debater projetos para sociedade. Não basta apenas debater candidaturas e partidos. E o pior dos cenários que nós podemos ter para a democracia brasileira e para o projeto de sociedade é se nós chegarmos a uma conjuntura eleitoral de que a decisão se defina apenas entre Dilma e Serra no primeiro turno. Por isso, pessoalmente, mesmo sendo filiado ao PT, vejo com muita simpatia que haja outras candidaturas porque isso vai oxigenar a política brasileira e obrigar a se fazer um debate não de nomes, mas sim de projetos. Então, uma candidatura da Marina vai trazer para o debate um projeto que ela defende. Com o enfoque muito maior à sustentabilidade do meio ambiente, à produção de alimentos sadios, à preservação da Amazônia, que é a região dela, e isso que é importante, é debater. O número de votos é o de menos.

Temos a chance de ter três mulheres disputando a eleição com possibilidade de alcançar grande eleitorado: Heloísa Helena pelo PSOL, Dilma pelo PT, e possivelmente a Marina Silva pelo PV. Considerando a história de cada uma, o senhor estaria mais inclinado a apoiar qual em uma eleição?

Eu acho que o problema não é em quem votar. Eu acho que nós, como movimento social e como militantes, devemos estimular sempre o debate político. O debate de projetos. Então vamos esperar. Não é só julgar as pessoas e as suas biografias. Se nós ficássemos julgando a biografia dos parlamentares, 70% deles não deveria estar no Congresso. No entanto o povo vota neles. Então, eu prefiro defender a idéia de que tenham mais candidatas e candidatos e que nós aproveitemos bem essa pluralidade de idéias para daqui até outubro de 2010 nós dedicarmos o máximo de tempo para debater projetos.

(Fonte: UOL Notícias)

MST manda no país – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 16/08/2009

A nova "jornada de lutas" do Movimento dos Sem-Terra (MST), que a cada ano se mostra mais organizado, abrangente e desafiador das leis do País, tenta deixar claro que não é o governo e sim os "movimentos sociais" que devem fazer a reforma agrária, estabelecendo a quantidade e o ritmo de alocação de recursos a ela destinados, bem como à assistência das famílias de assentados e acampados. Isso porque, enquanto o presidente Lula, em sua coluna semanal em jornais, diz que de 2003 até agora seu governo assentou 519.111 famílias - mais da metade do total de 1 milhão de famílias beneficiadas nos 40 anos de existência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) - e destinou 43

milhões de hectares para assentamentos de sem-terra, de um total de 80 milhões utilizados em toda a história do País, a "jornada" emessetista cobra "mais incentivos à reforma agrária e aos assentamentos", incluindo a liberação de R$ 800 milhões do orçamento do Incra e a atualização dos índices de produtividade no campo. Quer dizer, o governo não entende nada de prioridade de alocação de recursos públicos ou de apoio às famílias que trabalham no campo - quem entende disso é o MST.

Como tem ocorrido nas últimas vezes, também nesta "jornada" as invasões e ocupações têm mantido a preferência por prédios públicos, especialmente os pertencentes ao Ministério da Fazenda e ao Incra.

Em Cuiabá o prédio da Receita Federal foi invadido por 1.200 militantes do MST e entidades assemelhadas. Cerca de 850 sem-terra marcharam pelo Mato Grosso e chegaram a Mato Grosso do Sul sexta-feira. Em Curitiba, além de invadirem o prédio do Ministério da Fazenda e do Incra, 700 manifestantes sem-terra tomaram as ruas centrais da cidade, provocando grandes transtornos no trânsito. Em Belém, depois de sete dias de marcha, 850 sem-terra invadiram e ocuparam edifício do Ministério da Fazenda. Em Brasília cerca de 4 mil integrantes do MST e Via Campesina ocuparam a sede do Ministério da Fazenda, na Esplanada dos Ministérios. Em três cidades do interior, no Ceará, foram ocupadas agências do Banco do Nordeste. Em Fortaleza, paralisaram o funcionamento da superintendência regional do Incra.

Em Salvador, um grupo de 400 integrantes do MST ocupou a sede local da superintendência do Incra na cidade. Em Porto Alegre, cerca de mil sem-terra e integrantes da Via Campesina acamparam diante do prédio da Receita Federal, impedindo o atendimento ao público. Além da ajuda financeira às famílias de assentados e da criação de novos assentamentos, eles reivindicavam ajuda à agricultura familiar gaúcha, que teria sido gravemente afetada pela estiagem, no primeiro semestre deste ano. Em Petrolina, cerca de 150 famílias do MST ocuparam a sede do Incra na cidade. Em Maceió um protesto reuniu cerca de 600 agricultores provenientes de várias regiões de Alagoas. Em Florianópolis cerca de 400 sem-terra fizeram protesto em frente de delegacia do Ministério da Fazenda. Em São Paulo, os militantes do MST tentaram ocupar o edifício do Ministério da Fazenda, mas foram impedidos pela Polícia Militar e tiveram que se contentar com manifestação de protesto na frente da repartição.

O desrespeito às leis, à ordem pública e à propriedade não constitui novidade nas manifestações sazonais do MST e assemelhados. O que se torna cada vez mais merecedor de destaque - afora a habitual falta de reação das autoridades a tal baderna nacional - é a proficiência com que os líderes desses movimentos ditos "sociais" dão diretrizes administrativas para o governo, em vários campos. Pontificam sobre finanças públicas - como faz o líder José Damasceno, comandante das invasões em Curitiba e região - ao analisar o "contingenciamento de recursos" e as necessidades de investimentos do governo para atender à demanda das famílias, "do ponto de vista social e econômico". Também determinam diretrizes sobre preservação do meio ambiente e sobre produtividade agrícola -

e é bem possível que já tenham equacionado a estratégia de exploração e desenvolvimento de produção de petróleo da camada do pré-sal. Só é de estranhar que ainda não tenham lançado um candidato a presidente da República, vindo diretamente de suas bases. Mas, pensando bem, por que precisarão disso?

Empresa de integrante do MST levou R$ 5 mi do INCRA – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 18/08/2009

Ao volante de um trator velho, com a cabeça protegida por um chapéu de palha, o assentado Sebastião Batista de Carvalho trabalha duro em seu lote na Agrovila 5 do Assentamento Pirituba, em Itaberá, no sudoeste do Estado de São Paulo. Não parece, mas, desde o final do ano passado, o lavrador e integrante do Movimento dos Sem-Terra (MST) é também o presidente de uma próspera empresa de levantamento topográfico e georreferenciamento com sede em Itapeva, cidade da região.

O Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural (Inocar), empresa de Carvalho, recebeu quase R$ 5 milhões do governo federal nos últimos três anos para fazer o levantamento de propriedades rurais com até 80 hectares.

O Inocar está no centro de um inquérito aberto pela Polícia Federal para investigar repasses do governo federal a ONGs controladas pelo MST. As investigações estão a cargo da Delegacia de Sorocaba. A PF requisitou os contratos e pediu que sejam analisados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Os delegados que cuidam do caso aguardam o parecer do tribunal para dar sequência à apuração. De acordo com a denúncia, a entidade foi criada na década de 90 para fomentar a agricultura orgânica em assentamentos da região de Itapeva e, depois de alguns meses, tornou-se inativa. Em 2006, quando o governo decidiu aplicar a lei federal 10.267 de 2001, que obriga o georreferenciamento dos imóveis para registro em cartório, a antiga associação de pequenos agricultores foi transformada numa empresa. É que a medição dos imóveis com até quatro módulos fiscais - na região, cada módulo tem 20 hectares - seria paga com recursos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Meses depois de ser criada, sem ter ainda profissional com registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) e um mínimo de experiência na área, o Inocar assinou contrato de R$ 4, 4 milhões com o Incra para fazer o georreferenciamento de 600 imóveis em Itapeva. A assinatura ocorreu em 20 de julho de 2006, mas apenas no mês seguinte o Inocar obteve o registro de pessoa jurídica na Receita Federal.

Em 2007, com o serviço apenas iniciado, a empresa conseguiu do Incra um aditamento no valor de R$ 187 mil para a "atualização do plano de trabalho". Em janeiro deste ano, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) registrou o pagamento da última parcela, no valor de R$ 1,7 milhão, mas o serviço não ficou pronto.

O engenheiro agrônomo Guilherme Gandara Martins, responsável técnico contratado pelo Inocar, conta que ainda faltam 250 propriedades - mais de 40% a serem georreferenciadas. "Destas, temos 50 praticamente prontas para serem entregues ao Incra", diz ele.

DESCONHECIMENTO

Mesmo sem ter concluído o trabalho em Itapeva, a empresa iniciou o levantamento em dois municípios vizinhos: Itaberá e Taquarivaí. Abordado pela reportagem, Carvalho pouco soube dizer sobre a empresa que o apresenta como seu presidente. "Pergunte aos meninos lá", respondeu, referindo-se aos funcionários da sede, em Itapeva.

Ele desconhecia os valores do contrato e quanto do serviço tinha sido executado. Sobre sua condição de presidente, disse não se lembrar de ter assumido o posto. "Não lembro nem o que comi ontem na janta", ironizou. Garantiu, porém, que o Inocar não tem fins lucrativos.

O ex-presidente do instituto, Ismael Rodrigues de Souza, foi ouvido pela PF e negou que a empresa tenha vínculo com a organização dos sem-terra. A família de Souza é assentada na Agrovila 4 do assentamento Pirituba. Seu lote, vizinho ao do coordenador estadual do MST, Delweck Matheus, é tocado pelo irmão, Ezequiel, dono de um supermercado e de uma distribuidora de gás.

Os estatutos do Inocar foram feitos pelo contador Dirceu Ferreira, cujo escritório dá assessoria a empresas sociais. Ferreira, que criou a maior parte das empresas e cooperativas ligadas ao MST, contou que foi procurado por lideranças do movimento. O agrimensor Waldirley Ferreira, também ouvido no inquérito, confirmou a ligação entre o Inocar e o MST. Ele acha que pode ter havido superfaturamento.

"O serviço está saindo a R$ 7,6 mil por imóvel, quando o preço previsto em nossa tabela (do Crea) para a média das áreas seria de R$ 4,4 mil", diz ele. Em 2006, o coordenador Matheus participou de um seminário sobre o programa de georreferenciamento no assentamento Pirituba, ao lado do então presidente do Inocar e do superintendente regional do Incra, Raimundo Pires da Silva, conforme foi registrado na época pelo site do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

De acordo com a vereadora Áurea Aparecida Rosa (PTB), nos primeiros meses de existência, o Inocar funcionou no escritório do Incra de Itapeva, onde trabalha a mulher do dirigente do MST. Atualmente, mantém uma sede na cidade e uma filial em São Paulo. Procurado pela reportagem, Matheus, do MST, não deu retorno.

LINHAS DE CRÉDITO

O georreferenciamento dos imóveis rurais garante informações precisas sobre a situação de cada área - e serve de base para a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, facilitando dessa maneira a obtenção do título da terra e o acesso a linhas de crédito.

TERCEIRIZAÇÃO SERIA MEIO DE ABASTECER MOVIMENTO

A relação entre o Incra de São Paulo e o Inocar não é a única sob suspeita. De acordo com denúncias feitas por representantes dos funcionários da autarquia federal, o atual superintendente regional, Raimundo Pires da Silva, estaria utilizando cada vez mais os processos de terceirização de serviços da reforma agrária para repassar dinheiro público à militância do MST. Os representantes dos funcionários chegaram a ir a Brasília, em junho, para tratar do assunto com o presidente do Incra, Rolf Hackbart.

Eles disseram no encontro que o superintendente recorre cada vez mais a empresas - como o Inocar - para terceirizar serviços, nos assentamentos e nos escritórios do Incra. Na época, citaram especificamente o caso da Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (Fepaf), de Botucatu.

Essa instituição, cujo estatuto diz não ter fins lucrativos, era praticamente alheia a atividades ligadas à reforma agrária até 2004. Naquele ano, porém, foi contratada pelo Incra, já sob o comando de Silva, para a execução de diversas atividades - da avaliação de imóveis para a reforma agrária à assistência social de famílias assentadas. Em menos de cinco anos, os recursos destinados aos convênios com a Fepaf já passaram da casa dos R$ 60 milhões.

A suspeita dos funcionários é que a Fepaf esteja contratando gente ligada ao MST para realizar tarefas que deveriam ser feitas por técnicos do Incra. Um levantamento feito pela reportagem do Estado constatou que os três coordenadores do Incra na região do Pontal do Paranapanema, a área que concentra o maior número de conflitos rurais no Estado, são ex-militantes do MST. E que todos recebem salários por intermédio da Fepaf.

O caso do Inocar é semelhante. Os sinais de suas ligações com o MST estão por toda parte. Um exemplo: no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (CNPJ), a organização menciona como base de seu endereço eletrônico a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) - entidade que representa a face legal do MST, necessária para receber verbas públicas destinadas aos assentamentos ligados à organização.

O superintendente regional em São Paulo é petista e já fez parte dos quadros da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), outra entidade controlada pelo MST. Em maio, ele foi condenado em primeira instância, pela Justiça Federal, em Presidente Prudente, por ter autorizado um convênio considerado ilegal entre o Incra e uma cooperativa ligada ao MST. Ele recorreu e aguarda o julgamento do caso.

O favorecimento do MST é negado pela Fepaf. Nota oficial divulgada pela empresa afirma que nenhum dos seus contratados milita no movimento; e que seria discriminatório impedir que ex-militantes fossem contratados. Ainda segundo a nota, todos os contratados foram submetidos a processos seletivos públicos.

A página da Fepaf na internet não permite o acesso livre às paginas que tratam de suas relações com o Incra. Por **Roldão Arruda**

MST alivia pauta de reivindicação feita ao governo – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 18/08/2009

Depois de marchar pela Esplanada dos Ministérios, invadir o Ministério da Fazenda e montar acampamento com 3.000 pessoas no centro de Brasília, o MST decidiu relaxar a pauta de reivindicações que deve ser respondida hoje pelo governo.
O principal recuo está no número de assentados neste ano. No início da semana passada, os sem-terra cobravam atendimento de 90 mil famílias. Em conversas com o governo, reduziu para 20 mil.
Não admitida publicamente por conta das explicações que teria de dar às bases acampadas em 24 Estados, a nova estratégia visa se adaptar à realidade do governo, que informou que, no melhor dos cenários, conseguirá assentar em 2009 um total de 8.500 famílias do MST.
Diante disso, o movimento reduziu de 150 para 30 as áreas prioritárias e indicou o atendimento de cerca de mil famílias por Estado.
Dos R$ 950 milhões disponíveis para obtenção de terras no orçamento do Incra, R$ 550 milhões já foram gastos, enquanto o restante segue bloqueado pela equipe econômica. A meta do governo é assentar neste ano 75 mil famílias, incluindo todos os movimentos sociais do país, e não apenas do MST.
Outra iniciativa reservada do MST foi avalizar o assentamento de famílias não apenas em projetos criados por instrumento da desapropriação. Agora o MST aceita instalá-las em áreas compradas.
O MST não quis se manifestar. O Incra afirmou que as conversas com o MST foram para "detalhar" a pauta de pedidos.
(EDUARDO SCOLESE)

Índices de produtividade de terra são atualizados – Sítio Eletrônico do MDA - 18/08/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai assinar em 15 dias portaria com a atualização dos índices de produtividade de terra. O anúncio foi feito nesta terça-feira (18) pelos ministros do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, durante reunião com a Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O governo anunciou também a recomposição do orçamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para obtenção de terras e a desapropriação da fazenda Nova Alegria, no município de Felisburgo (MG). Essas são respostas do governo à pauta de reivindicações da Jornada Nacional de Lutas do movimento.

Novos índices

Pela proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os índices - que servem

de parâmetro para classificar uma propriedade como produtiva ou improdutiva - serão atualizados com base na Produção Agrícola Municipal (PAM), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por microrregião geográfica. Isso significa que haverá uma análise caso a caso das propriedades para definir o nível de produtividade. "Os índices serão diferentes de região para região e de cultura para cultura", explicou o ministro Guilherme Cassel.

Os atuais índices foram fixados em 1980 com base no censo agropecuário de 1975. Agora levarão em conta a média de produtividade dessas microrregiões entre 1996 e 2007. "A revisão dos índices é uma conquista para que de fato as terras agrícolas do país produzam alimento para os brasileiros", enfatizou Cassel.

A portaria de atualização dos índices será assinada pelos ministros Guilherme Cassel, do MDA, e Reinhold Stephanes, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Antes da publicação, os ministérios convocarão o Conselho de Política Agrícola para comunicar a mudança. "A atualização é fundamental porque possibilita mais áreas para o assentamento de famílias, assim como a liberação dos recursos do Incra", afirmou Vanderlei Martini, da Coordenação Nacional do MST.

Recursos para novas áreas

O contingenciamento de recursos do Incra era uma das principais críticas do MST. O ministro Cassel anunciou a recomposição de todo o orçamento de obtenção de terras: R$ 338 milhões. "A área econômica do governo abriu uma exceção na política de contingenciamento para a reforma agrária. Isso é muito importante para avançar na meta de assentamento de famílias para 2009".

Nova Alegria

Nesta quarta-feira (19), o presidente Lula vai assinar o decreto de desapropriação da Fazenda Nova Alegria, em Felisburdo (MG). "Será a primeira desapropriação por crime ambiental", afirmou o ministro Dulci. A publicação no Diário Oficial será feita até sexta-feira (21). Em 2004, a fazenda Nova Alegria foi palco do massacre de cinco trabalhadores sem terra. Desde 2002, há um acampamento montado na fazenda de 1,9 mil hectares.

PF ouvirá assentado sobre verba – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 19/08/2009

A Polícia Federal vai ouvir o assentado Sebastião Batista de Carvalho, ligado ao Movimento dos Sem-Terra (MST) e que, desde o final do ano passado, é presidente do Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural (Inocar). A empresa, com sede em Itapeva, no sudoeste do Estado de São Paulo, recebeu quase R$ 5 milhões do governo federal para fazer o georreferenciamento de imóveis rurais da região. O repasse de recursos públicos para organizações não-governamentais e empresas ligadas ao MST está sob investigação em inquérito aberto pela PF em Sorocaba.

Os delegados que atuam no inquérito aguardam o resultado de uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nos contratos entre o Inocar e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), superintendência de São Paulo, para dar sequência ao inquérito.

De acordo com a PF, as novas diligências incluirão o depoimento de Carvalho. O agricultor está assentado há 17 anos num lote da Agrovila 5 do Assentamento Pirituba, controlada pelo MST. Quando foi abordado pela reportagem, no início deste mês, ele disse desconhecer seu cargo na diretoria do Inocar.

O instituto, criado na década de 90 para dar assistência a assentados rurais, foi transformado numa empresa de georreferenciamento em 2006, assim que o governo decidiu aplicar a lei federal 10.267, de 2001, que obriga o georreferenciamento dos imóveis rurais. A lei prevê que, nas glebas com até quatro módulos fiscais - no Estado de São Paulo, 80 hectares -, o custo será bancado pela União.

O Inocar já recebeu toda a verba prevista no contrato, que teve um aditamento de R$ 187 mil, mas ainda não terminou o trabalho. Pelo menos 200 das 600 propriedades contratadas ainda não foram certificadas. Para o Incra, não há nada irregular, pois o prazo para concluir os trabalhos vai até o final deste ano.

MAIS VERBAS

A PF de Sorocaba investiga outra entidade ligada ao MST, coincidentemente também originada no Assentamento Pirituba. O Instituto Técnico de Estudos Agrários (Itac) recebeu recursos do governo federal para alfabetização de adultos e capacitação de trabalhadores rurais em assentamentos da reforma agrária. No ano passado, as verbas somavam mais de R$ 5 milhões.

O Itac teve origem na Associação de Pequenos Produtores do Bairro Pinhal, do município de Guapiara, que originalmente tinha apenas 14 membros. Depois de assinar convênios com os ministérios da Educação e do Desenvolvimento Agrário, o Itac mudou sua sede para Brasília.

A pedido do MST, governo atualiza indices – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 19/08/2009

Ao responder à pauta de reivindicações do MST, acampado com 3.000 sem-terra em Brasília, o governo federal prometeu atualizar em 15 dias os índices agropecuários usados para medir a produtividade de fazendas passíveis de desapropriação para a reforma agrária. O presidente Lula autorizou o anúncio em reunião com ministros anteontem. O MST comemorou como uma vitória e os ruralistas protestaram.

Na prática, caso esses números sejam mesmo atualizados, o proprietário rural terá de produzir mais para evitar que seu imóvel seja desapropriado. A medida é criticada pelos ruralistas e tem como foco a desapropriação de áreas no Sul, Sudeste e Nordeste, onde estão as bases acampadas do MST e há escassez de terras públicas para a criação de novos projetos.

A atualização dos índices, cuja versão em vigor tem como base o censo agropecuário de 1975, não precisa passar pelo Congresso. Ela ocorrerá por meio de uma portaria interministerial (Agricultura e Desenvolvimento Agrário). A única formalidade exigida é a convocação de uma reunião do Conselho de Política Agrária, o que, segundo a Agricultura, deve ser feito na semana que vem.

O governo já havia sinalizado por essa atualização em 2005, ante uma marcha de 15 mil sem-terra em Brasília. Na ocasião, após encontro com o MST, anunciou que o faria "em algumas semanas", o que não ocorreu por conta da pressão dos ruralistas, em especial do então ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

Os novos índices estão prontos desde então. Mas, agora, o governo teve de acelerar o passo: um projeto em tramitação no Congresso quer tirar do Executivo a decisão final sobre atualizar ou não os índices.

"Vemos essa atualização com preocupação e apreensão, pois essa é uma fórmula perversa que não dá chance de defesa ao produtor", disse Cesário Ramalho, da SRB (Sociedade Rural Brasileira).

Presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e senadora de oposição, Kátia Abreu (DEM-TO) não quis se manifestar. Em conversas com auxiliares, segundo a Folha apurou, disse de forma irônica que a decisão é o "prêmio que o agronegócio vai receber do governo".

A visão do MST, que na semana passada invadiu o Ministério da Fazenda e, em troca da desocupação, conseguiu agendar uma reunião com o governo, é diferente: "Essa atualização dos índices é fundamental para o movimento", afirmou Vanderlei Martini, da coordenação nacional do MST.

Caso sejam mesmo publicados em duas semanas, os índices, que variam por cultura e por microrregião do país, passam a valer nas vistorias de terras a partir de 2010. De acordo com o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), trata-se de uma

atualização "equilibrada" e com "bom senso". "A gente não fez uma atualização radical", justificou.
O governo também anunciou o desbloqueio de R$ 338 milhões do orçamento do Incra para obtenção de imóveis para a reforma agrária e a desapropriação de uma área emblemática para o MST em Felisburgo (MG), palco do assassinato de cinco sem-terra em 2004.

Confirmada revisão de índices de produtividade – Valor Econômico – Agronegócios – 19/08/2009

O governo anunciou ontem que a revisão dos índices de produtividade para fins de reforma agrária, fixados em 1975, deve ser concluída em até 15 dias.

O ministro de Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, informou, após reunião com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ter a anuência do Ministério da Agricultura para convocar o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) e referendar a revisão. "A gente fez um acordo e os índices estão sendo reajustados de uma forma bastante tranquila. Acho que não se cria nenhum problema para quem se preocupa em produzir", disse.

A bancada ruralista no Congresso é contra a revisão, que abre espaço para a desapropriação de mais terras para a reforma agrária, inclusive no Sul do país. "Terra tem que cumprir função social, isso está na Constituição", disse Cassel.

Os novos índices de produtividade, que devem valer a partir da próxima safra, serão fixados com base nos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE por microrregião geográfica, a partir da média de produtividade entre 1996 e 2007. "Aquelas terras que não são produtivas podem vir a ser trabalhadas para reforma agrária", afirmou o ministro.

Pelos novos índices, segundo o governo, só 7% dos municípios produtores de soja do país terão a produtividade mínima reajustada - 66% manterão os índices atuais e 27% passarão a ter níveis menores ou iguais à média histórica. Em Sorriso (MT), por exemplo, o índice passará de 1,2 mil kg/ha para 2,4 mil kg/ha, bem abaixo dos 3,06 mil kg/ha da safra 2006/2007. No milho, a maior parte (57%) terá índice igual ou menor - apenas 12% serão superiores. Na cana-de-açúcar, 88% manterão os índices e só 3% terão que cumprir índices maiores. **(Da Agência Brasil)**

Senadora Kátia Abreu alerta: mudança nos índices de produtividade vai minar o sucesso do agronegócio – Sítio Eletrônico da CNA – 20/08/2009

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, fez um duro pronunciamento nesta quinta-feira, 20 de agosto, na tribuna do Senado Federal, alertando que eventuais mudanças nos índices de produtividade das propriedades rurais vão minar todo o sucesso do agronegócio brasileiro. A senadora disse que as mudanças poderão criar insegurança jurídica no campo, atingindo mais de 500 mil famílias. Para ela, o setor não precisa de índices de produtividade, "pois o mercado expropria quem não é eficiente". A senadora lembrou que, ao contrário dos outros segmentos da economia, aos quais não são exigidos índices de produtividade, a atividade rural não tem o direito de trabalhar segundo as conjunturas econômica, de mercado e de crise.

"Não interessa se os produtores têm prejuízo ou se têm mercado para os seus produtos. São obrigados a produzir em 80% de suas áreas, contrariando a Constituição, que diz, claramente, que produtividade está relacionada ao uso adequado e racional da terra", afirmou a senadora. Ela indagou se, ao invés de comemorar os avanços do setor em termos de tecnologia e produtividade, como ocorre quando a indústria publica a sua lucratividade, "o campo vai receber uma punição do governo federal, aumentando ainda mais os índices de produção".

Segundo a senadora, a cada seis meses o setor agropecuário se vê ameaçado pelo anúncio de mudanças nos índices de produtividade, "não bastassem os problemas causados pela questão ambiental, que tem paralisado praticamente todo o Brasil, criminalizando os produtores rurais". Kátia Abreu lembrou, ainda, que a carga tributária sobre a cadeia de alimentos, de 16,9%, é a campeã no mundo, enquanto a média mundial é de 5%. Mencionou, também, a falta de infraestrutura, de logística - como a implantação de hidrovias, de ferrovias e a modernização dos portos - cujo "custo brutal recai sobre as costas do produtor rural brasileiro".

Diante de novo impasse sobre o aumento dos índices de produtividade, a senadora Kátia Abreu afirma que os índices em questão são medidos por fatores físicos: analisam apenas a quantidade produzida de grãos, a quantidade de cabeças por hectare ou o tamanho da terra cultivada. "Não levam em consideração o crédito, o juro, a mão-de-obra utilizada, o custo de oportunidade da terra, tecnologia aplicado ou o mercado", explicou a senadora. Para ela, "o índice tem que ser calculado por meio dos fatores totais de produtividade e não apenas por dois fatores". Afirmou, também, que "o que é preciso analisar numa empresa urbana e rural é o seu faturamento líquido ou bruto e não o espaço físico da terra". A senadora alertou, ainda, que culturas como algodão, trigo, leite, carne bovina, suína, cana-de-açúcar, café e frutas estão sendo comercializadas abaixo do custo de produção. Na sua avaliação, esses dados indicam o empobrecimento do setor rural e a necessidade de

uma nova política agrícola para o País. "As políticas públicas é que são importantes para que possamos mudar a nossa economia", concluiu.

Ao concluir seu discurso, a senadora Kátia Abreu disse que os produtores e a CNA nada têm contra a reforma agrária. Informou que, segundo o relatório da CPMI da terra, de 2005, o País possuía 134 milhões de hectares disponíveis para a reforma agrária como estoque de terras já indicadas como improdutivas. Citou, também, participação do presidente do Incra em audiência pública no Senado em maio deste ano, quando confirmou que o Governo tem 142 milhões de hectares de terras públicas disponíveis para reforma agrária. Indagou, então, se "ainda querem investir sobre o patrimônio privado sem o governo ter as condições e os recursos para tanto". Disse, ainda, que se a reforma agrária não obteve sucesso, os responsáveis não são os produtores rurais, "mas a falta de um modelo viável que, de fato, possa distribuir terras de forma honesta, transparente, decente e defensável, que não gere o bolsão de pobreza que estamos vendo no nosso Brasil". Finalizou afirmando, ainda, que "não vamos permitir que agridam o direito de propriedade". Sugeriu que, se o governo quer terra para reforma agrária, "use o Banco da Terra ou o decreto do governo que permite compra de terras para fazer assentamento".

Assessoria de Comunicação da CNA
Fone (61) 2109-1411
www.canaldoprodutor.com.br

CNA defende mecanismo para facilitar a formalização do produtor rural – Sítio Eletrônico da CNA – 20/08/2009

A criação de um regime tributário próprio do produtor rural foi tema de reunião realizada nesta quinta-feira, 20 de agosto, entre a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, e o ministro da Fazenda, Guido Mantega. A idéia é criar pelo menos quatro perfis diferentes de enquadramento dos produtores como Pessoas Jurídicas (PJ): produtor familiar, empresa individual, cooperativa de produção e empresa agropecuária. "Não dá para ser uma Pessoa Jurídica única para o Brasil rural. Precisamos de outros formatos, no mínimo quatro, para que o produtor possa se enquadrar com facilidade e possa ter sintonia com a sua realidade.", afirmou Kátia Abreu, ao final da reunião.

A idéia é utilizar uma lógica semelhante ao que foi colocado em prática com a criação da figura do Micro Empreendedor Individual (MEI), que atende trabalhadores informais urbanos. Desde julho deste ano, autônomos podem obter registro como Pessoa Jurídica e assim passam a ter como vantagens inscrição na Previdência Social e

comprovante de renda, recolhendo menos que R$ 60 por mês. Ou seja, o microempreendedor urbano tem um tratamento tributário diferenciado do que é aplicado aos grandes empresários. A proposta da CNA é adotar mecanismo semelhante também na área rural, permitindo a "pejotização" ampla no setor rural.

A proposta foi bem recebida pela equipe do Ministério da Fazenda. Segundo a presidente da CNA, o ministro determinou que a Receita simulasse os modelos a serem aplicados aos diferentes perfis de produtores e seus impactos sobre a arrecadação. "Assim será possível atender todo o agronegócio, que tem cinco milhões de produtores rurais e com categorias diferentes de faturamento, de produção", disse a senadora. Kátia Abreu destacou a importância da participação do novo secretário da Receita Federal, Otacílio Cartaxo, na reunião com o ministro Mantega.

A classificação dos diferentes perfis de produtores rurais a enquadramentos tributários próprios foi apenas um dos mecanismos defendidos pela presidente da CNA ao ministro Mantega. Outra idéia apresentada foi a de desonerar a cadeia de alimentos, mas sem gerar perda de arrecadação à Receita. "Não temos nenhum interesse de que o Tesouro possa perder alguma coisa", afirmou a senadora. "Queremos nos transformar em PJ, queremos ir para a transparência jurídica, queremos ir para a formalização, mas por muitas das vezes somos impedidos por conta de uma alta carga tributária que é paga pelos empresários, pela agroindústria, que nos compra os produtos e muitas vezes nos impõe uma sonegação", citou a senadora. Kátia Abreu citou como exemplo a experiência do Estado de Goiás com outros Estados vizinhos, que reduziram o ICMS de 17% para 7%. "E sem perder um só centavo na receita", destacou a presidente da CNA.

Assessoria de Comunicação da CNA
Fone (61) 2109-1419
www.canaldoprodutor.com.br

Bancada ruralista pressiona ministro contra novos indices – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – 20/08/2009

Ausente em reunião na qual o presidente Lula decidiu atualizar os índices usados para medir a produtividade de fazendas passíveis de desapropriação para reforma agrária, o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) agora é pressionado por entidades e parlamentares ruralistas para não assinar a portaria sobre o tema.
O pano de fundo da movimentação dos ruralistas é o fato de a decisão de Lula ter sido tomada à reboque de pressões do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que ergueu acampamento com 3.000 pessoas e promoveu marchas e invasões em Brasília nos últimos dez dias.

Outra argumentação do setor é que o momento não é adequado para o anúncio: diante de uma crise financeira e da pressão para o cumprimento da legislação ambiental, eles terão de produzir mais para não ter suas propriedades declaradas improdutivas, passo obrigatório para a desapropriação da fazenda antes da criação de um novo projeto de assentamento.
Anteontem, o governo anunciou que, por determinação do presidente, uma portaria com os novos índices agropecuários, antiga bandeira dos sem-terra e promessa do governo de quatro anos atrás, será publicada num prazo máximo de 15 dias. Os números variam de acordo com a cultura e a microrregião do país. Os índices que valem hoje tem como base o censo agropecuário de 1975.
A decisão política sobre o tema ocorreu na segunda-feira, numa reunião de Lula com alguns ministros, sem a presença de Stephanes, que foi informado pelo próprio petista somente depois de batido o martelo.
Stephanes não é contra a publicação de novos índices, mas gostaria de ter sido informado com antecedência para preparar a recepção dos ruralistas à novidade. Eles souberam da atualização pela imprensa.
Antes de ser publicada no "Diário Oficial da União", a portaria deve ser assinada por Stephanes e por seu colega Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário). Ela valeria somente em 2010.
"Ele [Stephanes] não pode endossar essa portaria. Esperamos que o ministro resista", disse o deputado Ronaldo Caiado (GO), líder do DEM na Câmara e fundador da UDR (União Democrática Ruralista). "Somos 100% contra a assinatura dessa portaria", afirmou Cesário Ramalho, da SRB (Sociedade Rural Brasileira).
Peemedebista, Stephanes também teve de dar explicações ontem a integrantes do partido ligados ao setor. À noite, em reunião na Agricultura, deputados ruralistas de diferentes partidos disseram a ele que algumas legendas da base aliada, como PMDB e PP, farão pressão sobre o presidente Lula para desautorizar a edição da portaria. Segundo a Folha apurou, o ministro avalizou a ação.
Procurado por meio de sua assessoria, Stephanes não quis se manifestar. "Só quem tem muito descaso [com a produção] tem que se preocupar com esses índices", disse Cassel.
A única formalidade exigida antes da assinatura é a convocação do Conselho de Política Agrícola, órgão consultivo presidido por Stephanes. Isso, segundo a Agricultura, deve ocorrer na semana que vem.

Sem-Terra morre em reintegração de posse – Elder Ogliari - Estado de São Paulo – Nacional – 21/08/2009

O militante Elton Brum da Silva, de 44 anos, morreu ontem durante conflito entre integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e soldados da Brigada Militar, em São Gabriel, no sudoeste do Rio Grande do Sul. Ele foi atingido nas costas por um tiro de espingarda calibre 12. Outros nove sem-terra e seis policiais militares ficaram feridos, mas sem gravidade.

O confronto ocorreu ao amanhecer, em um acampamento montado no dia 12, dentro de uma área da Fazenda Southall. A Brigada Militar reuniu cerca de 300 soldados para executar o mandado de reintegração de posse, emitido pela Justiça na semana passada.

O prazo para a desocupação foi encerrado no sábado, mas os cerca de 270 sem-terra manifestavam disposição de ficar no local. A Brigada Militar cercou o acampamento e levou junto um caminhão de bombeiros, uma ambulância, conselheiros tutelares e uma representante do Ministério Público, a promotora Lisiane da Fonseca.

Os policiais usaram uma retroescavadeira e um trator para abrir caminho na barricada formada por galhos secos e uma pequena trincheira cavada em círculo em torno das barracas. Em meio à operação houve um confronto, durante o qual o tiro foi disparado. As circunstâncias em que Silva foi atingido não estavam esclarecidas até o fim da tarde de ontem, quando a Polícia Civil de São Gabriel começou a ouvir depoimentos.

O coronel Hildebrando Sanfelice, chefe do Estado-Maior da Brigada Militar, disse que a tropa avançou enfrentando foices, paus e pedras. Além das armas não-letais, alguns soldados portavam revólveres e espingardas carregados.

Segundo a versão da corporação, os policiais avistaram um ferido caído ao chão e prestaram socorro, levando-o a uma ambulância, que seguiu para a Santa Casa de Caridade de São Gabriel, a 22 quilômetros dali. O conflito acabou em pouco menos de cinco minutos. Os sem-terra foram divididos em grupos de 20 a 25 pessoas, que passaram a ser identificadas.

No fim da manhã, a notícia da morte de Silva surpreendeu policiais e sem-terra que permaneciam no acampamento. Segundo Sanfelice, todas as armas longas portadas pelos soldados foram recolhidas para perícia.

O oficial admitiu que "é quase certo" que o disparo tenha partido de um policial militar e confirmou que nenhuma arma de fogo foi encontrada com os invasores. Além do inquérito da Polícia Civil, a Brigada Militar vai investigar qual foi a arma usada e quem foi o autor do disparo.

RIGOR

O MST divulgou nota qualificando a ação da Brigada Militar de "truculenta e violenta" e sustentou que o assassinato, com tiro pelas costas, ocorreu quando a situação já estava controlada. O movimento também responsabilizou a governadora Yeda Crusius (PSDB). Ela disse que a morte do sem-terra deve ser apurada com rigor e de maneira aberta.

Terra Legal Amazônia intensifica parcerias – Sítio Eletrônico do MDA - 21/08/2009

A coordenação nacional do Programa Terra Legal Amazônia iniciou rodadas de reuniões com os diversos movimentos sociais que representam os produtores rurais da região. Com isso, começam a ser oficializadas as adesões dos movimentos populares à execução do maior programa de regularização fundiária já realizado na Amazônia Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A participação dos movimentos sociais abrange, inicialmente, a mobilização de posseiros e o monitoramento do georreferenciamento das propriedades aptas a receberam a titulação. Depois de capacitados, os integrantes dos movimentos sociais poderão participar do cadastramento das posses em parceria com os técnicos do MDA.

"Entendemos que o Terra Legal não acontece sem a participação da sociedade civil e o MDA tem chamado os movimentos sociais para atuarem em parceria. Assim como os estados e municípios, a sociedade civil também é o nosso olho na hora de fiscalizar", afirma Shirley Abreu, da coordenação nacional do Programa Terra Legal Amazônia, em Brasília.

A rodada de reuniões iniciou com representantes da Confederação Nacional de Agricultores (Contag) e do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). O encontro, realizado essa semana (nos dias 18 e 19) na sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Cesipam), em Brasília, permitiu aos representantes dos movimentos sindicais compreenderem a legislação e as normas que regulamentam a implementação do Terra Legal. Eles também puderam definir estratégias para a atuação dos movimentos sociais como parceiros na gestão do programa.

As próximas reuniões da coordenação do Terra Legal serão com a Confederação Nacional dos Seringueiros (CNS) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). "Essas parcerias com os movimentos que representam os trabalhadores da área rural são extremamente importantes para a legitimação do programa", destaca o superintendente nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, Raimundo Sepêda. Segundo ele, as parcerias serão efetivadas nos moldes da emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), realizada em conjunto com representantes de movimentos populares.

Ruralistas reagem a revisão pró-reforma agrária – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política – 21/08/2009

Produtores rurais, lideranças do setor e parlamentares da bancada ruralista resolveram reagir em conjunto contra a decisão do governo de autorizar a polêmica revisão dos índices de produtividade da agropecuária para fins de reforma agrária. Na Bienal da Agricultura, na Câmara, na tribuna do Senado e em reuniões de bancadas partidárias, os ruralistas elevaram o tom para pressionar o governo e o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, a rejeitar a portaria de atualização dos índices.

Mas a reação deve esbarrar na determinação do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva em promover a revisão. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, alertou o presidente sobre a conveniência de anunciar a medida, tão aguardada pelo MST, e eventualmente descumpri-la depois. "Mas Lula mandou fazer. E ponto final", diz uma fonte do governo. A posição política de Lula seria uma resposta a um projeto de lei, aprovado no Senado, para "blindar" as propriedades rurais da reforma agrária. O PL submete a revisão dos índices ao Congresso Nacional e desatrela os índices de utilização da terra (GUT) e de eficiência de exploração (GEE) para fins de reforma agrária.

Maior produtor nacional de grãos, fibras e carne bovina, Mato Grosso pediu formalmente ontem ao ministro para não assinar a portaria. "O governo não pode mexer nisso no momento em que estamos saindo de uma crise", defendeu o presidente da federação estadual da Agricultura (Famato), Rui Prado. O município de Sorriso, maior produtor de soja do país, teria dobrado seus índices, segundo a proposta finalizada pelo governo.

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), apontou a revisão como "ameaça sobre a cabeça" dos produtores e os convocou a lutar contra a proposta. "Nós, produtores, CNA, não temos absolutamente nada contra (a reforma agrária). Só não vamos permitir que tomem terras dos nossos produtores, que agridam o direito de propriedade. Se querem terra para a reforma agrária, usem o Banco da Terra, usem o decreto do Governo, que permite compra de terras para fazer assentamento", disse.

A decisão do governo também desatou um motim no PMDB, partido do ministro Stephanes. Os ruralistas pressionaram o líder na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), a convocar reunião da bancada com Stephanes para explicar a medida na terça-feira. Parte da bancada cobrou, na noite de quarta-feira, posição pública do ministro contra a medida. E exigiu que ele não assinasse a portaria. Aos parlamentares, Stephanes teria dito que se ele não assinasse, outro o faria. A situação o colocou em uma "sinuca de bico", segundo o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). "Mas não vamos permitir isso. Somos contra. Se ele assinar, é a morte política dele", sustenta. Segundo ele, "é inadmissível" um ministro do PMDB autorizar a revisão. "Se o Turra, o Pratini e o Roberto Rodrigues não assinaram, porque ele assinaria?", questiona.

Em Cuiabá, durante a programação da Bienal da Agricultura, que reúne os 500 maiores produtores de Mato Grosso, os ruralistas entregaram uma carta aberta ao ministro com apelo pela rejeição da proposta de revisão dos índices.

Para aprovar os novos índices, o governo precisa convocar o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), órgão consultivo do Ministério da Agricultura que tem a participação dos produtores.

Sem-terra morre em ação da polícia no RS – Graciliano Rocha – Folha de São Paulo – Brasil – 22/08/2009

Uma operação de despejo de sem-terra executada pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul terminou com a morte de um trabalhador rural e pelo menos 13 pessoas feridas ontem no município de São Gabriel (321 km de Porto Alegre).
O sem-terra Elton Brum da Silva, 44, foi morto com um tiro de escopeta quando a Brigada Militar chegou à fazenda Southall, invadida desde o dia 12, para cumprir um mandado de reintegração de posse.
Cerca de 300 policiais participaram da operação de despejo de 550 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).
As circunstâncias da morte ainda não estão esclarecidas. O MST afirma que os sem-terra estavam desarmados e que os policiais chegaram ao acampamento atirando e lançando bombas. Segundo o movimento, não houve resistência.
"Eles cercaram o acampamento e dispararam os tiros. Um dos tiros acertou o companheiro. Eles usaram cachorros e cavalos e bateram em todo mundo", disse a acampada Luciana da Rosa, pelo telefone.
Após ser atingido, Brum foi levado pelos policiais para a Santa Casa de São Gabriel, a 18 km do local do confronto, mas morreu no caminho.
Conforme o médico Ricardo Coirolo, estilhaços de chumbo foram encontrados no tórax e na região lombar de Brum, que foi atingido pelas costas.
A Brigada Militar afirma que os policiais foram atacados com bombas caseiras e pedradas.
"Foi tentada uma negociação. Eles [sem-terra] usaram barricadas. Usamos granadas de luz e som e munição não letal. Munição letal também é usada como último recurso, mas a circunstância [da morte] vai ser determinada pelo inquérito policial", disse o coronel Hildebrando Sanfelice, chefe do estado-maior da Brigada.
Segundo ele, ainda não foi identificado o autor do disparo. Quinze escopetas calibre 12 usadas pelos policiais na operação serão submetidas a exames de balística. O inquérito será conduzido pela Polícia Civil de São Gabriel.

Tensão

A morte do sem-terra tornou mais agudo o clima de tensão existente entre o governo da tucana Yeda Crusius e os movimentos de sem-terra. Em nota, o MST responsabilizou

ontem a governadora pela violência.
"O uso de armas de fogo no tratamento dos movimentos sociais revela que a violência é parte da política deste Estado", diz trecho da nota.
Em viagem a Santa Maria, no centro do Estado, Yeda disse que haverá uma investigação rigorosa. "Lamento muito o acontecimento de uma morte, ela é desnecessária." O MST marcou para hoje protestos contra a morte de Brum em São Gabriel e Canguçu, cidade onde ele será sepultado.
A fazenda Southall é palco de conflitos desde os anos 1990. No ano passado, o governo federal desapropriou 5.000 dos 13,2 mil hectares para assentar agricultores. O MST, que estava acampado na área não desapropriada, reivindica a desapropriação do restante das terras.

Campo conta 15 mortos até o mês de julho – Folha de São Paulo – Brasil – 22/08/2009

Os conflitos no campo já deixaram outros 15 mortos neste ano -a maioria deles em Pernambuco.
Em 6 de julho, cinco sem-terra foram mortos em Brejo da Madre de Deus (PE). Em 22 de fevereiro, em São Joaquim do Monte (PE), um conflito com os sem-terra provocou a morte de quatro seguranças de uma fazenda.
No Pará, Raimundo Nonato, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí (PA), foi assassinado em 16 de abril. Outro líder, Luiz Lopes de Barros, foi achado morto em 15 de junho em Conceição do Araguaia (PA).
Outros dois sem-terra foram mortos em 17 de junho em Bom Jesus do Araguaia (MT), num confronto com caminhoneiros.
No dia 11 de julho, a líder dos sem-terra de Traipu (AL), Iraci Otilia da Silva foi assassinada a tiros.
No Paraná, um sem-terra foi morto em 1º de fevereiro em Bituruna (PR).
Além dos conflitos, uma lavradora morreu atropelada no último dia 6 na rodovia Anhanguera em Vinhedo (SP), numa marcha pela reforma agrária.
Em 2008, segundo a CPT, 28 pessoas morreram em conflitos agrários.

Fazenda é desapropriada em Minas por desmatamento – Fabio Fabrini – O Globo – O País – 22/08/2009

É a 1a- decisão do tipo no país; local foi palco de chacinaÉ a 1a- decisão do tipo no país; local foi palco de chacina Fábio Fabrini

BELO HORIZONTE. Pela primeira vez na História, segundo o governo, o presidente Lula decretou a desapropriação de um imóvel rural por descumprimento da lei ambiental do país. Palco de conflito agrário que matou cinco integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) e feriu outros 12 em 2004, a Fazenda Nova Alegria, em Felisburgo (MG), teve 1.182 hectares declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, com base em laudo do Incra, que apontou desmatamento de mata nativa para criação de gado em

área de preservação permanente.

A decisão abre caminho para que outras propriedades sejam usadas para reassentamentos sob a mesma justificativa.

O decreto presidencial se baseia no artigo 186 da Constituição, que diz que descumpre a função social o imóvel cujos recursos naturais não são preservados ou são usados de forma adequada.

O governo vai, agora, ajuizar ação para decidir o valor a ser pago ao fazendeiro Adriano Chafik, apontado como o mandante da chacina de 2004. O objetivo é assentar 37 famílias que ocupam o local, mas o MST reivindica a acomodação de mais dez. Ontem, em Belo Horizonte, os líderes do movimento comemoraram a decisão. A Fazenda Nova Alegria foi considerada produtiva pelos técnicos do Incra, razão pela qual, de acordo com fontes do governo, buscou-se o argumento de dano ambiental para fundamentar a desapropriação

Golpe (eleitoral) contra a Agricultura – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 23/08/2009

Empenhado em ganhar as próximas eleições a qualquer custo, o presidente Lula decidiu recrutar para a campanha os desordeiros do MST. Para garantir seu apoio, planeja golpear um dos setores mais produtivos e estrategicamente mais importantes da economia brasileira, o agronegócio. Para isso, o presidente exigiu de seus ministros a apresentação, nas próximas duas semanas, dos novos índices de produtividade usados como critério para a desapropriação de terras. A intenção é clara. O comando eleitoral do Palácio do Planalto não está interessado em produtividade. Se estivesse, daria mais apoio a quem realmente produz e já demonstrou vocação para modernizar a própria atividade e competir entre os melhores do mundo. O agronegócio brasileiro assusta os concorrentes da Europa, dos Estados Unidos e das maiores economias do resto do mundo por sua capacidade competitiva. No centro do governo, é acusado de improdutivo e de não respeitar a "função social" da propriedade agrícola.

Se perguntarem ao presidente Lula por que ele prometeu aos dirigentes do MST a renovação dos tais índices de produtividade, ele não poderá fornecer nenhuma resposta razoável, porque nenhuma resposta desse tipo estará disponível. Não há, no Brasil, nenhum déficit na produção e na oferta de alimentos. A agropecuária brasileira tem sido capaz, há muitos anos, de produzir muito mais que o necessário para o consumo interno. Se é preciso complementar a oferta de algum produto, como o trigo, a receita de exportação gerada pelo setor é muito mais que suficiente para financiar a compra. De janeiro a julho deste ano, as exportações do agronegócio renderam US$ 37,73 bilhões, enquanto as importações consumiram apenas US$ 5,88 bilhões.

Esse bom resultado, um superávit de US$ 31,85 bilhões, sustentou o saldo comercial brasileiro e contribuiu de forma importante para o País enfrentar a crise sem abalo nas

contas externas. Num cenário adverso, com a procura externa retraída e as condições de concorrência muito mais duras, o agronegócio brasileiro mais uma vez mostrou sua eficiência. Ninguém condenou a indústria por trabalhar, desde o agravamento da crise, bem abaixo de sua capacidade produtiva, como observou a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO). Nem haveria por que censurar. Mas querem cobrar da agropecuária índices de produtividade impostos pela burocracia de Brasília, em qualquer condição econômica e sem nenhum benefício para o País, porque não falta comida - barata - nem matérias-primas de origem agrícola.

O objetivo de Lula não é, obviamente, cuidar dos interesses da economia brasileira. Não é preciso mexer na posse da terra - e ele sabe disso - para abastecer o mercado nacional nem para tornar competitivo o produto brasileiro. Os verdadeiros produtores, grandes, médios e pequenos, têm cuidado de todos esses pontos, com o esforço próprio, com a ação da Embrapa (quase destruída, há alguns anos, pela intervenção petista) e com algum apoio do Ministério da Agricultura. O objetivo presidencial, por exclusão, só pode ser eleitoral. Não por acaso a decisão de Lula foi anunciada depois de 3 mil pessoas arrebanhadas pelo MST montarem acampamento e promoverem manifestações e desordens em Brasília. Bem tratados pela demagogia presidencial, serão convertidos em tropas de choque para atuar na campanha eleitoral coordenada por Lula, o chefe de fato do PT.

Segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Gustavo Cassel, só tem de se preocupar com os novos índices quem não se preocupa com a produção. Isso é retórica de quinta categoria. Quem menos se preocupa com produtividade e bom uso da terra é o seu Ministério. Se houvesse alguma seriedade na chamada "política agrária", a próxima iniciativa deveria ser um reexame dos objetivos da "reforma" e de sua utilidade para o Brasil. O resultado de um exame honesto seria facilmente previsível: o único objetivo da política atual é a manutenção de massas de manobra disponíveis para servirem a quem as financia. O financiamento, a propósito, é feito com dinheiro público. Cabe ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, denunciar mais essa perigosa farsa da "política agrícola". Sua omissão será desmoralizante.

A "Parceria" INCRA – MST – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 23/08/2009

Se antes a preocupação da sociedade **Brasil**eira, com os métodos de atuação do Movimento dos Sem-Terra (MST) se referia ao desrespeito sistemático aos direitos de propriedade praticado por essa entidade, agravado pelos lances de violência que marcam suas mobilizações, de uns tempos para cá há preocupação quanto aos desvios de dinheiro público, especialmente através da "parceria" Incra/MST. Como o MST mantém-se, há duas décadas, sem existência legal, escapando assim dos controles oficiais ou da obrigação de prestar contas do dinheiro público recebido, recebe verbas e subsídios governamentais

através de interpostas entidades, devidamente legalizadas - em geral cooperativas -, na maioria formadas por seus militantes. Por meio dessa terceirização, serviços são contratados e muito bem pagos pelo **Instituto** Nacional de Colonização e Reforma Agrária, sem licitação e beneficiando "empresas" sem qualquer especialização que justifique os contratos - sem falar nos caso de superfaturamento propriamente ditos.

Matérias publicadas no Estado de terça-feira ilustram bem essa promiscuidade financeira entre o órgão governamental e o dito movimento social. Um tal de **Instituto** de Orientação Comunitária e Assistência Rural (Inocar), presidido por um humilde lavrador - que na reportagem se revela de todo alheio ao próprio "negócio" -, está no centro de um inquérito, aberto pela Polícia Federal (PF), para investigar repasses do governo federal a ONGs controladas pelo MST. Trata-se de empresa que nos últimos três anos recebeu do governo quase R$ 5 milhões para fazer o levantamento de propriedades rurais com até 80 hectares. A entidade foi criada na década de 1990 para fomentar a agricultura orgânica em assentamentos da região de Itapeva e, depois de alguns meses, tornou-se inativa. Em 2006, quando o governo resolveu aplicar a Lei Federal 10.267/01, que obriga o georreferenciamento dos imóveis para registro em cartório, essa antiga associação de pequenos agricultores foi transformada em empresa. A grande "rentabilidade" do negócio consistia no fato de a medição dos imóveis com até quatro módulos fiscais - cada módulo com 20 hectares, segundo o padrão da região - ser paga com recursos do Incra.

Alguns meses depois de ter sido criada, sem ter ainda um profissional com registro no Conselho Regional de **engenharia** e **arquitetura** (Crea) nem um mínimo de experiência na área, o Inocar assinou com o Incra um contrato de R$ 4,4 milhões, para fazer o georreferenciamento de 600 imóveis em Itapeva. Embora a assinatura desse contrato tenha ocorrido em 20 de julho de 2006, só no mês seguinte o Inocar obteve o registro de pessoa jurídica na Receita Federal. Em 2007, com o serviço apenas iniciado, essa empresa conseguiu do Incra um aditamento no valor de R$ 187 mil, para a "atualização do plano de trabalho". E em janeiro desse ano o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) registrou o pagamento da última parcela no valor de R$ 1,7 milhão - sem que o serviço estivesse concluído. Mas mesmo sem ter terminado o serviço em Itapeva, o Inocar iniciou o levantamento em Itaberá e Taquarivaí. A propósito, o mencionado "presidente" dessa empresa, indagado pela reportagem, revelou que não tinha noção alguma dos valores do contrato, nem do andamento dos trabalhos, nem mesmo de ter assumido o posto.

Certamente, a relação entre o Incra e o Inocar não é a única sob suspeita. Representantes dos funcionários da autarquia federal acusam o atual superintendente regional, de São Paulo, de estar utilizando cada vez mais os processos de terceirização de serviços da reforma agrária para repassar dinheiro público à militância do MST. Esses representantes chegaram a ir até Brasília, em junho, para tratar do assunto com o presidente da autarquia. Por outro lado, um agrimensor ouvido no inquérito da PF, além de confirmar a ligação entre o Inocar e o MST, concluiu que também pode ter havido superfaturamento nesse negócio. "O serviço (terceirizado) está saindo a R$ 7,6 mil por imóvel, quando o preço

previsto em nossa tabela (do Crea) para a média das áreas seria de R$ 4,4 mil", informou. Donde se conclui que na espúria ligação entre estas duas siglas - a oficial e a "social" - há fortes indícios da presença de ingredientes da mais grossa corrupção.

Pela atualização dos índices de produtividade da terra – Sítio eletrônico da Contag- 24/08/2009

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, juntamente com as 27 Federações Estaduais e os mais de quatro mil sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais organizados em todo o Brasil, reafirmam a defesa da assinatura imediata da Portaria Interministerial para atualização dos índices de produtividade da terra, reivindicação que consta das pautas de luta do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais nos últimos anos.
O compromisso com a atualização dos índices, por diversas vezes foi assumido junto à CONTAG pelo Presidente Lula, inclusive durante as negociações do Grito da Terra Brasil em maio deste ano. E o cumprimento deste compromisso não pode mais ser adiado, pois é uma exigência da nação brasileira que a lei seja respeitada e que se façam cumprir os requisitos constitucionais da função social da propriedade, também no que diz respeito à produtividade dos imóveis.
A reação da bancada ruralista e de outros representantes do setor patronal rural contra o anúncio da medida, apenas revela a tradicional postura retrógrada deste setor, que sempre reage à qualquer ação que seja minimamente favorável à realização da reforma agrária, ao avanço das políticas públicas para o campo ou à defesa dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras rurais.
O que chama atenção é que este mesmo setor, rotineiramente, propagandea o sucesso do agronegócio, destacando suas taxas de produção e produtividade como símbolos de eficiência organizativa e econômica. Se isto é verdade, porque tanta preocupação com a medida, se ela não atingirá aqueles que produzem?
A negação da atualização dos índices de produtividade da terra, apenas significa defender aqueles que querem manter o atraso e a expropriação dos direitos no campo, mantendo os imóveis improdutivos e como reserva de valor, negando aos trabalhadores e à sociedade o direito de ter estas terras repartidas, produzindo alimentos, conservando o meio ambiente e gerando qualidade de vida no campo e nas cidades.
A Contag exige, pois, que o governo e o Congresso Nacional não se curvem às ameaças dos ruralistas, assegurando que, finalmente, seja cumprido o compromisso assumido com os trabalhadores e trabalhadoras, publicando a Portaria Interministerial que atualiza os índices de produtividade, como medida fundamental para o cumprimento da função social da propriedade da terra e para assegurar o desenvolvimento sustentável e solidário.

DEMOCRATIZAÇÃO DA MÃE TERRA COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO E DE REPRODUÇÃO DA VIDA!

ATUALIZAÇÃO DOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE JÁ!

O que é um latifúndio? No passado, a resposta vinha fácil – Sítio Eletrônico da CNA – 25/08/2009

A historiografia consagrou o latifúndio como mal maior de nossa formação social. O termo se origina no latim - lato fundis -, significando os grandes domínios da aristocracia na Roma antiga. O conceito se vincula à ideia da imensidão e da opressão no campo.

Na época colonial, o latifúndio surgiu por aqui disfarçado nas capitanias hereditárias. Grandes porções do território se dividiram entre os fidalgos do rei encarregados de colonizar as terras longínquas. No ciclo açucareiro do Nordeste, séculos atrás, a grande exploração comandava a economia. Historiadores também a chamaram de plantation, a vasta propriedade monocultora.

O latifúndio sempre caracterizou o domínio da oligarquia agrária, terra do coronel. No triste período escravista, os conflitos entre a casa grande e a senzala expunham as mazelas da desigual sociedade. Mais tarde, na economia cafeeira que abriu São Paulo, com o trabalho sendo liberto, o latifúndio manteve sua forte presença até a grande crise de 1929-1930. Quando Getúlio Vargas assumiu o poder, a oligarquia começou a se desmantelar. Surgia, com a ajuda da imigração, a classe média no campo.

Derrotar o tradicional sistema latifundiário e vencer o imperialismo norte-americano configurou o estridente grito nacionalista que, nos anos 1960, mobilizou a esquerda latino-americana. Todos se uniram contra o atraso rural. Na receita do desenvolvimento, eliminar o latifúndio virou mantra.

A unanimidade política se provou no Estatuto da Terra, promulgado pelo regime militar em novembro de 1964. Nem a turma da direita, que chutou a democracia no golpe, se opôs à desapropriação do latifúndio, um obstáculo ao progresso.

A nova lei deu nome aos bois. Os latifúndios passaram a ser divididos em dois grupos: por dimensão e por exploração. No primeiro caso, 600 módulos de terra eram o limite de sua extensão, área situada entre 20 mil e 50 mil hectares, dependendo da região. Maior que isso, poderia ser desapropriado para reforma agrária. Terra dividida.

Já os latifúndios por exploração precisavam, independentemente de seu tamanho, provar que eram produtivos. Daí surgiram os índices de produtividade que o Incra utiliza, até hoje, para caracterizar a função social da propriedade rural. Se estiver ociosa, com baixa produção, pau nela. Vai para o assentamento dos sem-terra. Muito bem.

Dois cadastramentos gerais foram realizados naquela época. As estatísticas eram devastadoras, configurando forte concentração da estrutura agrária. Em 1984, atualizados, os dados serviram para fundamentar o plano de reforma agrária da Nova República. Eles mostravam que os latifúndios se apropriavam de 90% do território. Um escândalo.

O cadastro indicava existirem 305 latifúndios por dimensão, que, somados, detinham área maior do que a explorada, na outra ponta, por milhões de pequenos agricultores. Ninguém poderia concordar com isso. reforma agrária já.

Se a ditadura não aplicou, na prática, o Estatuto da Terra, a democracia, restabelecida, o faria. Assim, há 25 anos, se iniciava a fase moderna da reforma agrária brasileira. Seus resultados, sofríveis, frustraram as expectativas, transformando a prometida redenção da miséria rural numa polêmica interminável. Por quê?

Duas explicações importam aqui. Primeiro, destrinchando as estatísticas oficiais, verificou-se que, entre os latifúndios por exploração, 700 mil detinham área menor que 100 hectares de terra. Quer dizer, eram pequenos latifúndios. Um contrassenso incompreensível. Segundo, entre os grandões, apenas um ou outro acabou efetivamente desapropriado na reforma agrária, por uma razão elementar: dificilmente eles eram encontrados nas vistorias de campo. Representavam enormes terras griladas, cadastradas no Incra, porém fictícias. Latifúndios fantasmas.

O equívoco desnorteou os agraristas. Estava em curso um processo de modernização agropecuária que, hoje, caracteriza o capitalismo no campo. Nos últimos 30 anos, o latifúndio transformou-se em grande empresa rural, mantendo-se grande, mas tornando-se produtivo. Integrado com a agroindústria, ao lado de fortes cooperativas, constitui o complexo chamado agronegócio.

Após a Constituição de 1988, mudou a lei agrária. Desapareceram as antigas denominações do latifúndio, substituídas pela nova caracterização econômica da grande propriedade: produtiva ou improdutiva. Até hoje, entretanto, o conceito histórico, tão

marcante, permanece sendo utilizado. E, infelizmente, deformado.

João Pedro Stédile, ideólogo do MST, caracteriza atualmente o latifúndio como a propriedade rural que, embora cultivando café, soja, cana, eucalipto, ou utilizada na pecuária, ocupe área superior a mil hectares. Ponto. Não interessa se utiliza tecnologia, paga bem aos empregados ou conserva o solo. Importa apenas o tamanho, aliás, bem abaixo dos antigos latifúndios por dimensão.

Ora, o modelo agrícola do País, ainda concentrador, pode ser criticado. Mas o latifúndio sempre caracterizou relações atrasadas de produção, mau uso da terra, servilismo. Confundir a empresa capitalista no campo com a propriedade oligárquica entorpece o raciocínio. Latifúndio produtivo soa ilógico.

Curiosa a mente das pessoas. Há quem, não percebendo que o mundo mudou, repete o mesmo chavão a vida toda. Tromba com a realidade. Outros, mais inteligentes, sabem das mudanças. Mas, para manter o discurso atrasado, escondem-se na mentira dos conceitos. Deturpam a realidade.

* Autor: Xico Graziano, agrônomo, e é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Informação publicada nesta Terça-Feira -25/08/2009 - no Jornal O Estado de S. Paulo.

O que é um latifúndio? No passado, a resposta vinha fácil – Sítio eletrônico da CNA – 25/08/2009

A historiografia consagrou o latifúndio como mal maior de nossa formação social. O termo se origina no latim - lato fundis -, significando os grandes domínios da aristocracia na Roma antiga. O conceito se vincula à ideia da imensidão e da opressão no campo.

Na época colonial, o latifúndio surgiu por aqui disfarçado nas capitanias hereditárias. Grandes porções do território se dividiram entre os fidalgos do rei encarregados de colonizar as terras longínquas. No ciclo açucareiro do Nordeste, séculos atrás, a grande exploração comandava a economia. Historiadores também a chamaram de plantation, a vasta propriedade monocultora.

O latifúndio sempre caracterizou o domínio da oligarquia agrária, terra do coronel. No triste período escravista, os conflitos entre a casa grande e a senzala expunham as

mazelas da desigual sociedade. Mais tarde, na economia cafeeira que abriu São Paulo, com o trabalho sendo liberto, o latifúndio manteve sua forte presença até a grande crise de 1929-1930. Quando Getúlio Vargas assumiu o poder, a oligarquia começou a se desmantelar. Surgia, com a ajuda da imigração, a classe média no campo.

Derrotar o tradicional sistema latifundiário e vencer o imperialismo norte-americano configurou o estridente grito nacionalista que, nos anos 1960, mobilizou a esquerda latino-americana. Todos se uniram contra o atraso rural. Na receita do desenvolvimento, eliminar o latifúndio virou mantra.

A unanimidade política se provou no Estatuto da Terra, promulgado pelo regime militar em novembro de 1964. Nem a turma da direita, que chutou a democracia no golpe, se opôs à desapropriação do latifúndio, um obstáculo ao progresso.

A nova lei deu nome aos bois. Os latifúndios passaram a ser divididos em dois grupos: por dimensão e por exploração. No primeiro caso, 600 módulos de terra eram o limite de sua extensão, área situada entre 20 mil e 50 mil hectares, dependendo da região. Maior que isso, poderia ser desapropriado para reforma agrária. Terra dividida.

Já os latifúndios por exploração precisavam, independentemente de seu tamanho, provar que eram produtivos. Daí surgiram os índices de produtividade que o Incra utiliza, até hoje, para caracterizar a função social da propriedade rural. Se estiver ociosa, com baixa produção, pau nela. Vai para o assentamento dos sem-terra. Muito bem.

Dois cadastramentos gerais foram realizados naquela época. As estatísticas eram devastadoras, configurando forte concentração da estrutura agrária. Em 1984, atualizados, os dados serviram para fundamentar o plano de reforma agrária da Nova República. Eles mostravam que os latifúndios se apropriavam de 90% do território. Um escândalo.

O cadastro indicava existirem 305 latifúndios por dimensão, que, somados, detinham área maior do que a explorada, na outra ponta, por milhões de pequenos agricultores. Ninguém poderia concordar com isso. reforma agrária já.

Se a ditadura não aplicou, na prática, o Estatuto da Terra, a democracia, restabelecida, o faria. Assim, há 25 anos, se iniciava a fase moderna da reforma agrária brasileira. Seus resultados, sofríveis, frustraram as expectativas, transformando a prometida

redenção da miséria rural numa polêmica interminável. Por quê?

Duas explicações importam aqui. Primeiro, destrinchando as estatísticas oficiais, verificou-se que, entre os latifúndios por exploração, 700 mil detinham área menor que 100 hectares de terra. Quer dizer, eram pequenos latifúndios. Um contrassenso incompreensível. Segundo, entre os grandões, apenas um ou outro acabou efetivamente desapropriado na reforma agrária, por uma razão elementar: dificilmente eles eram encontrados nas vistorias de campo. Representavam enormes terras griladas, cadastradas no Incra, porém fictícias. Latifúndios fantasmas.

O equívoco desnorteou os agraristas. Estava em curso um processo de modernização agropecuária que, hoje, caracteriza o capitalismo no campo. Nos últimos 30 anos, o latifúndio transformou-se em grande empresa rural, mantendo-se grande, mas tornando-se produtivo. Integrado com a agroindústria, ao lado de fortes cooperativas, constitui o complexo chamado agronegócio.

Após a Constituição de 1988, mudou a lei agrária. Desapareceram as antigas denominações do latifúndio, substituídas pela nova caracterização econômica da grande propriedade: produtiva ou improdutiva. Até hoje, entretanto, o conceito histórico, tão marcante, permanece sendo utilizado. E, infelizmente, deformado.

João Pedro Stédile, ideólogo do MST, caracteriza atualmente o latifúndio como a propriedade rural que, embora cultivando café, soja, cana, eucalipto, ou utilizada na pecuária, ocupe área superior a mil hectares. Ponto. Não interessa se utiliza tecnologia, paga bem aos empregados ou conserva o solo. Importa apenas o tamanho, aliás, bem abaixo dos antigos latifúndios por dimensão.

Ora, o modelo agrícola do País, ainda concentrador, pode ser criticado. Mas o latifúndio sempre caracterizou relações atrasadas de produção, mau uso da terra, servilismo. Confundir a empresa capitalista no campo com a propriedade oligárquica entorpece o raciocínio. Latifúndio produtivo soa ilógico.

Curiosa a mente das pessoas. Há quem, não percebendo que o mundo mudou, repete o mesmo chavão a vida toda. Tromba com a realidade. Outros, mais inteligentes, sabem das mudanças. Mas, para manter o discurso atrasado, escondem-se na mentira dos conceitos. Deturpam a realidade.

* Autor: Xico Graziano, agrônomo, e é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Informação publicada nesta Terça-Feira -25/08/2009 - no Jornal O Estado de S. Paulo.

Latifúndio Ilógico – Xico Graziano - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 25/08/2009

O que é um latifúndio? No passado, a resposta vinha fácil. Hoje, a pergunta exige esforço para ser respondida, remetendo ao núcleo do problema agrário no Brasil. Semântica da boa.

A historiografia consagrou o latifúndio como mal maior de nossa formação social. O termo se origina no latim - lato fundis -, significando os grandes domínios da aristocracia na Roma antiga. O conceito se vincula à ideia da imensidão e da opressão no campo.

Na época colonial, o latifúndio surgiu por aqui disfarçado nas capitanias hereditárias. Grandes porções do território se dividiram entre os fidalgos do rei encarregados de colonizar as terras longínquas. No ciclo açucareiro do Nordeste, séculos atrás, a grande exploração comandava a economia. Historiadores também a chamaram de plantation, a vasta propriedade monocultora.

O latifúndio sempre caracterizou o domínio da oligarquia agrária, terra do coronel. No triste período escravista, os conflitos entre a casa grande e a senzala expunham as mazelas da desigual sociedade. Mais tarde, na economia cafeeira que abriu São Paulo, com o trabalho sendo liberto, o latifúndio manteve sua forte presença até a grande crise de 1929-1930. Quando Getúlio Vargas assumiu o poder, a oligarquia começou a se desmantelar. Surgia, com a ajuda da imigração, a classe média no campo.

Derrotar o tradicional sistema latifundiário e vencer o imperialismo norte-americano configurou o estridente grito nacionalista que, nos anos 1960, mobilizou a esquerda latino-americana. Todos se uniram contra o atraso rural. Na receita do desenvolvimento, eliminar o latifúndio virou mantra.

A unanimidade política se provou no Estatuto da Terra, promulgado pelo regime militar em novembro de 1964. Nem a turma da direita, que chutou a democracia no golpe, se opôs à desapropriação do latifúndio, um obstáculo ao progresso.

A nova lei deu nome aos bois. Os latifúndios passaram a ser divididos em dois grupos: "por dimensão" e "por exploração". No primeiro caso, 600 módulos de terra eram o limite de sua extensão, área situada entre 20 mil e 50 mil hectares, dependendo da região. Maior que

isso, poderia ser desapropriado para reforma agrária. Terra dividida.

Já os latifúndios "por exploração" precisavam, independentemente de seu tamanho, provar que eram produtivos. Daí surgiram os índices de produtividade que o Incra utiliza, até hoje, para caracterizar a função social da propriedade rural. Se estiver ociosa, com baixa produção, pau nela. Vai para o assentamento dos sem-terra. Muito bem.

Dois cadastramentos gerais foram realizados naquela época. As estatísticas eram devastadoras, configurando forte concentração da estrutura agrária. Em 1984, atualizados, os dados serviram para fundamentar o plano de reforma agrária da Nova República. Eles mostravam que os latifúndios se apropriavam de 90% do território. Um escândalo.

O cadastro indicava existirem 305 latifúndios "por dimensão", que, somados, detinham área maior do que a explorada, na outra ponta, por milhões de pequenos agricultores. Ninguém poderia concordar com isso. Reforma agrária já.

Se a ditadura não aplicou, na prática, o Estatuto da Terra, a democracia, restabelecida, o faria. Assim, há 25 anos, se iniciava a fase moderna da reforma agrária brasileira. Seus resultados, sofríveis, frustraram as expectativas, transformando a prometida redenção da miséria rural numa polêmica interminável. Por quê?

Duas explicações importam aqui. Primeiro, destrinchando as estatísticas oficiais, verificou-se que, entre os latifúndios "por exploração", 700 mil detinham área menor que 100 hectares de terra. Quer dizer, eram "pequenos" latifúndios. Um contrassenso incompreensível. Segundo, entre os grandões, apenas um ou outro acabou efetivamente desapropriado na reforma agrária, por uma razão elementar: dificilmente eles eram encontrados nas vistorias de campo. Representavam enormes terras griladas, cadastradas no Incra, porém fictícias. Latifúndios "fantasmas".

O equívoco desnorteou os agraristas. Estava em curso um processo de modernização agropecuária que, hoje, caracteriza o capitalismo no campo. Nos últimos 30 anos, o latifúndio transformou-se em grande empresa rural, mantendo-se grande, mas tornando-se produtivo. Integrado com a agroindústria, ao lado de fortes cooperativas, constitui o complexo chamado agronegócio.

Após a Constituição de 1988, mudou a lei agrária. Desapareceram as antigas denominações do latifúndio, substituídas pela nova caracterização econômica da grande propriedade: produtiva ou improdutiva. Até hoje, entretanto, o conceito histórico, tão marcante, permanece sendo utilizado. E, infelizmente, deformado.

João Pedro Stédile, ideólogo do MST, caracteriza atualmente o latifúndio como a propriedade rural que, embora cultivando café, soja, cana, eucalipto, ou utilizada na pecuária, ocupe área superior a mil hectares. Ponto. Não interessa se utiliza tecnologia, paga bem aos empregados ou conserva o solo. Importa apenas o tamanho, aliás, bem abaixo

dos antigos latifúndios "por dimensão".

Ora, o modelo agrícola do País, ainda concentrador, pode ser criticado. Mas o latifúndio sempre caracterizou relações atrasadas de produção, mau uso da terra, servilismo. Confundir a empresa capitalista no campo com a propriedade oligárquica entorpece o raciocínio. Latifúndio produtivo soa ilógico.

Curiosa a mente das pessoas. Há quem, não percebendo que o mundo mudou, repete o mesmo chavão a vida toda. Tromba com a realidade. Outros, mais inteligentes, sabem das mudanças. Mas, para manter o discurso atrasado, escondem-se na mentira dos conceitos. Deturpam a realidade.

**Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo*

Incra participará de encontro do Fórum de Conflitos Fundiários – Sítio eletrônico do MDA - 25/08/2009

A procuradora-chefe do Incra, Gilda Diniz dos Santos, se reuniu, nesta segunda-feira (24), com integrantes do comitê executivo do Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução de Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos. Ela apresentou propostas de temas que deverão ser discutidos no I Encontro Nacional do Fórum, que será realizado entre 29 de setembro e 2 de outubro, em Campo Grande (MS). A procuradora confirmou a disposição do presidente do Incra, Rolf Hackbart, em apresentar uma palestra sobre a reforma agrária como um fator de pacificação social.

"A finalidade da participação do presidente do Incra é mostrar o cenário que está além das disputas judiciais, que é o processo de desenvolvimento dos assentamentos, como os créditos, a educação, enfim, a efetiva consolidação das famílias camponesas no meio rural", explica a procuradora.

Gilda Diniz também apresentou ao comitê a sugestão de incluir uma discussão sobre a função social da propriedade rural, bem como de formar grupos de trabalho para debater o caráter preferencial das ações de desapropriação de terras, já previsto em lei, mas que não tem sido observado pelo Judiciário durante o fluxo processual.

"Nós vamos atualizar a lista de processos de desapropriação parados na Justiça e fazer um mapeamento da tramitação dessas ações dentro dos tribunais, como forma de facilitar possíveis encaminhamentos que o CNJ possa fazer após o Fórum", revela a procuradora.

O Fórum

O Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução de Conflitos Fundiários Rurais e

Urbanos tem como objetivo ajudar na solução dos conflitos fundiários, no âmbito do Judiciário. Seu primeiro encontro irá reunir magistrados e membros do Ministério Público de todo o país, com o objetivo de aprofundar as discussões iniciadas em junho, quando houve um seminário em Brasília para discutir o conflito no campo.

"O Fórum está mirando o encaminhamento de temas e principalmente de soluções para que o CNJ possa efetivamente cumprir um papel decisivo para a resolução de conflitos fundiários", analisa o juiz Marcelo Berthe, membro do comitê executivo do Fórum.

Terras para cultivo têm mais árvores do que se acreditava – Valor Econômico – agronegócios – 25/08/2009

Quase metade da terra cultivável do mundo tem pelo menos 10% de cobertura com árvores, segundo estudo divulgado ontem indicando que os agricultores são menos destrutivos às florestas do que se imaginava até agora. "A área revelada neste estudo é duas vezes o tamanho da Amazônia e mostra que os agricultores estão protegendo e plantando as árvores espontaneamente", afirmou Dennis Garrity, diretor-geral do Centro Agroflorestal Mundial, em Nairobi, em comunicado.

O relatório do centro, baseado em imagens de satélites é o primeiro a estimar a cobertura das árvores em fazendas por todo o mundo e mostra que a superfície coberta por suas copas supera os 10% em um área cultivável de 10 milhões de quilômetros quadrados - uma área do tamanho do Canadá ou China e equivalente a 46% de toda a terra cultivável do mundo.

Por um dos parâmetros usados pela agência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), uma "floresta" é uma área em que as copas das árvores cobrem pelo menos 10% da superfície. A definição, no entanto, exclui áreas urbanas e terras cultiváveis.

O estudo informou que os agricultores mantêm ou plantam árvores para usos variados, como colher frutas, nozes, medicamentos, combustível, material de construção, borracha ou resinas. As árvores também dão sombra para os rebanhos, funcionam como quebra-vento, marcador de limites ou para ajudar a evitar a erosão.

E as árvores são mais resistentes do que plantações ou rebanhos e, portanto, podem servir como uma reserva para os agricultores em tempos difíceis. As estimativas anteriores da área de terra cultivável em que havia agroflorestamento chegavam a no máximo cerca de 3 milhões de quilômetros quadrados. As fazendas são frequentemente retratadas como inimigas das florestas, que além de servirem de habitat para uma grande diversidade de animais e plantas também funcionam como gigantescos armazéns para capturar o dióxido de carbono, principal gás causador do efeito estufa.

"Ficamos agradavelmente surpresos, o estudo quantifica um recurso subestimado", afirmou Tony Simons, diretor-geral adjunto do Centro Agroflorestal Mundial. O relatório

revela que as árvores são parte integral das paisagens agrícolas em todas as partes do mundo, com a exceção das regiões áridas na África Setentrional e Ásia Ocidental.

O estudo aponta para uma nova fronte de combate às mudanças climáticas, segundo Simons. Os agricultores fariam mais para preservar as árvores se recebessem créditos sob o novo pacto climático da Organização das Nações Unidas (ONU) a ser definido na reunião em Copenhagen, em dezembro. Os negociadores buscam formas de desacelerar o desflorestamento nos países em desenvolvimento - o desflorestamento responde por 20% de todas as emissões de gases causadores de efeito estufa de fontes humanas.

"Este estudo oferece evidências convincentes de que as fazendas e florestas não são, de forma alguma, mutuamente excludentes", observou Wangari Maathai, ambientalista queniana, vencedora do prêmio Nobel da Paz por sua campanha pela plantação de árvores por toda a África.

No fim da Era Glacial passada, há cerca de 10 mil anos, as florestas naturais cobriam em torno de 70% da superfície do mundo. Agora, cobrem apenas 26%. O índice líquido de desflorestamento caiu para 7,3 milhões de hectares por ano (uma área do tamanho de Serra Leoa ou Panamá) no período de 2000 a 2005, segundo a FAO, em comparação aos 8,9 milhões por ano verificados entre 1990 e 2000.

Brasil registra primeiro caso de desapropriação de terras por prática de crime ambiental – Sítio Eletrônico do MST - 27/08/2009

A União desapropriou na semana passada (20/8), pela primeira vez na história do país, uma fazenda por crime ambiental. A medida está prevista na Constituição Federal de 1988. A desapropriação da Fazenda Nova Alegria, localizada no município de Felisburgo (MG), região do Vale do Jequitinhonha, foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada na edição de hoje do Diário Oficial da União.

A medida atende a uma reivindicação do Movimento dos Trabalhadores RuraisSem Terra (MST). “Nunca conseguimos desapropriar nenhuma área porconsequência da prática de crime ambiental pelos proprietários. Esta é aprimeira vez que isso acontece”, afirma o superintendente do InstitutoNacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Minas Gerais, Gilsonde Souza.

Segundo ele, 90% dos imóveis que estão na fase de vistoria ou aquisiçãopelo I ncra em Minas Gerais têm problemas ambientais. “Com essa decisão, asociedade será beneficiada porque vislumbra a possibilidade de osproprietários de terras passarem a respeitar mais as leis que visam àpreservação do meio ambiente”, avalia. “A bandeira do meio ambiente estácolocada. Não podemos permitir que os crimes ambientais continuem sendocometidos impunemente”, completa.

Apesar de ter sido a questão ambiental a que mais pesou no caso daFazenda Nova Alegria, Souza chama a atenção para outros tipos de crimescometidos no local e analisados durante o processo.

“O fato de a decisão ser pautada na prática de crime ambiental não tornamenos relevante o massacre ocorrido na área em 2004. Cinco pessoasmorreram e 13 ficaram

feridas a mando do proprietário da fazenda",argumenta o superintendente do Incra. Além de ser apontado como mandante,o dono da fazenda, Adriano Chafick, é, segundo o superintendente, acusadode ser o execu tor do massacre, uma vez que estava junto com ospistoleiros no momento dos assassinatos.

Essa desapropriação, afirma Souza, é uma importante inovação porque buscao cumprimento da função social do imóvel. "Desconsiderar a função socialde um imóvel é um desrespeito do proprietário contra a ConstituiçãoFederal", argumenta Souza.

Segundo a Constituição, os donos de terras podem ter suas áreasdesapropriadas caso não cumpram a função social de prezar pelaprodutividade, pelo respeito ao meio ambiente, pelo bem estar dostrabalhadores e pela boa relação entre patrões e empregados.

A publicação da desapropriação da Fazenda Nova Alegria está, ainda, naesfera administrativa. Para criar jurisprudência é fundamental que adecisão seja contestada na Justiça pelo réu.

"Pela situação, acho que o fazendeiro vai recorrer direto no Judiciário.E, dependendo da decisão, pode ser criado um precedente que resulte numamaior agilidade para o julgamento de processos desse tipo", explicaGilson de Souza. "Mas isso só ocorrerá se a decisão tomada na esferaadministrativa for acatada pelo Judiciário", completa.

"Se tudo correr bem, em até 50 dias a posse da fazenda já deverá ser doIncra", disse o superintendente.

O próximo passo cabe à Procuradoria do Incra, que terá 45 dias parapreparar e entregar o processo a um juiz. Depois, a Justiça terá prazo de48 horas para transferir a posse da área ao instituto.

Governo estudo criar bolsa-floresta – Lizandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Vida & - 28/08/2009

O governo federal poderá pagar para quem mantiver a floresta amazônica em pé. Uma proposta apresentada por consultores do Ministério do Meio Ambiente (MMA) à equipe econômica, esta semana, criará uma espécie de mercado nacional de carbono, com um valor mínimo para cada tonelada de emissão evitada no País. Com isso, famílias, cooperativas e grupos que preservarem terão direito a um recurso, uma espécie de bolsa-floresta, por prestação de serviços ambientais.

O argumento é que a floresta em pé tem um valor que pode ser calculado pelo que ela deixa de emitir de CO^2 e quem a preserva pode receber por isso e ainda saber de antemão com qual recurso contará. A ideia base, preparada para o MMA pelo engenheiro florestal Tasso Azevedo, está sendo discutida com o Ministério da Fazenda.

"A intenção é simplificar muito o processo. Um sistema de transferência de recursos como esse pode empoderar quem está lá na ponta, gerindo a floresta", explica Tasso. A proposta parte da ideia da criação de um estoque nacional de carbono não emitido. Cada tonelada teria um valor mínimo, a ser calculado pelo governo, que seria revertido a quem preservou.

Isso não significa que o governo teria que pagar a todos que deixassem de desmatar. Ao final de um ano, uma empresa ou associação que tivesse um crédito poderia vendê-lo em um futuro mercado internacional de créditos de carbono, se obtivesse um preço além do mínimo estabelecido pelo governo. Mas, uma família que dificilmente teria acesso sozinha a esse mercado também poderia receber pela preservação.

Um exemplo pode ser uma família de assentados no interior da Amazônia. Na proposta preparada pelo MMA, se ela mantiver a área de mata nativa intacta na sua propriedade, terá direito, no final de um ano, a um valor determinado que poderá ser transferido, por exemplo, por um cartão magnético do tipo usado no Bolsa-Família.

A proposta apresentada à equipe econômica mantém, também, a ideia de um valor mínimo a ser recebido pela família que preservar, independentemente do tamanho da terra que possui. Isso seria o equivalente a 400 toneladas de carbono, um crédito mínimo que, se for mantido o preço usado para cálculo, de R$ 10, poderia representar R$ 4 mil ao final de um ano. A cada hectare desmatado, no entanto, o proprietário da terra receberia um pouco menos desse valor.

Custo baixo

O custo da proposta certamente não pode ser considerado alto. Azevedo calcula que, se o desmatamento da Amazônia fosse zerado com o programa, seria necessário investir R$ 4

bilhões ao ano (caso seja mantido o valor de R$ 10).

No entanto, a expectativa é que o gasto fique em torno de R$ 400 milhões - cerca de 5% do que é gasto por ano com o programa Bolsa-Família. Além disso, o próprio governo poderia revender esses créditos em um mercado internacional de carbono e reaver os recursos.

Um dos maiores entraves é a regularização fundiária na Amazônia, algo que ainda não se conseguiu resolver. Boa parte das terras da região ainda é, na teoria, pública, mas está tomada por grileiros e tem um emaranhado legal que faz com que seja difícil encontrar a origem de certificados de posse de terra. Para preservar será preciso, primeiro, legalizar.

Soldado admite que atirou em sem-terra no RS – Folha de São Paulo – Brasil – 28/08/2009

Foi um soldado da Brigada Militar do Rio Grande do Sul o autor do disparo que matou o sem-terra Elton Brum da Silva, na reintegração de posse da fazenda Southall, em São Gabriel (321 km de Porto Alegre), na sexta-feira.
É o que concluiu investigação da Brigada Militar, Polícia Civil e Ministério Público. O nome do soldado não foi revelado. Ele reconheceu a autoria após assistir vídeo da ação. Brum foi baleado nas costas. Cerca de 300 policiais participaram da ação, que retirou 550 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) do local, invadido desde o dia 12.

Governo quer fim de licitação para sem-terra – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 29/08/2009

Sem alarde, o governo federal enviou em regime de urgência ao Congresso um projeto de lei que dispensa de licitação a contratação de empresas públicas e privadas, ONGs e entidades ligadas a sindicatos e movimentos sociais para serviços de assistência técnica a assentados e agricultores familiares.
Segundo o texto, todas as contratações serão por meio do instrumento da chamada pública, e não mais por convênios e licitações, como ocorre hoje no Incra e no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Juntos, eles têm R$ 530 milhões disponíveis neste ano para esse serviço -quando um técnico visita o lavrador e indica as melhores formas de plantio, de adubagem e de cultura a ser explorada, por exemplo.
Ao contrário da licitação, o vencedor não será definido pelo preço mínimo. O valor do contrato será fixo e de conhecimento de todos os participantes. Vence o que mais se

aproximar dos requisitos exigidos pelo governo, como a inscrição no conselho estadual de desenvolvimento rural sustentável.
Contratos e convênios ainda em uso têm sido alvo de recentes auditorias do TCU (Tribunal de Contas da União) e de CPIs no Congresso por conta de irregularidades na execução dos serviços e na prestação de contas. Algumas entidades foram condenadas a devolver recursos aos cofres públicos.
Diante disso, esse projeto de lei foi o meio-termo encontrado pelo governo entre o que cobra o TCU (licitação para todos os contratos) e ao que estavam acostumados os movimentos e sindicatos do campo (convênios direcionados a eles).
Com a adoção da chamada pública, porém, ainda assim haverá brecha para que essas ONGs e entidades continuem sendo beneficiadas: basta que as exigências finais para a contratação sejam dirigidas a elas (experiência em determinado município ou assentamento, por exemplo).
Esse será o foco de pressão do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na tramitação do projeto no Congresso e, depois, na sanção presidencial. "A participação da organização dos trabalhadores na escolha da prestadora ainda não está resguardada", disse Nívia Regina, do setor de produção do movimento.
A dispensa de licitação foi, na prática, mais um agrado do governo aos sem-terra. Na semana passada, por exemplo, o Planalto prometeu ao MST a atualização dos índices de produtividade da reforma agrária.
Essa nova iniciativa do governo para agradar o movimento aparece no projeto de lei de criação do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, que começará a ser discutido na semana que vem na Câmara.
O texto aponta uma mudança na Lei de Licitações, de 1993: um novo parágrafo inclui a contratação de serviços de assistência técnica rural como "dispensável a licitação". Experiências recentes no Incra mostram que a licitação clássica, caso fosse universalizada, como sugere o TCU, excluiria do processo entidades ligadas aos sem-terra, "que estariam impossibilitadas de participar em razão de sua natureza jurídica", como afirmam, na justificativa enviada ao presidente Lula, os ministros Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), Paulo Bernardo (Planejamento) e Guido Mantega (Fazenda).

Revisão de índices trará escalada de invasões, alertam produtores – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 30/08/2009

Nos últimos cinco anos, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva transformou 38,6 milhões de hectares de terras próprias para a agricultura em assentamentos para 502 mil famílias sem-terra. Dessa área, cerca de 16 milhões de hectares foram desapropriados após terem sido considerados improdutivos, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A extensão das terras que os agricultores perderam por falta de produção é mais que o dobro de toda a área cultivada com cana-de-açúcar - 7,8 milhões de hectares.

A desapropriação de propriedades improdutivas representa pelo menos 40% das terras arrecadadas para o programa de reforma agrária do governo, de acordo com o ministro Guilherme Cassel. O porcentual seria maior, segundo ele, se os índices, fixados com base na produção de 1975, não estivessem tão defasados.

No que depender do ministro, no próximo dia 3 de setembro o Diário Oficial da União publicará uma portaria elevando em até 100% a produtividade mínima exigida nas grandes propriedades rurais para que as terras não sejam desapropriadas. O titular de Desenvolvimento Agrário já mandou o documento assinado para o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

A medida causa apreensão nas principais regiões agrícolas. Produtores rurais temem uma escalada de invasões, pois as propriedades declaradas improdutivas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) são rapidamente invadidas pelos militantes de grupos capitaneados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST).

BALANÇO

Nos últimos cinco anos, 1.933 propriedades sofreram invasões, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) pretende articular com outras entidades uma marcha a Brasília para pressionar o presidente Lula, a exemplo do que fez o MST.

O presidente mandou rever os índices durante uma jornada nacional do movimento, que incluiu um acampamento em Brasília e a invasão do Ministério da Fazenda, na segunda semana deste mês. "Se não organizarmos uma mobilização, os produtores vão sem nós", destacou a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Para fazer a nova tabela de produtividade no campo, foi pesquisada a produção em 554 microrregiões do País, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos municípios.

Entre os índices mais elevados, os produtores de soja de Sorriso (MT), por exemplo, terão de produzir pelo menos 2,4 toneladas por hectare, ao invés da 1,2 tonelada do índice atual. O aumento é de 100%. Já os rizicultores de Uruguaiana (RS) terão de colher 5,6 toneladas de arroz por hectare, ante as 3,4 toneladas atuais.

A senadora considera os novos índices "desonestos", pois levam em conta só o tamanho da terra e a quantidade da produção. "Outros fatores importantes, como o crédito, os juros, a mão de obra, o mercado e a renda não foram considerados."

Segundo Kátia Abreu, a livre iniciativa consagrada pelas leis brasileiras é regida pelo mercado. "Nenhuma atividade pode ficar impedida de recuar na produção, se as pessoas não tiverem necessidade daquilo que está sendo produzido", justifica.

CONFLITOS

A ruralista acha que a nova portaria vai "forjar" latifúndios improdutivos no Brasil e aumentar os conflitos. "A mudança ocorre num momento em que os produtores rurais estão sendo compelidos a transformar áreas de produção em reserva legal. É como tirar o tubo e deixar o produtor sem oxigênio."

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso (Famato), Rui Prado, considera o momento inoportuno para a revisão. "Diante de um cenário de estoques elevados e preços baixos, aumentar os níveis de produtividade das principais culturas é uma enorme contradição."

Para Prado, o governo Lula não pode ignorar fatores como as relações de mercado, o estoque, a demanda e a macroeconomia, exigindo que os produtores rurais trabalhem em níveis negativos para que não tenham suas propriedades expropriadas.

"Quando se tenta fazer prevalecer os interesses de algumas categorias a qualquer custo, alguém vai pagar a conta, e nesse caso, quem está pagando a conta é o produtor", critica o presidente da Famato.

Produzir mais às vezes é ter prejuízo – Estado de São Paulo – Nacional – 30-08-2009

Produtividade nunca foi problema para Frederico D"Ávila, dono da Fazenda Jequitibá do Alto, em Buri, no sudoeste paulista. Em 1,3 mil hectares de culturas anuais, ele colhe quantidades de trigo, soja e milho bem acima daquelas previstas na nova tabela. Para isso, usa alta tecnologia, sementes melhoradas geneticamente, plantio direto sobre palhada, irrigação e não economiza em adubo e fertilizantes. A região é tão produtiva que poucas vezes foi assediada pelos grupos de sem-terra.

Mesmo assim, Ávila se diz preocupado. Nas últimas safras, o preço de grãos como o milho e o trigo não acompanhou os custos de produção. "A gente investe na alta produtividade para ganhar no volume, mas produzir mais, às vezes, significa ter mais prejuízo."

Em alguns casos, alega, é preferível ter produção menor a custo muito baixo. "Aí você colhe menos, não tem prejuízo, mas fica sujeito à desapropriação. Será que o governo compra tudo o que a gente produzir garantindo renda mínima?"

Em Mato Grosso, produtores rurais vendiam milho na sexta-feira a R$ 8 a saca, bem abaixo do custo de produção, R$ 13. O prejuízo por hectare chegava a R$ 500. O gerente técnico da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso (Famato), Luciano Gonçalves, contou ter encontrado agricultores em situação de desespero. "É óbvio que, com todo esse prejuízo, eles terão dificuldade para plantar a próxima safra. Muitos têm medo da desapropriação."

Houve casos, segundo Gonçalves, de fazendas desapropriadas por improdutividade com os índices atuais. "Com a atualização, a margem de segurança desaparece."

?ESPECULAÇÃO?

Para João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do Movimento dos Sem-Terra (MST), os ruralistas que têm medo da atualização não produzem e usam as terras para especulação. Segundo ele, os dados usados para atualização são de 1996, por isso os índices vão continuar defasados. "Aqueles que estiverem produzindo, nada precisam temer", avisou.

João Paulo disse que os conflitos no campo ocorrem porque o governo não faz a reforma agrária. "Se aumentar as desapropriações e a reforma, é evidente que vai diminuir a pobreza e a desigualdade no campo e, com isso, diminuem os conflitos."

O líder do MST destaca que não são apenas as terras improdutivas que devem ir para a reforma agrária. "Só em Mato Grosso do Sul, mais de 30 mil hectares estão parados na Justiça, por uso do tráfico de drogas, que deveriam ser destinados aos trabalhadores sem-terra."

Ele acusa os ruralistas de fazerem uma batalha ideológica na defesa ao direito absoluto da propriedade, que não existe na Constituição. "Por essa razão, até hoje barram na Câmara a lei que que determina a desapropriação de fazendas com trabalho escravo."

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, considera a desapropriação para a reforma agrária um desperdício de dinheiro público. "Criam-se favelas rurais, sem nenhuma produção", critica.

Para Nabhan, em muitos casos a improdutividade é consequência das ocupações. "Conheço propriedades que foram invadidas três, cinco, dez vezes, até que o dono ficou exaurido e não conseguiu retomar a produção." Ele considera discriminação a exigência de índices de produtividade só do setor agrícola. "Não é exigido de nenhum outro setor privado da economia."

Stephanes: não é momento de revisar índice de produtividade – Sítio Eletrônico da CNA – 31/08/2009

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou ontem, em visita à Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (Expointer), que este não é o momento de revisar os índices de produtividade usados na avaliação de propriedades para fins de reforma agrária. Stephanes justificou que o mundo vive ainda uma crise econômica com reflexos sobre a agricultura. "A assinatura (da portaria) no momento em que o mundo está em crise e, de uma forma ou de outra, isso afeta a agricultura não é o melhor momento de tratar do assunto", avaliou o ministro.

A portaria prevendo a revisão dos índices foi assinada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e aguarda o aval de Stephanes para ser finalizada. O presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Sperotto, comemorou a posição de Stephanes. "Não existe no mundo um setor ao qual é imposto cumprir metas de produção estabelecidas pelo governo", afirmou.

Na Expointer, uma das maiores feiras agropecuárias da América Latina, o ministro participou do lançamento de uma cartilha elaborada pela Embrapa Suínos e Aves com recomendações para a prevenção da gripe A (H1N1). O material é dirigido principalmente para produtores de suínos e também abrange recomendações para técnicos, veterinários e outros profissionais que têm contato com os animais. A Expointer deste ano vetou a participação dos suínos para evitar risco de exposição à gripe A (H1N1). A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) confirmou casos de transmissão da doença de humanos para suínos.

Agência Estado

Secretários discordam da mudança de índices de produtividade – Sítio Eletrônico do MDA – 31/08/2009

O Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura (Conseagri) vai entregar ao ministro Reinhold Stephanes carta de apoio à não-implantação dos novos códigos de produtividade como critério de desapropriação de terras para reforma agrária.

A decisão foi anunciada sexta-feira (28/08), durante reunião do conselho em Goiânia (GO).

De acordo com o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, Gilman Viana Rodrigues, "os secretários vão dizer ao ministro da Agricultura que não condenam a adoção de um programa de reforma agrária no país, mas estão surpresos com a incongruência das propostas diante da conjuntura nacional e o simplismo dos critérios adotados". A eficiência de uma propriedade, acrescenta Gilman Viana, não pode ser medida pelos índices de produtividade, e outros critérios devem ser levados em consideração."

O secretário de Minas ainda observa que "ocorre em todo o mundo uma forte desaceleração dos processos produtivos, não só do agronegócio como de diversos outros setores". Por isso, ele enfatiza, "a proposta do governo federal vai contra as alternativas usadas para conviver com a crise. Uma das alternativas adotadas atualmente é a redução de escalas de produção, uma consequência do desaquecimento dos mercados mundiais".

Na reunião desta sexta-feira, que contou com a participação de vinte Estados, foi eleita presidente do Conseagri, para um mandato de dois anos, a secretária do Mato Grosso do Sul, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias.

* Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento / www.agricultura.mg.gov.br

Revisão de índices trará escalada de invasões, alertam produtores – Sítio Eletrônico da CNA – 31/08/2009

Nos últimos cinco anos, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva transformou 38,6 milhões de hectares de terras próprias para a agricultura em assentamentos para 502 mil famílias sem-terra. Dessa área, cerca de 16 milhões de hectares foram desapropriados após terem sido considerados improdutivos, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A extensão das terras que os agricultores perderam por falta de produção é mais que o dobro de toda a área cultivada com cana-de-açúcar - 7,8 milhões de hectares.

A desapropriação de propriedades improdutivas representa pelo menos 40% das terras arrecadadas para o programa de reforma agrária do governo, de acordo com o ministro Guilherme Cassel. O porcentual seria maior, segundo ele, se os índices, fixados com base na produção de 1975, não estivessem tão defasados.

No que depender do ministro, no próximo dia 3 de setembro o Diário Oficial da União publicará uma portaria elevando em até 100% a produtividade mínima exigida nas grandes propriedades rurais para que as terras não sejam desapropriadas. O titular de Desenvolvimento Agrário já mandou o documento assinado para o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

A medida causa apreensão nas principais regiões agrícolas. Produtores rurais temem uma escalada de invasões, pois as propriedades declaradas improdutivas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) são rapidamente invadidas pelos militantes de grupos capitaneados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST).

BALANÇO - Nos últimos cinco anos, 1.933 propriedades sofreram invasões, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) pretende articular com outras entidades uma marcha a Brasília para pressionar o presidente Lula, a exemplo do que fez o MST.

O presidente mandou rever os índices durante uma jornada nacional do movimento, que incluiu um acampamento em Brasília e a invasão do Ministério da Fazenda, na segunda semana deste mês. "Se não organizarmos uma mobilização, os produtores vão sem nós", destacou a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Para fazer a nova tabela de produtividade no campo, foi pesquisada a produção em 554 microrregiões do País, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos municípios.

Entre os índices mais elevados, os produtores de soja de Sorriso (MT), por exemplo, terão de produzir pelo menos 2,4 toneladas por hectare, ao invés da 1,2 tonelada do índice atual. O aumento é de 100%. Já os rizicultores de Uruguaiana (RS) terão de colher 5,6 toneladas de arroz por hectare, ante as 3,4 toneladas atuais.

A senadora considera os novos índices "desonestos", pois levam em conta só o tamanho da terra e a quantidade da produção. "Outros fatores importantes, como o crédito, os juros, a mão de obra, o mercado e a renda não foram considerados."

Segundo Kátia Abreu, a livre iniciativa consagrada pelas leis brasileiras é regida pelo mercado. "Nenhuma atividade pode ficar impedida de recuar na produção, se as pessoas não tiverem necessidade daquilo que está sendo produzido", justifica.

CONFLITOS - A ruralista acha que a nova portaria vai "forjar" latifúndios improdutivos no Brasil e aumentar os conflitos. "A mudança ocorre num momento em que os produtores rurais estão sendo compelidos a transformar áreas de produção em reserva legal. É como tirar o tubo e deixar o produtor sem oxigênio."

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso (Famato), Rui Prado, considera o momento inoportuno para a revisão. "Diante de um cenário de estoques elevados e preços baixos, aumentar os níveis de produtividade das principais culturas é uma enorme contradição."

Para Prado, o governo Lula não pode ignorar fatores como as relações de mercado, o estoque, a demanda e a macroeconomia, exigindo que os produtores rurais trabalhem em níveis negativos para que não tenham suas propriedades expropriadas.

"Quando se tenta fazer prevalecer os interesses de algumas categorias a qualquer custo, alguém vai pagar a conta, e nesse caso, quem está pagando a conta é o produtor", critica o presidente da Famato.

* Noticia publicada no Jornal O Estado de S. Paulo deste domingo - 30/08/2009.

Índices de produtividade – Denis Lerrer Rosenfield – Estado de são Paulo – Espaço Aberto – 31/08/2009

O governo engajou-se num projeto ousado, se não temerário, de mudar os índices de produtividade do campo brasileiro. E trata-se bem do campo, pois nenhuma atividade empresarial está submetida a tal exigência, como se os produtores rurais e o agronegócio devessem sofrer uma espécie de punição por investirem e produzirem. São pecadores desde sempre! Tal temeridade é ainda mais perigosa por criar um clima de instabilidade num ano que já se apresenta como pré-eleitoral. Literalmente, o governo está brincando com fogo.

Essa iniciativa depende apenas de uma portaria interministerial, a ser assinada pelos ministros da Agricultura e da Reforma Agrária. O primeiro, numa situação de constrangimento, não teria estado presente à reunião em que foi decidido esse anúncio. Depois, procurou equilibrar-se. Contudo, se assinar essa portaria, perde condições de continuar no cargo, ficando completamente desprestigiado. Ressalte-se que o ex-ministro Roberto Rodrigues, quando titular da Pasta da Agricultura, recusou-se a assinar tal portaria, embora já estivesse pronta - atitude que teria sido a razão de sua renúncia ao cargo.

O MST obteve essa decisão presidencial ao cabo de várias manifestações, culminando com uma marcha em Brasília. Observe-se que o presidente já havia anunciado medida do mesmo tipo quando de sua eleição em 2006, como forma de retribuição pelo apoio recebido. O anúncio, no entanto, terminou não se concretizando numa portaria, provavelmente pelo risco de instabilidade institucional que a medida acarretaria. Se isso agora ocorrer, poderemos ter a certeza de que os próximos anos testemunharão uma recrudescência de invasões, com o MST aumentando a sua ingerência no campo brasileiro, com expansão possível de suas atividades às cidades.

Embora essa organização política tenha sido fortalecida financeiramente pelo atual governo, via concessão de recursos por intermédio de entidades de fachada, ela vinha perdendo fôlego perante a opinião pública. Financeiramente, nunca esse movimento gozou de tantos recursos, repassados por diferentes Ministérios, como os da Reforma Agrária, da Educação e do Desenvolvimento Social. Politicamente, porém, suas ações expuseram, cada vez mais, seu caráter arbitrário, com atos explícitos de violência em suas invasões e na ausência de objetivos concretos em suas demandas. Uma das razões disso consiste em que, sob os atuais índices de produtividade, não existem mais "latifúndios improdutivos" no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste do Brasil senão marginalmente. Ora, são essas regiões o foco das ações do MST. No Norte a questão é de regularização fundiária e no Nordeste há ainda algumas regiões que se situam abaixo dos índices atuais de produtividade.

Trata-se, portanto, de uma criação artificial de latifúndios improdutivos. Segundo estimativas do ministro Guilherme Cassel, da Reforma Agrária, o governo teria a criação "artificial" de 33 milhões de hectares de propriedades "improdutivas". Para se ter uma ideia da enormidade anunciada, o Brasil já conta com 80,6 milhões de hectares de assentamentos, segundo dados de dezembro de 2008. Chegaríamos a algo em torno de 113,6 milhões de

hectares de assentamentos. Ora, o conjunto de lavouras permanentes (55 milhões), temporárias (17 milhões) e de florestas plantadas (6,5 milhões) é de 78,5 milhões de hectares - dados de dezembro de 2008. Tem-se, assim, uma ideia mais precisa do dano que está para ser causado.

O que não se diz, também, é que nos "novos" desapropriados "latifúndios improdutivos" não teremos mais produção de nada, dada a falência do processo de reforma agrária no País. Ou seja, terras produtivas serão repassadas para quem não produz, com a queda do ritmo de expansão da agricultura, que, além de atender com alimentos baratos a todo o mercado interno, tornou-se um grande polo exportador, colocando o País dentre os primeiros do mundo. Poderíamos, então, colocar a seguinte questão: quais são os índices de produtividade dos assentamentos brasileiros? Por que não vêm eles a público? Uma medida prática, de enorme repercussão, consistiria em aplicar os atuais índices de produtividade aos assentamentos, de modo que se pudesse verificar a contribuição que dão ao País. Seria não apenas uma questão de equidade, mas de transparência necessária, pois o cidadão brasileiro tem o direito de saber para onde vão os recursos destinados à dita "reforma agrária".

Observe-se, ainda, que tal iniciativa governamental se inscreve num contexto de crise mundial, com alguns produtos agrícolas sendo vendidos abaixo de seu custo de produção. Ora, de acordo com uma economia de mercado, o que deveriam fazer tais produtores e empresas? Diminuir a sua área plantada, para reduzir, nessa situação, a sua produção e os seus prejuízos. O que está, no entanto, obrigado a fazer? A produzir mais, pois se não o fizer pode perder a sua terra! O produtor rural e o agronegócio ficam expostos à seguinte situação: de um lado, a crise mundial exigindo medidas específicas de controle da produção; de outro, o MST ameaçando invadir segundo novos índices de produtividade.

O empreendedor rural e o agronegócio são punidos pelo aumento de sua produtividade. Um banco, uma siderúrgica ou uma fábrica de eletrodomésticos ganham com seus investimentos, suas inovações e os riscos assumidos. O que acontece com um empreendedor e uma empresa rurais? Os seus ganhos não revertem para si, mas estão sob a ameaça de ser transferidos para o MST se não alcançarem um determinado patamar. A que visa, na verdade, uma revisão dos índices de produtividade? A uma transferência de bens, a uma transferência de propriedade. E para quem? Para uma organização política de cunho leninista que procura inviabilizar a economia de mercado, destruir o direito de propriedade e implantar um regime socialista autoritário/totalitário.

Informe sobre a ofensiva da imprensa burguesa contra o MST – Sítio Eletrônico do MST – 31/08/2009

Fizemos uma mobilização em todo o país e um acampamento em Brasília em defesa da Reforma Agrária e obtivemos vitórias importantes, relacionadas à solução dos problemas dos trabalhadores do campo. A jornada de lutas conquistou do governo federal medidas muito importantes, embora estejamos longe da realização da Reforma Agrária e da consolidação de um novo modelo agrícola. Além disso, demonstrou à sociedade e à população em geral, que apenas a organização do povo e a luta social podem garantir conquistas para os trabalhadores e trabalhadoras.

A principal medida do governo, anunciada durante a jornada, é a atualização dos índices de produtividade, que são utilizados como parâmetros legais para a desapropriação de terras para a Reforma Agrária. Os ruralistas, o agronegócio e a classe dominante brasileira fecharam posição contra a revisão dos índices e passaram a utilizar os meios de comunicação para pressionar o governo a voltar atrás.

Essas conquistas deixaram revoltados aqueles que defendem apenas seus interesses, patrimônio e lucro, buscando aumentar a exploração dos trabalhadores, da natureza e dos recursos públicos. Nesse contexto, diversos órgãos da imprensa burguesa - os verdadeiros porta-vozes dos interesses dos capitalistas no campo - como revista Veja, O Estado de S. Paulo, Correio Braziliense, Zero Hora e a TV Bandeirantes, passaram a atacar o Movimento para inviabilizar medidas progressistas conquistadas com a luta.

Não há nenhuma novidade na postura política e ideológica desses veículos, que fazem parte da classe dominante e defendem os interesses do capital financeiro, dos bancos, do agronegócio e do latifúndio, virando de costas para os problemas estruturais da sociedade e para as dificuldades do povo brasileiro. Desesperados, tentam requentar velhas teses de que o movimento vive às custas de dinheiro público. Aliás, esses ataques vêm justamente de empresas que vivem de propaganda e recursos públicos ou que são suspeitas de benefícios em licitações do governo de São Paulo, como a Editora Abril.

Diante disso, gostaríamos de esclarecer a nossos amigos e amigas, que sempre nos apóiam e ajudam, que nunca recebemos nem utilizamos dinheiro público para fazer qualquer ocupação de terra, protesto ou marcha. Todas as nossas manifestações são realizadas com a contribuição das famílias acampadas e assentadas e com a solidariedade de cidadãos e entidades da sociedade civil. Temos também muito orgulho do apoio de entidades internacionais, que nos ajudam em projetos específicos e para as quais prestamos conta dos resultados em detalhes. Todos os recursos de origem do exterior passam pelo Banco Central. Não temos nada a esconder.

Em relação às entidades que atuam nos assentamentos de Reforma Agrária, que são centenas trabalhando em todo o país, defendemos a legitimidade dos convênios com os governos federal e estaduais e acreditamos na lisura do trabalho realizado. Essas entidades estão devidamente habilitadas nos órgãos públicos, são fiscalizadas e, inclusive, sofrem com perseguições políticas do TCU (Tribunal de Contas da União), controlado atualmente por filiados ao PSDB e DEM. Desenvolvem projetos de assistência técnica, alfabetização

de adultos, capacitação, educação e saúde em assentamentos rurais, que são um direito dos assentados e um dever do Estado, de acordo com a Constituição.

Não esperávamos outro procedimento desses meios de comunicação. Os ataques contra o Movimento são antigos e nunca passaram da mais pura manifestação de ódio dos setores mais reacionários da classe dominante contra trabalhadores rurais que se organizaram e lutam por seus direitos. Vamos continuar com as nossas mobilizações porque apenas a pressão popular pode garantir o avanço da Reforma Agrária e dos direitos dos trabalhadores, independente da vontade da classe dominante e dos seus meios de comunicação.

.

O MST e a atualização dos índices de produtividade – Sítio Eletrônico do MST – 31/08/2009

Reproduzimos aqui a íntegra da entrevista cedida por João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do MST, ao jornal *O Estado de S.Paulo* sobre a atualização dos índices de produtividade. Trechos desta entrevista estão na matéria intitulada "Produzir mais, às vezes, é ter mais prejuízo", publicada pelo jornal em 30/08/2009.

1- Quais argumentos do MST podem ter pesado na decisão do governo de atualizar, agora, os índices de produtividade rural?

Apenas solicitamos ao governo que cumpra a lei, que determina que os índices sejam atualizados. Atualmente, Incra usa dados defasados do IBGE de 1975 como parâmetros para as desapropriações. Portanto, basta o governo cumprir a lei.

2- Isso é realmente importante? O que a sociedade brasileira ganha com essa revisão?

A Constituição Federal estabeleceu que a propriedade da terra é um bem da natureza, que a rigor pertence a todos os brasileiros. Por isso, está condicionada pela sociedade a cumprir uma função social. Se o uso dessa terra não cumpre a função social - em benefício nao só do seu proprietário, mas de toda a sociedade - deve ser desapropriada pelo Estado. Uma das condições para cumprir a função social é produzir pelo menos dentro da média do que se entrega para a sociedade em cada região. A sociedade vai ser beneficiada porque a atualização vai obrigar os latifundiários atrasados a aumentar a produção ou entregar as suas terras para o governo.

3- Na visão dos ruralistas, os conflitos no campo vão aumentar. O movimento pretende ocupar as propriedades consideradas improdutivas?

A atualização dos índices vai dar mais agilidade e condições para o governo cumprir a lei e desapropriar as fazendas que são improdutivas, mas que se escondem atrás dos números de 1975. Mesmo assim, serão usados dados de 1996 para a atualização, ou seja, ainda dez anos atrasados. Os ruralistas que têm medo da atualização não produzem e usam as terras para especulação ou reserva de valor. Aqueles que estiverem produzindo, nada precisam temer. Se o governo aumentar as desapropriações e a Reforma Agrária, é evidente que vai diminuir a pobreza e a desiguladade no campo e, com isso, diminuem os conflitos.

Não fazer a Reforma Agrária aumenta os conflitos, por que não representa solução nenhuma. Qual é a solução que os ruralistas apresentam para os pobres do campo? Apenas mudarem para as cidades e engrossar as favelas. Ou seja, transferem os problemas sociais para as cidades, que passam por uma situação explosiva de violência e precariedade de trabalho e moradia.

4- Produtores rurais disseram que os mesmos índices de produtividade deveriam ser aplicados nos assentamentos, sob o argumento de que na pequena propriedade rural é mais fácil produzir com eficiência. Como o MST vê a produção dos assentados?

Ótimo. É isso mesmo que queremos: que a sociedade compare a produtividade por hectare de um assentamento e da agricultura familiar, com as fazendas acima de 2000 hectares. Quantas pessoas trabalham por hectares em cada área? Quanto rende a produçao por hectares? Quantas vacas de leite têm por hectares em cada área? Inclusive, que se compare os 97 bilhões de reais que o governo dá de credito para as grandes propriedades, com os 500 milhões de crédito que os assentados recebem no Pronaf. Como moram os assentados e como moram os fazendeiros? Quanto a Caixa Econômica concede de crédito para um fazendeiro comprar seu apartamento na cidade, enquanto uma família assentada recebe 10 mil reais para construir uma casa no campo? A sociedade pode comparar também a qualidade dos alimentos produzidos na agricultura familiar com a quantidade de venenos aplicados por hectare nas grandes propriedades - em especial na cana, na soja, no milho - que concentram os 713 milhões de toneladas de agrotóxicos, que depois vão para o estômago dos consumidores. Desafiamos também os ruralistas a contratarem uma auditoria de especialistas e comparar qualquer fazenda antes e depois de ser desapropriada e destinada para a Reforma Agrária, medindo quanto se produzia e o número de pessoas beneficiadas antes e agora.

5- Qual o peso do quesito improdutividade na arrecadação de terras para a reforma agrária?

O peso é muito pequeno, porque a lei determina que governo desaproprie todas as fazendas que não cumprem a função social. Não há função social nas fazendas que têm trabalho escravo, desrespeitam o ambiente ou são utilizadas pelo narcotráfico. Só no Mato Grosso do Sul mais de 30 mil hectares estão parados na justiça, por uso do tráfico de drogas, que deveriam ser destinados aos trabalhadores sem-terra. Mais de 350 fazendas foram desapropriadas, mas estão paradas no Poder Judiciário, influenciado por juízes coniventes com o latifúndio. Os ruralistas estão querendo fazer uma batalha ideológica na defesa ao direito absoluto da propriedade, que não existe na nossa Constituição. Por essa razão, até hoje barram na Câmara a lei que que determina a desapropriação de fazendas com trabalho escravo. Ou seja, para defender o direito de propriedade são coniventes até com o trabalho escravo. A Polícia Federal já encontrou mais de 300 fazendas com trabalho escravo. O Brasil tem muita terra disponível para ser desapropriada (e os proprietarios ainda recebem indenização) e depois distribuídas para serem trabalhadas. No entanto, a classe dominante é muito conservadora, não tem visao social e só pensa no próprio umbigo. Depois, se encastelam em condomínios de luxo, depositando dinheiro no exterior, com

medo do povo e da desigualdade que sustentam, mesmo representando apenas 1% dos estabelecimentos agrícolas.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL GOVERNO FEDERAL